

1
2 **ANEXO 1 - DA XXIII REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA**
3 **CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS**
4 *(Transcrição Literal da Reunião)*
5

6 **O Sr. Vicente Andreu Guillo (Secretário Executivo do CNRH - SRHU/MMA)** – Bom dia,
7 senhoras e senhores. É um prazer recebê-los aqui e, particularmente, nesse edifício, onde fui
8 informado que é a primeira reunião que o Conselho faz aqui nessas instalações, que recebem
9 diversas secretarias aqui do Ministério do Meio Ambiente. Então, também hoje há uma
10 adaptação aqui com ventiladores para o maior conforto de vocês, visto que parece que em
11 função da conexão energética desse prédio, os aparelhos de ar condicionado estão
12 momentaneamente sem funcionamento. Eu queria justificar a ausência do Ministro e
13 Presidente do Conselho, Carlos Minc, ele tem um evento já anteriormente programado junto
14 ao IBAMA e isso faz com que ele não possa estar conosco aqui na abertura, mas visto que a
15 nossa reunião está prevista para duração de dois dias, hoje e amanhã, nós ainda tentaremos,
16 junto ao Ministro, que nós possamos recebê-los aqui nessa última reunião de 2008. Na
17 reunião de hoje também, estava previsto para que o Ministro fizesse ainda em
18 complementação à comemoração dos 10 anos do Conselho Nacional de Recursos Hídricos,
19 hoje está sendo feito o lançamento da revista de recursos hídricos, uma bela revista, que conta
20 inclusive com artigos de vários dos Conselheiros aqui presentes, dos ex-ministros do Meio
21 Ambiente, Gustavo Kraus, José Carlos Carvalho, a Ministra Marina Silva, do próprio
22 Ministro Carlos Minc e que eu acredito que este deva ser o exemplar único. Porque o normal
23 a gente lança com o boneco, ainda com a versão inicial, sem a produção, mas já tem o
24 lançamento, estão todos aqui, acompanhei. Então, um belo trabalho da equipe, porque durante
25 a semana ainda estavam procedendo ao fechamento dos diversos artigos que compõem a
26 revista. Vocês todos vão receber também essa edição aqui da revista. Qual vai ser a
27 periodicidade da revista? Eventual. Mas mesmo... Tem que ter certa periodicidade, então, já
28 fica aqui também para que nós, a partir desse bom exemplo do lançamento da revista,
29 possamos criar uma periodicidade, inclusive fazer com que ela suscite também um debate
30 apropriado sobre as questões de recursos hídricos, e que seja um instrumento importante
31 também na divulgação das resoluções e dos procedimentos aqui do nosso Conselho Nacional.
32 A reunião de hoje se inicia com a assinatura de 4 acordos de cooperação técnica, e que nós,
33 mesmo tendo até o momento, não sei se já chegou ou não a presença do Estado de Minas
34 Gerais, em função do atraso do voo, quando chove, todos nós gostamos muito da chuva, mas
35 quando chove, parece que se altera a organização, o funcionamento das cidades. E também
36 parece que as chuvas de Minas Gerais ontem foram muito significativas, há um atraso na
37 vinda dos representantes de Minas e nós o faremos depois, no momento apropriado. Nós
38 pretendemos, para ganharmos tempo aqui nos nossos trabalhos, iniciar a reunião com a
39 assinatura desses 4 acordos de cooperação técnica, relativos à gestão de águas subterrâneas,
40 sendo que 3 deles para execução de ações vinculadas ao Projeto de Proteção Ambiental e
41 Desenvolvimento Sustentável do Sistema Aquífero Guarani, assim como para promover a
42 integração dos executores a serem assinados pela Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente
43 Urbano, com os Estados de Minas Gerais e São Paulo, e com a Agência Nacional do Petróleo.
44 E um acordo de cooperação visando o desenvolvimento de ações conjuntas, de elaboração e
45 fomento do conhecimento hidrogeológico nacional, de integração de sistemas de informações
46 institucionais, de capacitação e apoio aos Estados na área de águas subterrâneas, a serem
47 assinados entre a Secretaria, Agência Nacional de Águas e o Serviço Geológico Brasileiro,
48 CPRM. Aqui no ritual, João, já se prepara, tem aqui um roteiro, vocês já estão acostumados,
49 eu que não estou, é a segunda vez, aqui tem um roteiro à prova de falhas. Eu gostaria de
50 passar a palavra ao nosso Diretor do DRH, o Conselheiro João Bosco, para explicação sobre
51 os objetivos e metas desses acordos que serão assinados aqui. Por favor, João Bosco. **O Sr.**

João Bosco Senra (MMA/SRHU) – Bom dia a todos e todas. Para nós é uma alegria muito grande termos essa, durante a reunião do Conselho, podermos estar assinando esses acordos. Como disse o Secretário, os três primeiros acordos, com o Estado de São Paulo, Minas Gerais e com a ANP, se referem a acordos que foram gestados durante o processo de discussão do Projeto do Aquífero Guarani. Visa dar continuidade aos trabalhos que foram elencados, o programa de ação estratégica que foi aprovado na última reunião do Conselho superior do projeto e que vai assegurar essa continuidade das ações de todos no desenvolvimento do Aquífero Guarani. Queria registrar também que nesse processo de desenvolvimento do projeto foi muito importante o envolvimento e a participação e a cooperação de todos os Estados e dos demais órgãos a nível federal, como o caso da Agência Nacional de Águas, a CPRM e também da ANP, no desenvolvimento dos trabalhos. Então, chegamos, estamos chegando ao final do projeto, o projeto encerra em janeiro, mas com grande sucesso, avançamos muito nas pesquisas, nos estudos. Certamente não vou falar muito sobre isso, porque estava previsto para essa reunião, o Luiz Amore, que é o secretário geral do projeto, fazer uma apresentação, provavelmente vai ser feita na próxima, ele vai detalhar, trazer o material, vai prestar conta a esse Conselho de tudo que foi desenvolvido. Mas eu queria registrar como que esse projeto foi um projeto, do ponto de vista de integração institucional, foi muito exitoso, houve uma parceria efetiva por parte de todos esses atores e conseguimos fazer com que pudesse incorporar e, nos vários níveis, esse conhecimento e cooperar no sentido de que pudéssemos ter os melhores resultados. Única questão que nós temos, é que gostaríamos de estar assinando aqui hoje o de Goiás, é o último que falta, dos oito Estados seria o último acordo, mas por um problema não foi possível incluir a assinatura do acordo de Goiás, provavelmente vamos estar assinando em breve e com isso fecharíamos o acordo de cooperação técnica com os 8 Estados, com todos os agentes e atores a nível nacional. O outro acordo de cooperação técnica, com a Agência Nacional de Águas e CPRM, também é fruto de um trabalho coletivo, de seminários que fizemos entre as 3 instituições, que visa ter, a nível nacional, construir a nível nacional, todo o arcabouço no sentido de estar dando apoio aos Estados, na parte da implementação de uma política de águas subterrâneas e, sobretudo, nesse momento, com o Plano Nacional de Recursos Hídricos, com o Programa Nacional de Águas Subterrâneas, nós vamos ter muito trabalho pela frente. Então, a participação da Agência Nacional de Águas, com o seu programa de águas subterrâneas e com a participação da CPRM, para nós tem sido uma experiência muito importante, de integração aí dos órgãos, para que possamos avançar ainda mais a Política de Águas Subterrâneas no País, em apoio efetivo aos Estados no seu processo de gestão. Então, é com muita alegria que nós podemos celebrar aqui hoje esses acordos e agradeço de antemão toda a equipe da Secretaria que se empenhou na parte processual, administrativa, para que esses acordos pudessem estar prontos para a reunião de hoje e também por parte dos nossos parceiros, que se empenharam muito também para que pudéssemos estar aqui celebrando, véspera de Natal, final de ano é sempre uma boa época de celebrar. Então, esse é um ato de celebração efetiva de um trabalho que já vem sendo executado, mas apenas um marco que anuncia uma nova etapa muito frutífera, do ponto de vista das águas subterrâneas, para o País. Muito obrigado. **O Sr. Vicente Andreu Guillo (Secretário Executivo do CNRH - SRHU/MMA)** – Muito obrigado, João Bosco. Eu, só usando aqui uma frase muito utilizada pelo Olívio Dutra, me sinto meio solitário aqui na mesa. Eu queria chamar agora para a assinatura dos acordos de cooperação técnica, começar chamando à senhora Rosa Maria Oliveira Machado Mancini, coordenadora de Recursos Hídricos da Secretaria de Meio Ambiente do Estado de São Paulo, representando aqui o Estado de São Paulo. Gostaria de chamar também, representando aqui a Agência Nacional do Petróleo (ANP), a senhora Lucia Maria de Araújo Lima Gaudêncio, coordenadora de Meio Ambiente da ANT. Por favor, Lucia. Gostaria de chamar também o Presidente da Agência Nacional de Águas, o senhor José Machado. Por favor, Machado. E queria convidar, representando aqui a Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais, o Serviço Geológico Brasileiro, senhor Marcelo Jorge Medeiros. Bem, nós registramos que até o momento, como

eu falei no início, em função do atraso do voo, o Estado de Minas Gerais não está aqui representado, deve estar conosco a senhora Marília de Carvalho Melo, Diretora de Monitoramento e Fiscalização do Instituto Mineiro de Gestão das Águas. Nós faremos aqui a assinatura desses acordos e logo em seguida pedir para que todos pudessem usar da palavra, após a assinatura desses termos de cooperação. Por favor, Raquel, nos auxilie aqui na distribuição desses termos. Muito obrigado. Eu gostaria de passar a palavra inicialmente ao Marcelo Jorge Medeiros, pelo Serviço Geológico Brasileiro. Por favor, Marcelo. **O Sr. Marcelo Jorge Medeiros (CPRM/MME)** – Bom dia a todos. Me deram 3 minutos, então vou ser bem breve. O meu primeiro ponto, eu tenho que pedir desculpas pela ausência do nosso diretor, que nesse momento se encontra em Santa Catarina, onde tem uma missão da União, organizada pela Casa Civil, para tentar encontrar, junto com o governo local, algumas soluções para prevenção de desastres como os que aconteceram, e que esperamos que essa reunião tenha sucesso. O segundo ponto, nós gostaríamos de ressaltar a importância de um evento desse, quando três agentes do Governo, três agentes da União assinam um acordo se comprometendo a realizar atividades comuns e eles têm atividades, competências e mesmo atribuições legais que podem parecer diversas, mas que são complementares entre si. Isso é que ressalta o papel da importância do Estado, nós somos mais agentes de Estado, procurando o bem comum, do que simplesmente cumprindo uma agenda política. Em terceiro ponto, que é mais pessoal, há algum tempo eu trabalho para que se realize esse acordo. Então, como foi minha tarefa principal nesse ano, posso ficar feliz que pelo menos eu mantenho o meu emprego até o ano que vem. Muito obrigado. (Palmas!) **O Sr. Vicente Andreu Guillo (Secretário Executivo do CNRH - SRHU/MMA)** – Muito obrigado, Marcelo. Espero que realmente você mantenha tudo até o ano que vem. Gostaria de passar agora a palavra à senhora Lucia Maria de Araújo Lima Gaudêncio, representando a Agência Nacional do Petróleo. Por favor, Lucia. **A Sr^a. Lucia Maria de Araújo Lima Gaudêncio (ANP)** – Bom dia a todos os presentes. Eu gostaria de justificar a ausência do Diretor Geral da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, Dr. Haroldo Borges Rodrigues Lima, que em função de outros compromissos já firmados anteriormente não pôde comparecer a esse importante evento e me pediu, então, que viesse representando, eu que estou assumindo o cargo de Coordenadora de Meio Ambiente da ANP. Para mim é uma satisfação estar aqui representando a Agência nessa reunião do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, onde estão sendo firmados ou oficializados esses acordos de cooperação técnica entre vários órgãos de Governo, inclusive a própria ANP e gostaria de ressaltar a importância da participação da ANP nesse acordo de cooperação técnica, que visa direcionar as ações e atividades referentes ao projeto de proteção ambiental e desenvolvimento sustentável do Sistema Aquífero Guarani. Desejo sucesso nesse projeto, no desenvolvimento dessas ações e atividades, que com certeza direcionarão da melhor forma possível a gestão dessas ações em função da proteção desse importante aquífero no território nacional e até mesmo de outros países da América do Sul, e desejo também sucesso na reunião do Conselho, na qual já justifico que não poderemos ficar o tempo integral, mas ficaríamos até pela manhã. Desejo também um feliz Natal e um bom ano novo para todos os presentes. Obrigada. (Palmas!) **O Sr. Vicente Andreu Guillo (Secretário Executivo do CNRH - SRHU/MMA)** – Muito obrigado, Lucia. Eu queria registrar a chegada da representante do Estado de Minas Gerais, a senhora Marília Carvalho de Melo, Diretora de Monitoramento e Fiscalização do Instituto Mineiro de Gestão de Águas. Então, nós procederemos aqui à assinatura do termo de cooperação técnica e logo em seguida prosseguiremos com a palavra das pessoas que estão aqui na mesa. Muito obrigado, Marília. Eu queria agora passar a palavra à representante do Estado de São Paulo, senhora Rosa Maria Oliveira Machado Mancini, Coordenadora de Recursos Hídricos da Secretaria de Meio Ambiente do Estado. Por favor, Rosa. **A Sr^a. Rosa Maria Oliveira Machado Mancini (CERH/SP)** – Bom dia a todos. Em nome do Secretário Chico Graziano, eu desejo também a todos uma boa reunião. Eu acho que hoje esses dois assuntos que iniciam a pauta já mostram a importância que a água subterrânea está ganhando de fato destaque e

156 espaço adequado para se tratar. Acho que o Projeto Guarani conseguiu ter, além de ser um
157 projeto com sucesso, ter conquistado várias coisas, conseguiu ter um caráter didático para
158 mostrar que com outros projetos podemos desenvolver e transformar a agenda de águas
159 subterrâneas de fato numa agenda de sucesso no Brasil. Na Secretaria de Meio Ambiente,
160 tanto o Instituto Geológico, como a CETESB e como o DAEE, vem trabalhando, se
161 dedicando profundamente a essa questão. Nós temos o Projeto Aquííferos, que é um projeto
162 que está ganhando destaque no Estado, a partir do momento que está desenvolvendo uma
163 agenda para proteção e para, na verdade, normatização da exploração dessa fonte de água e
164 isso é uma coisa que para nós deixa muito contente e o ano que vem nós já estamos
165 organizando uma pauta e um trabalho para trabalhar com água subterrânea e estabelecer de
166 fato ações de gestão integrada entre água subterrânea e superficial, para firmar de fato o tema
167 no contexto do Estado de São Paulo. Então, é uma satisfação estar aqui assinando,
168 representando o Secretário, acho que isso vai ser a continuidade do sucesso do projeto.
169 (Palmas!) **O Sr. Vicente Andreu Guillo (Secretário Executivo do CNRH - SRHU/MMA)**
170 – Gostaria de passar a palavra agora para as suas considerações, senhora Marília Carvalho de
171 Melo, representando o Estado de Minas Gerais. **A Sr^a. Marília Carvalho de Melo (IGAM)** –
172 Bom dia a todos. Inicialmente justificar a minha chegada tão de supetão aqui, mas as questões
173 meteorológicas estão dificultando o nosso vôo por esse Brasil. Bom dia a todos, também em
174 nome do Secretário José Carlos Carvalho, da Diretora Geral do IGAM, Dr^a. Cleide Izabel
175 Pedrosa, eu gostaria de manifestar a nossa satisfação em assinar esse termo de cooperação
176 técnica. O IGAM tem pautado para o próximo ano, no seu orçamento, a implementação de um
177 sistema de monitoramento do Aquíífero Guarani, nós estamos iniciando esse processo de
178 monitoramento de água subterrânea no Estado e demos prioridade ao início, neste Aquíífero,
179 em função da importância que ele tem para o Estado e, na verdade, para o Brasil e para os
180 outros países envolvidos. Esse é um caminho que queremos pautar de forma integrada com a
181 Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano, e com os demais Estados. Então, mais
182 uma vez, manifestar a grata satisfação de estarmos aqui hoje, dando essa continuidade a esse
183 trabalho, a esse projeto e firmando essa cooperação com a Secretaria. Muito obrigada.
184 (Palmas!) **O Sr. Vicente Andreu Guillo (Secretário Executivo do CNRH - SRHU/MMA)**
185 – Muito obrigado, Marília. Passar agora a palavra ao Presidente da Agência Nacional de
186 Águas, o companheiro José Machado. **O Sr. José Machado (ANA/MMA)** – Obrigado,
187 Vicente. Um bom dia a todos os companheiros de mesa, a todos os Conselheiros e
188 Conselheiras. É uma satisfação muito grande para a Agência Nacional de Águas poder estar
189 celebrando aqui esse acordo de cooperação técnica com a CPRM e com a Secretaria de
190 Recursos Hídricos. Na verdade, formalizando um acordo que já, na prática, vem se
191 desenvolvendo há um bom tempo. Nós temos promovido encontros técnicos, com excelente
192 participação e excelentes resultados, a cooperação com os Estados também avança de maneira
193 muito forte, onde nós já temos vários Estados integrados nesse processo, de um trabalho
194 conjunto nesse tema de águas subterrâneas. Semana passada nós realizamos um seminário,
195 também nacional, em parceria com a Associação Brasileira de Águas Subterrâneas (ABAS),
196 de modo que esse tema, que tinha uma certa fragilidade técnica e institucional, começa a
197 ganhar corpo e nós estamos também muito esperançosos, de que no próximo ano possamos
198 ter um avanço grande. Nós estamos contratando, pela ANA, vários estudos técnicos, com
199 recursos da instituição, orçamentários da instituição e essa cooperação técnica, realmente,
200 reúne instituições que têm uma grande capacidade de impulsionar essa temática. Então, é
201 muito importante que o Conselho acompanhe esse processo e dê o apoio para que
202 continuemos avançando. Eu queria, mais uma vez, manifestar a minha satisfação, registrar
203 também que um dos colegas da ANA que atuou fortemente para viabilizar essa cooperação, é
204 o nosso superintendente Paulo Varela, que nesse momento está sendo submetido a uma
205 sabatina no Senado, porque ele foi indicado pelo Presidente para ser um dos nossos diretores,
206 Diretor da Agência Nacional de Águas. Então, eu queria aqui também fazer esse registro,
207 porque nós temos uma expectativa muito boa de que ele seja aprovado e venha se incorporar à

208 Direção da ANA e como especialista no tema ele vai poder, com certeza, impulsionar ainda
209 mais na condição de diretor. Então, mais uma vez muito obrigado, bom dia a todos. (Palmas!)

210 **O Sr. Vicente Andreu Guillo (Secretário Executivo do CNRH - SRHU/MMA)** – Muito
211 obrigado a todos. Queria dizer que recebi aqui os exemplares, os primeiros exemplares da
212 revista, queria entregar uma ao Marcelo, à Lucia, à Rosa, à Marília e ao José Machado, que já
213 tinha ficado com o meu, pode continuar com ele. Queria agradecer a todos. Pois não, Rosa. A
214 **Sr^a. Rosa Maria Oliveira Machado Mancini (CERH/SP)** – Bom dia a todos e todas. Eu
215 gostaria de fazer um registro prazeroso, nós estamos vendo um equilíbrio de gênero nessa
216 mesa, isso para nós, mulheres, e para os homens também que são sensíveis a gênero, no ano
217 que nós estamos celebrando o ano de gênero e água. Eu gostaria que tirassem essa foto que eu
218 vou colocar em todos os *sites*, porque não é simplesmente figuração. Eu sei o trabalho de cada
219 um de vocês, essa colega que não é absolutamente do setor, mas imagino que trabalhar com
220 petróleo não deve ser fácil. Eu quero registrar isso, gostaria que constasse de ata, por favor.
221 (Palmas!) **O Sr. Vicente Andreu Guillo (Secretário Executivo do CNRH - SRHU/MMA)**
222 – Muito obrigado. Eu queria também, aproveitando, dizer que nós estamos fazendo, estamos
223 no ar? A ANATEL concedeu a liberação para que as nossas reuniões disputassem com a
224 audiência da Globo. Estamos no ar, depois todos serão informados; agradecer a presença de
225 todos, na assinatura desses acordos e convidar àqueles que desejarem que nos acompanhem
226 aqui, que possam fazê-la, acompanhem a nossa reunião. Muito obrigado a todos. Queria
227 convidar aqui agora, para compor a mesa, o senhor Márley Caetano de Mendonça, para que
228 eu não continue aqui solto, que é o nosso gerente, da Gerência de Apoio ao Conselho, da
229 Secretaria, que vai auxiliar na condução dos trabalhos. Em seguida eu vou fazer a instalação
230 da reunião, verificação do quórum e depois nós seguiremos na abertura dos informes. Bem,
231 como de praxe tem algumas recomendações aqui que o meu roteiro pede que eu faça.
232 Informar que a agenda do dia foi encaminhada anteriormente a todos os Conselheiros, a pauta
233 é uma pauta extensa, pedir a compreensão de todos para otimização dos trabalhos e a
234 manutenção do quórum. Agora solicito... Passo agora ao senhor Márley, para que informe e
235 verifique o quórum do Plenário. Por favor, Márley. **O Sr. Márley Caetano de Mendonça**
236 **(MMA/SRHU)** – Secretário, nós ainda não atingimos o quórum, estamos prestes a atingir,
237 faltam somente dois membros. Então, ainda não dá para entrarmos na parte deliberativa da
238 reunião. **O Sr. Vicente Andreu Guillo (Secretário Executivo do CNRH - SRHU/MMA)** –
239 Tendo em vista essa situação regimental, o que está sendo proposto é de que nós poderíamos
240 caminhar... Então, por favor, Márley, registra-se então a obtenção do quórum regimental.
241 Bom, agradecer o quórum, solicitar a manutenção do quórum até o final da reunião, durante
242 os dois dias de trabalho e lembrar que a reunião terá continuidade após o intervalo do almoço.
243 O almoço está previsto para acontecer entre 12h30min e 14h00min. Agora solicito ao senhor
244 Márley para que leia os informes e os procedimentos regimentais. Por favor, Márley. **O Sr.**
245 **Márley Caetano de Mendonça (MMA/SRHU)** – Obrigado senhor Secretário. Informes.
246 Solicitamos que a cada intervenção os Conselheiros informem o seu nome e a entidade ou
247 órgão que representam, para efeito de registro, facilitando o trabalho da Secretaria Executiva
248 na elaboração da ata. Intervenções não serão permitidas durante a apresentação de matéria,
249 ficando facultado a cada Conselheiro que estiver com a palavra concedê-la ou não. Encerradas
250 as discussões, a matéria será submetida ao Plenário para votação. Durante o processo de
251 votação não será concedida a palavra para novos pronunciamentos, nem pedidos de vista e
252 apartes. A matéria será declarada aprovada ou rejeitada por maioria simples dos membros
253 presentes, ou seja, metade mais um dos votos dos Conselheiros que se encontrem presentes no
254 momento de votação. Procedimentos. Somente terão direito a voto os Conselheiros titulares.
255 Os Conselheiros suplentes com direito a voto são aqueles que estejam substituindo os titulares
256 ausentes. Os Conselheiros suplentes terão direito à voz. O relator de cada matéria deverá fazer
257 uso da palavra, por 15 minutos, para apresentar ao Plenário, com suas respectivas
258 justificativas. Após a apresentação das matérias, serão abertas as inscrições para os
259 Conselheiros que quiserem se manifestar sobre o assunto. Os Conselheiros inscritos serão

260 chamados pela ordem de inscrição, farão uso da palavra por 3 minutos, devendo todos se ater,
261 exclusivamente, sobre o assunto em discussão. **O Sr. Vicente Andreu Guillo (Secretário**
262 **Executivo do CNRH - SRHU/MMA)** – Nesse momento, eu gostaria de perguntar aos
263 Conselheiros presentes se existe alguma matéria de urgência ou alguma matéria a ser retirada
264 de pauta, da pauta que todos vocês já receberam anteriormente. Nenhuma solicitação, também
265 gostaria de informar, como já foi feito aqui, mas reforçar, que o senhor Luiz Amore,
266 Secretário Geral do Projeto de Proteção Ambiental e Desenvolvimento Sustentável do
267 Sistema Aquífero Guarani, comunicou que não foi possível viabilizar sua vinda para
268 realização da apresentação prevista no item 5.5, resultados finais do Projeto Aquífero
269 Guarani, e solicitou que sua apresentação fosse transferida para a próxima reunião do
270 Conselho. Por essa razão o item 5.5 deve ser retirado da pauta. Eu solicito que o senhor
271 Márley Mendonça leia a nova Ordem do Dia. Por favor, Márley. **O Sr. Márley Caetano de**
272 **Mendonça (MMA/SRHU)** – Senhor Secretário, a nova Ordem do Dia é a seguinte: abertura,
273 em seguida Ordem do Dia. Item 1, aprovação da Ata da XX Reunião Ordinária. Item 2,
274 resposta aos ofícios: 2.1 – SEA/SE nº 0600/08, da Conselheira Marilene Ramos, representante
275 dos Conselhos Estaduais dos Estados do Rio de Janeiro e São Paulo, que encaminhou
276 proposta de alteração dos art. 26 e 41 do Regimento Interno do CNRH; 2.2 –
277 14/2008/CTCOST/CNRH/MMA, do Presidente da CTCOST, o Conselheiro Luiz Fernando
278 de Abreu Cybis, que trata dos encaminhamentos referentes a proposta de resolução que
279 “estabelece diretrizes adicionais que devem ser incluídas nos planos de recursos hídricos de
280 regiões que contenham trechos da zona costeira”, originada na CTCOST. Item 3, deliberação
281 sobre propostas de Resolução que: 3.1 – Prorroga o prazo do mandato da Diretoria Provisória
282 do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Piranhas-Açu, encaminhada pela Diretoria
283 Provisória do Comitê do Piranhas-Açu; 3.2 – Altera a Resolução CNRH nº 70, de 19 de
284 março de 2007, que “estabelece os procedimentos, prazos e formas para promover a
285 articulação entre o Conselho Nacional de Recursos Hídricos - CNRH e os Comitês de Bacia
286 Hidrográfica, visando definir as prioridades de aplicação dos recursos provenientes da
287 cobrança pelo uso da água, referidos no inciso II do § 1º do art. 17 da Lei nº 9.648, de 27 de
288 maio de 1998, com a redação dada pelo art. 28 da Lei nº 9.984, de 17 de junho de 2000”,
289 encaminhada pela CT de Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos; 3.3 – Aprova o
290 Detalhamento Operativo dos Programas VIII, X, XI e XII do Plano Nacional de Recursos
291 Hídricos, encaminhada pela CT do Plano Nacional de Recursos Hídricos; 3.4 – Define os
292 procedimentos de indicação dos representantes do Governo Federal, dos Conselhos Estaduais,
293 dos Usuários e das Organizações Cívicas de Recursos Hídricos no Conselho Nacional de
294 Recursos Hídricos, encaminhada pela CT de Assuntos Legais e Institucionais; 3.5 –
295 Estabelece composição e define suplências para a CTAS, CTAP, CTCT, CTGRHT e
296 CTPOAR, para mandato de 1º de fevereiro de 2009 a 31 de janeiro de 2011, e dá outras
297 providências, encaminhada pela Secretaria Executiva do CNRH. Item 4, deliberação sobre
298 proposta de Moção que: 4.1 – Recomenda princípios e prioridades de investimento em
299 ciência, tecnologia e inovação para recursos hídricos, encaminhada pela CT de Ciência e
300 Tecnologia. Item 5, apresentação: 5.1 – Resultados da Oficina “10 anos do CNRH – Desafios
301 e Proposições para Melhoria do seu Funcionamento” – pelo facilitador do evento, senhor
302 Francisco Bezerro, o Cacá; 5.2 – “Programa Nacional de Avaliação da Qualidade da Água” –
303 pelo senhor Marcelo Pires da Costa, Gerente da Superintendência de Planejamento de
304 Recursos Hídricos da ANA; 5.3 – Conclusões da Nota Técnica nº
305 01/2008/CTIL/CNRH/MMA, referente ao Relatório do GT “Aplicação das Diretrizes do
306 PNRH aos Empreendimentos Hidrelétricos”, encaminhada pela CT de Assuntos Legais e
307 Institucionais, a ser feito pela senhora Martha Sugai, coordenadora do GT; 5.4 – “Estado da
308 Implementação do Plano Nacional de Recursos Hídricos” – João Bosco Senra, Diretor do
309 Departamento de Recursos Hídricos – DRH/MMA, encaminhado pelo Grupo Técnico de
310 Coordenação e Elaboração do Plano Nacional de Recursos Hídricos – GTCE. Em seguida
311 informes e por último o encerramento. **O Sr. Vicente Andreu Guillo (Secretário Executivo**

312 **do CNRH - SRHU/MMA)** – Muito obrigado, Márley. Nós vamos colocar em votação a nova
313 Ordem do Dia. Como acordamos na reunião passada, vamos estabelecer o método do voto
314 ativo. Aqueles Conselheiros e Conselheiras que aprovam a nova Ordem do Dia, por favor,
315 levantem a mão, os seus crachás. Muito obrigado. Aqueles que são contrários. Abstenções.
316 Então, aprovada por unanimidade a nova Ordem do Dia. Dando continuidade aos trabalhos,
317 submeter ao Plenário o item 1 da Ordem do Dia, que é aprovação da Ata da XX Reunião
318 Ordinária do Conselho Nacional de Recursos Hídricos. Essa ata já foi encaminhada
319 anteriormente. Algum Conselheiro ou Conselheira que deseje fazer alguma contribuição em
320 relação à ata? **A Sr^a. Ninon Machado de Faria Leme Franco (ONGs)** – Eu já fiz, já
321 entreguei, está em vermelho na tela. **O Sr. Vicente Andreu Guillo (Secretário Executivo do**
322 **CNRH - SRHU/MMA)** – Nós temos um pequeno probleminha. "Destacou que os custos de
323 participações nas Câmaras Técnicas resultam em muitos benefícios para a efetiva gestão das
324 águas"; é a inclusão da efetiva gestão das águas. Mais alguma contribuição em relação à ata?
325 **A Sr^a. Ninon Machado de Faria Leme Franco (ONGs)** – Eu gostaria de registrar a
326 qualidade da ata. Sr. Presidente, eu gostaria que constasse de registro a qualidade da ata. A ata
327 é um instrumento de formação de política pública, ela é importante, portanto, eu que sou uma
328 pessoa que ler tudo quanto é ata, posso verificar a qualidade que ela tem. Então, parabéns ao
329 Secretariado. **O Sr. Vicente Andreu Guillo (Secretário Executivo do CNRH -**
330 **SRHU/MMA)** – Por favor, Ninon, você que está aí diante, você poderia registrar quais são as
331 alterações? **A Sr^a. Ninon Machado de Faria Leme Franco (ONGs)** – A 279, que quando se
332 faz o lançamento da cartilha, estava procedendo ao lançamento mundial da cartilha e na fala
333 do Demétrius, eu tomei a liberdade de fazer essa observação porque se usa, e tenho certeza
334 que ele usaria, internalizar perspectiva de gênero e praticar a igualdade na participação da
335 gestão. É a perspectiva e não a questão. **O Sr. Vicente Andreu Guillo (Secretário Executivo**
336 **do CNRH - SRHU/MMA)** – Muito obrigado. Mais alguma contribuição de Conselheiro ou
337 Conselheira em relação à ata? Não havendo, eu gostaria de encaminhar em conjunto as
338 alterações, visto que elas, a princípio, não apresentam questões que suscitem polêmica,
339 aparentemente. Então, gostaria de fazer o encaminhamento dessas alterações para aprovação
340 da ata com a sua inclusão, encaminhar conjuntamente. Por favor, Conselheiros e Conselheiras
341 que aprovam a ata com as alterações aqui apresentadas, por favor, levantem os seus crachás.
342 Muito obrigado. Aqueles que são contrários à aprovação da ata? Abstenções? Registre-se a
343 aprovação da ata por unanimidade. Teve uma abstenção. Então, registre-se com uma
344 abstenção à aprovação da Ata da XX Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Recursos
345 Hídricos. Passamos agora ao item 2.1 da Ordem do Dia, que é resposta ao ofício SEA/SE nº
346 0600/08, da Conselheira Marilene Ramos, representante dos Conselhos Estaduais dos Estados
347 do Rio de Janeiro e São Paulo, que encaminhou proposta de alteração dos art. 26 e 41 do
348 Regimento Interno do CNRH. Convido o senhor Márley, para ele que possa explicar os
349 trâmites e apresentar a proposta encaminhada pela Conselheira Marilene Ramos, que eu
350 adianto, ela não se encontra presente e me pediu para justificar a sua ausência, porque hoje, no
351 Estado do Rio de Janeiro, sob sua coordenação, está sendo lançado o pacto pelo saneamento,
352 razão pela qual ela não pode estar conosco aqui nesta reunião. Por favor, Márley. **O Sr.**
353 **Márley Caetano de Mendonça (MMA/SRHU)** – Obrigado, senhor Secretário. No exercício
354 da Presidência da CTIL eu designei, como relator dessa matéria, o Conselheiro Carlos Hugo,
355 do Ministério da Justiça, mas por razões de problemas de saúde ele não está presente, por isso
356 vou estar fazendo um breve relato, na verdade é uma informação. No mês de junho, durante à
357 XXII Reunião Extraordinária do Conselho, a Conselheira Marilene Ramos manifestou sua
358 intenção de solicitar alteração de 2 itens do Regimento Interno do Conselho Nacional de
359 Recursos Hídricos, basicamente para que as matérias, quando derem entrada no Conselho,
360 quando forem propostas matérias para o Conselho, para que haja uma prévia aprovação pelo
361 Plenário. Bom, essa proposta foi discutida no âmbito da CTIL e a CTIL entendeu, que em
362 razão de estar fazendo um processo de revisão do Regimento Interno, seria mais adequado
363 que a proposta da Conselheira Marilene fosse considerada no bojo desse processo de revisão e

364 não de maneira isolada, porque é necessário que consideremos todas as propostas que estão
365 sendo apresentadas. Então, por conta disso, trazemos esse retorno, desse entendimento da
366 CTIL, no sentido de que a proposta da Conselheira Marilene Ramos será considerada no
367 âmbito do processo de revisão do Regimento Interno, juntamente com as demais propostas
368 que estão sendo apresentadas, inclusive considerando os resultados da oficina de Câmaras
369 Técnicas que nós realizamos há alguns dias. Então, é um processo que vai se desdobrar no
370 ano de 2009. **O Sr. Vicente Andreu Guillo (Secretário Executivo do CNRH -**
371 **SRHU/MMA)** – Muito obrigado. Eu queria informar que não haverá deliberação ou
372 discussão a respeito, é apenas a informação, uma vez que se considerou a importância da
373 demanda por ter acontecido nessa XXII Reunião Extraordinária do CNRH. Como tenho meu
374 roteiro aqui, eu não resisto, aqui está assim: “é a primeira vez que estaremos dando ciência de
375 uma resposta ao Plenário”. E depois, logo em seguida, tem um segundo, resposta de ofício,
376 que está assim: “é a primeira vez que estaremos dando ciência”; não, aqui depois vai ser a
377 segunda, porque a primeira nós estamos dando agora. Na verdade, eu gostaria que o Plenário
378 pudesse se manifestar o máximo possível. Se for no sentido de um comentário que não suscite
379 o debate, evidentemente que a palavra será garantida. **A Sr^a. Ninon Machado de Faria Leme**
380 **Franco (ONGs)** – Vou dizer ao Plenário, quero que fique registrado em ata, que é uma
381 questão que me parece o seguinte: a Lei 9433 é muito clara e mostra quais são os
382 instrumentos de gestão. Os instrumentos para o Conselho é o Plano Nacional de Recursos
383 Hídricos, que é o nosso planejamento estratégico. Então, o Conselho tem que se manifestar,
384 tem que agir e as suas Câmaras são delegadas, são longa manos do Plenário, dentro do que
385 nós pactuamos no Plenário. O Plenário, em janeiro de 2006, aprovou o Plano Estratégico
386 Nacional, que é a diretriz para o Conselho Nacional. Eu gostaria que a Secretária tivesse um
387 pouco mais de vivência aqui do Plenário e das Câmaras Técnicas, o Rio de Janeiro é
388 profundamente ausente nas Câmaras Técnicas e lamento isso, porque eu sou carioca, sou
389 Fluminense e participo de vários comitês de bacia e era importante que eles estivessem, o Rio
390 de Janeiro estivesse mais presente nesse cenário nacional, nós temos corpos hídricos
391 relevantes, inclusive Paraíba do Sul que é uma referência e também pediria que ela fizesse o
392 fundamento, a razão pela qual ela está pedindo essa alteração. Quando se pede alguma coisa
393 que altera fundamentalmente, isso precisa ter fundamento. Por outro lado, eu tenho alguma
394 preocupação, como eu disse na outra vez, o Estado do Rio, eu acho que o Conselho Estadual
395 de Recursos Hídricos do Rio de Janeiro precisa de uma qualificação, como nos demais
396 Conselhos, eu acredito, nós não somos diferentes e também milito lá no Conselho, sei
397 exatamente o que quero falar. Eu queria uma oportunidade, isso é um tema de Conselho
398 porque repercute no sistema nosso, o Conselho Nacional decidiu sobre o dinheiro da cobrança
399 que está alocado no FUNDRI e até agora nenhum comitê de bacia de domínio estadual
400 recebeu um tostão. O Comitê do Guandu vai fechar, a diretoria vai fechar suas portas no dia
401 31, estamos devendo recursos à fundação da universidade rural. Então, esse é um assunto
402 muito sério, que eu gostaria de poder ter espaço para falar oportunamente. **O Sr. Vicente**
403 **Andreu Guillo (Secretário Executivo do CNRH - SRHU/MMA)** – Eu agradeço a sua
404 contribuição. Registrar aqui que a Conselheira não se encontra presente em razão do evento
405 que eu já comuniquei e os comentários aqui efetuados, evidentemente, são de
406 responsabilidade. Por favor, Ninon, eu imaginei que era um comentário mais geral, você está
407 entrando em uma questão de conteúdo que ela não está nem vinculada exatamente ao tema.
408 Então, só fazer o registro aqui da justificativa da ausência e de que os comentários são
409 pertinentes, e de responsabilidade da Conselheira, evidentemente. Eu gostaria de passar aqui
410 ao item 2.2 da Ordem do Dia, que é resposta ao ofício 14/2008/CTCOST/CNRH/MMA, do
411 Presidente da CTCOST, o Conselheiro Luiz Fernando de Abreu Cybis, que trata dos
412 encaminhamentos referentes à proposta de resolução que “estabelece diretrizes adicionais que
413 devem ser incluídas nos planos de recursos hídricos de regiões que contenham trechos da
414 zona costeira”, originada na CTCOST. Convido o senhor Márley Mendonça para explicar os
415 trâmites e apresentar a proposta. **O Sr. Márley Caetano de Mendonça (MMA/SRHU)** –

416 Essa resposta, na verdade, seria dada pelo Presidente da Câmara, da CTCOST, o Conselheiro
417 Luiz Fernando de Abreu Cybis, mas ele não pôde estar presente. Então, eu fiquei encarregado
418 de fazê-lo, vou tentar aqui fazer um histórico rápido da tramitação dessa matéria no âmbito do
419 CNRH. No dia 27 de março desse ano, o Conselho Nacional de Recursos Hídricos iniciou
420 uma discussão sobre a proposta da resolução e naquela ocasião entendeu que seria necessário
421 que essa proposta fosse analisada pela Câmara Técnica do Plano Nacional de Recursos
422 Hídricos, antes de uma deliberação por parte do Plenário e também pela CTPOAR. Em razão
423 disso, a matéria que foi originada da CTCOST retornou para essas duas Câmaras, a CTPNRH
424 e a CTPOAR. Nos dias 23 e 24 de abril, a CTPOAR analisou a matéria e entendeu que a
425 proposta de resolução deveria ser analisada primeiramente pela Câmara Técnica do Plano
426 Nacional de Recursos Hídricos, pelo fato de que somente dois artigos teriam interface mais
427 direta com a CTPOAR. Em razão disso, alguns membros da CTPOAR passaram a integrar um
428 Grupo de Trabalho que foi criado no âmbito da Câmara Técnica do plano. Então, já houve, a
429 partir desse momento, uma convergência de trabalho, uma integração entre as duas Câmaras
430 Técnicas. Numa reunião realizada em... Em seguida, a Câmara Técnica do plano, ao analisar
431 essa matéria, quer dizer, primeiramente no âmbito do GT, entendeu que deveria ser realizado,
432 ser elaborado um substitutivo e sugeriu que esse substitutivo fosse analisado previamente pela
433 CTCOST, a Câmara Técnica de integração da gestão das bacias hidrográficas do sistema (...) e
434 e zona costeira. Nosso Regimento Interno de fato prevê isso, então, o encaminhamento
435 sugerido pela Câmara Técnica do plano foi correto, atendeu ao Regimento Interno, como
436 houve um substitutivo e não uma análise conforme originalmente solicitado pelo Plenário,
437 haveria necessidade de que a matéria retornasse para a Câmara de origem. Nos dias 5 e 6 de
438 agosto a CTPOAR teve conhecimento da conclusão dos trabalhos do GT, criado lá no âmbito
439 da Câmara Técnica do plano e encaminhou de que não analisaria esta matéria, naquele
440 momento, porque não continha nenhuma interface com suas competências e que aguardaria
441 uma análise final da CTCOST, sobre o substitutivo, para em seguida se manifestar sobre essa
442 matéria. A Câmara, desde já, se colocou à disposição para posteriormente estar fazendo essa
443 análise. Bom, nos dias 16 e 17 de setembro passado, a CTCOST analisou a matéria, estou
444 pedindo aqui a ajuda da nossa relatora. Então, nos dias 16 e 17 de setembro passado, a
445 CTCOST iniciou novamente a análise da matéria, passou a analisar o substitutivo e mais uma
446 vez foi criado um Grupo de Trabalho para analisar o substitutivo. Esse Grupo de Trabalho
447 está considerando não somente o substitutivo, mas também as contribuições que foram
448 apresentadas pela Conselheira Patrícia Boson na reunião deste Conselho, de 4 de junho de
449 2008. Então, esse trabalho está em desenvolvimento no âmbito da CTCOST e a CTCOST
450 entendeu que haveria necessidade de proceder essa informação ao Plenário do Conselho, uma
451 vez que essa demanda partiu daqui, para que o Plenário tomasse ciência do trâmite do
452 processo, do trâmite da análise da matéria e a CTCOST entende que precisa de um tempo
453 maior para poder continuar analisando o que vai acontecer no decorrer do ano seguinte. É
454 isso. **O Sr. Vicente Andreu Guillo (Secretário Executivo do CNRH - SRHU/MMA)** –
455 Muito obrigado, Márley. Eu queria fazer uma solicitação, até pelo caráter excepcional das
456 informações ao Plenário, mas diferentemente do primeiro, que me pareceu um informe
457 relativamente simples, esse segundo envolve uma complexidade no trâmite bastante
458 significativo, bem maior. Quando tivermos esse procedimento, fica aqui uma sugestão e acho
459 que um encaminhamento, que esses informes sejam prestados por escrito para os
460 Conselheiros, sucintamente, para que vocês previamente tenham a natureza, já que nós vamos
461 prestar uma informação como essa que você está prestando aqui oralmente, a gente possa
462 fazer uma síntese disso e entregar aos Conselheiros para que os Conselheiros tenham... Foi
463 entregue o resumo? Perfeito, eu é que não tenho aqui. Ele fez um resumo do resumo, vocês
464 receberam, perfeito. Então, eu gostaria de perguntar se algum Conselheiro gostaria de fazer
465 algum comentário sobre essa questão. Por favor. **O Sr. Jairo dos Santos Lousa (Irrigantes)**
466 – Bom dia, Secretário. Bom dia senhores Conselheiros. Eu defendo os irrigantes na vaga da
467 CNA. É o seguinte, estou vendo que no item 2.1 e 2.2 eles foram respostas a ofícios

encaminhados ao Conselho. Eu gostaria de fazer aqui “uma pequena reclamação”, que eu também fiz por escrito, isso foi encaminhado ao Conselho, um pedido de encaminhamento para uma determinada Câmara que o Conselho escolhesse, para analisar a questão de definição de curso de água, que é um pleito do Estado do Rio Grande do Sul feito a mim e estou sendo muito cobrado por isso. Eu sei, por informações que obtenho, que o assunto foi analisado e foi encaminhado para a Câmara Técnica de Ciência e Tecnologia, que por sua vez, me parece, vai encaminhar à CTIL. Eu gostaria também de receber, de ter o mesmo tratamento, de ter uma resposta para nós, porque aí eu encaminharia isso para quem está me cobrando. Só essa questão. Obrigado. **O Sr. Vicente Andreu Guillo (Secretário Executivo do CNRH - SRHU/MMA)** – Muito obrigado, fica aqui o registro. Algum informe sobre isso? Por favor, Márley. **O Sr. Márley Caetano de Mendonça (MMA/SRHU)** – Só informar ao Conselheiro, que, na verdade, a proposta dele ainda está sob análise da CTGRHT, por isso que não trouxemos a título de informe. É que essas matérias, que acabamos informando aqui, são matérias que foram originadas no âmbito do Plenário, foram encaminhamentos, melhor dizendo, originados no âmbito do Plenário. A proposta do Conselheiro Jairo, como outras propostas que qualquer Conselheiro possa apresentar, foi encaminhada para a Câmara Técnica específica e está seguindo o seu curso normal, está sob análise da CTGRHT, depois passará pela CTIL e em seguida virá ao Plenário. **O Sr. Vicente Andreu Guillo (Secretário Executivo do CNRH - SRHU/MMA)** – Muito obrigado, mas penso que isso não anula a sugestão de que os Conselheiros tenham essas respostas, dos seus diversos encaminhamentos, por escrito, para que eles possam ter, perante os seus representados, eles possam ter uma justificativa física do que vem acontecendo. Mais algum Conselheiro ou Conselheira gostaria de fazer uso da palavra em relação a esse ponto? Então, fazendo só essa observação, esta é a segunda vez que estaremos dando ciência de uma resposta ao Plenário, em razão do que foi dito aqui pelo Márley, de que a demanda surgiu também do Plenário e não diretamente do Conselheiro. Bom, passamos agora ao item 3.1 da Ordem do Dia, que é deliberação sobre propostas de Resolução que prorroga o prazo do mandato da Diretoria Provisória do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Piranhas-Açu, encaminhada pela Diretoria Provisória do Comitê do Piranhas-Açu. Informar que o Conselheiro Iberê Paiva Ferreira de Souza, Presidente interino da Diretoria Provisória do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Piranhas-Açu, justificou sua ausência, devido a problemas de saúde, estando em tratamento em São Paulo. Convido à senhora Laélia Maria Lira Ferreira de Melo, representante da Secretaria de Estado do Meio Ambiente dos Recursos Hídricos do Rio Grande do Norte, no Grupo de Trabalho do Comitê Piranhas-Açu, para encaminhar a matéria. O tempo de apresentação é de 10 minutos. Na sua leitura anterior, você disse que o tempo de apresentação, nos seus informes, é de 15 minutos e aqui eu estou dando só 10 para ela. Afinal de contas são 10 ou 15? São 15 minutos. Então, você tem 15 minutos, senhora Laélia, para fazer sua apresentação. **A Sr^a. Laélia Maria Lira de Melo (SERHID/RN)** – Bom dia a todos os Conselheiros. Eu acho que tem uma apresentação já aí gravada, não é? Bom, isso aí tem o estado atual do processo de instalação (...). Foi criado, instituído em novembro de 2006, com a nomeação da diretoria provisória, mas em abril de 2007 houve uma nomeação de uma nova diretoria provisória em decorrência da Secretaria ter mudado de gestor. O Dr. (...) assumiu e houve uma nova nomeação. Em junho de 2007 houve um prorrogamento desse mandato da diretoria provisória e do prazo para instalação do Comitê. Esse era o prazo, houve um pedido de prorrogação, em setembro houve a primeira reunião dessa diretoria provisória efetiva, foi criado um grupo de apoio, uma deliberação que criou um grupo de apoio e esse grupo que nós estamos trabalhando desde dezembro de 2007, houve essa oficina em outubro e foi solicitada a prorrogação, foi prorrogado em 2007, até dezembro de 2008. Essa nova solicitação de pedido é que houve um planejamento, ficou um planejamento estabelecido naquela oficina e precisaria da contratação, através da ANA em convênio com a UNESCO, de uma empresa que fará todo o processo em mobilização. A empresa só foi contratada agora em outubro. Então, houve um novo planejamento e nós não daríamos mais tempo hábeis de instalar o

520 Comitê até agora, dezembro. Houve um novo cronograma de trabalho, o grupo já trabalhou
521 no Regimento Interno e a composição do Comitê ficou estabelecida aí já, de 40 integrantes,
522 40 membros, 40 titulares e suplentes. O poder público da Paraíba com 6, o do Rio Grande do
523 Norte com 5, na Paraíba existem 102 municípios, no Rio Grande do Norte 45, são 147
524 municípios na bacia. Os usuários aí são 7 na Paraíba, 9 no Rio Grande do Norte, Sociedade
525 Civil, 6 na Paraíba e 5 no Rio Grande do Norte, ficou, aliás, o mesmo número de membros
526 nos 2, a união com 2, um da Paraíba e outro do Rio Grande do Norte. A metodologia da
527 instalação, a execução do processo a cargo da empresa contratada com recursos, desde o
528 planejamento que foi estabelecido pelo Grupo de Trabalho e referendado pela diretoria
529 provisória, a empresa contratada foi ADSE – Agência de Desenvolvimento do Seridó existem
530 2 coordenadores, um para cada Estado e mobilizadores, inicialmente 12 mobilizadores, foram
531 reduzidos para 6. Metodologia de instalação, encontros regionais, são as cidades na bacia, as
532 cidades pólos que estão na Paraíba, Patos, Pombal, Cajazeiro, Itaporanga, no Rio Grande do
533 Norte Caicó e Açu. As Plenárias eleitorais também vão ser na Paraíba em Patos, Pombal e
534 Cajazeiro e no Rio Grande do Norte em Caicó e Currais Novos. Assembléia de posse e
535 eleição da diretoria, material de divulgação, radiofônicos, folhetos, cartazes, (...) e faixas. Aí é
536 o novo cronograma estabelecido, contratação da empresa, produção do material gráfico,
537 oficina de capacitação dos mobilizadores, mobilização social, tem as datas aí, os encontros
538 regionais e isso tudo a assembléia de posse agendada para o dia 17. Era isso, nós queríamos
539 justificar esse prorrogamento do prazo novo, solicitação desse novo pedido em decorrência da
540 contratação mesmo do processo que foi moroso e que não tínhamos mais tempo hábil de
541 instalar os Comitês esse ano. **O Sr. Vicente Andreu Guillo (Secretário Executivo do**
542 **CNRH - SRHU/MMA)** – Muito obrigado Sra. Laélia. Eu gostaria de colocar a matéria em
543 discussão. Algum Conselheiro ou Conselheira inscrita para tratar do tema? Não havendo
544 nenhuma manifestação do Plenário, eu vou encaminhar a matéria em votação. Aqueles
545 Conselheiros que aprovam a proposta de prorrogação do prazo, por favor, levantem seus
546 crachás. Muito obrigado. Os Conselheiros que são contrários à prorrogação do prazo, por
547 favor, se manifestem. Abstenções? Com registro de uma abstenção, fica aprovada a
548 prorrogação do prazo do mandato da diretoria provisória do Comitê de bacias hidrográficas
549 do rio Piranhas-Açu. Nós passamos agora ao item 3.2 da ordem do dia, que é deliberação
550 sobre proposta de Resolução que altera a Resolução do Conselho Nacional número 70, de 19
551 de março de 2007, que: "estabelece os procedimentos, prazos e formas para promover a
552 articulação entre o CNRH e os Comitês de Bacia Hidrográfica, visando definir as prioridades
553 de aplicação dos recursos provenientes da cobrança pelo uso da água referidos no inciso 2 do
554 § 1º do art. 17 da Lei 9648 de 27 de maio de 1998, com a redação dada pelo art. 28 da Lei
555 9984 de 17 de junho de 2000 ". Encaminhadas pela CT, pela Câmara Técnica de cobrança
556 pelo uso de recursos hídricos. Eu gostaria de fazer o convite ao presidente da Câmara Técnica
557 de cobrança pelo uso de recursos hídricos, o senhor Enéas Souza Machado, para fazer o
558 encaminhamento da matéria. Enéas acabou de chegar. Nós vamos aguardar alguns minutos
559 para que a apresentação seja. **O Sr. Enéas Souza Machado (Presidente da CTCOB)** – Bom
560 dia senhoras e senhores Conselheiros. Isso é o que nós estamos apresentando hoje, seria uma
561 proposta de mudança da Resolução número 70, aquela Resolução que trata da aplicação das
562 prioridades de aplicação dos recursos oriundos da cobrança do setor elétrico, aquele 075, já
563 conhecida. A mudança que nós propomos é muito singela, ainda nesta etapa, existem outras
564 ainda em estudo, mas essa para hoje é muito simples, apenas muda o prazo, ela hoje é anual e
565 a ideia é que isso passa a ser a cada 2 anos, para simplificar o processo, para dar mais tempo
566 para que nós possamos fazer consulta aos Estados e etc., hoje o processo é muito rápido e fica
567 pouco democrático e pouco participativo junto a todos os outros Estados. Então, a ideia é que
568 a Secretaria Executiva do CNRH, a cada dois anos formalizará processo de consulta aos
569 Comitês de bacia hidrográfica e de rios de domínio da União e aos Conselhos Estaduais de
570 recursos hídricos. Essa é a principal mudança. Daí disse que para definição das prioridades
571 estaduais, atinentes à aplicação dos recursos da cobrança, os Conselhos estaduais farão o

processo de consulta aos Comitês de bacia existentes e seus Estados, em funcionamento em seus Estados. Esses outros itens daqui são apenas a parte de a sequência dos prazos, a ideia é que o início do processo de consulta, no caso agora do biênio 2010/2011, seja feita, tenham seu início ainda um ano antes do dia 20 de dezembro de 2008, na sequência os Conselhos estaduais mandam as suas prioridades para a Agência Nacional de Águas até o dia 15 de abril do ano seguinte e a ANA manipula esses dados e os envia ao CNRH via (...) até 30 de abril e como último passo isso seria discutido pelo CNRH no prazo até o dia 30 de junho. Essa é a ideia básica, é só mudar o prazo de um ano para 2 anos e haver uma outra sequência. Outro item que foi posto nessa minuta de Resolução é que se pede um apoio mais forte por parte do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, articulado com a SRHU, com a ANA e outros entes da União, para que se busque, para que se persiga, se assegure que esses recursos oriundos da cobrança do setor elétrico não sejam contingenciados. Nós sabemos que isso é uma luta, uma coisa lenta, devagar que precisa ano a ano ir sendo feito, mas eu acho que é uma perseguição, é uma meta nossa que tem que ser feita, seja através do Decreto, de algum outro jeito, enfim, uma união entre a SRHU, ANA e outros entes para que esse recurso possa ser posto ao uso dos recursos hídricos. Muito obrigado. **O Sr. Vicente Andreu Guillo (Secretário Executivo do CNRH - SRHU/MMA)** – Eu gostaria de pedir ao Enéas para que nos acompanhasse na discussão dessa matéria. Quero pedir também ao Plenário para que nós tenhamos um silêncio necessário para a perfeita discussão dos pontos aqui apresentados e nesse momento coloco a matéria em discussão, já com a inscrição da Conselheira Ninon Machado. **A Srª. Ninon Machado de Faria Leme Franco (ONGs)** – Primeiro eu quero registrar a oportunidade dessa emenda Resolução. Eu lembro aqui 2003 quando nós tivemos uma memorável cessão do Conselho de junho de 2003, extraordinária e que deu origem a todo esse processo no sentido de não ter o contingenciamento dos recursos. Eu gostaria que nós pudéssemos colocar uma palavra no art. 6º, que trate da efetividade dos planos de aplicação, eu falo isso por causa desse exemplo do Rio de Janeiro. O plano de aplicação foi aprovado e até agora os Comitês de bacia não receberam um tostão e eu gostaria de registrar aqui, porque o Secretário de Tesouro da época era o Dr. Joaquim que agora é o Secretário de recursos hídricos de finanças do Rio de Janeiro. Então, ele já conhece o assunto e eu pediria a esse Plenário que a proposta dessa aprovação, já traça o caso específico do Rio de Janeiro em que o Governo está contingenciando os recursos e aí eu pediria diligência do nosso Secretário e do nosso Ministro Minc no sentido de que haja uma liberação dos recursos, porque os Comitês estão totalmente à míngua. Eu estou procurando umas tabelas aqui totalmente à míngua, até para que o Comitê do Bandu não feche no dia 31 de dezembro. Obrigada. **O Sr. Vicente Andreu Guillo (Secretário Executivo do CNRH - SRHU/MMA)** – Eu pediria à Conselheira para que, se possível, traçasse por escrito, para que nós pudéssemos submeter, apesar de nós estarmos tratando de um item geral, que você está colocando em um item específico, mas para que nós possamos encaminhar a sua proposta de alteração, pediria que você encaminhasse por... **A Srª. Ninon Machado de Faria Leme Franco (ONGs)** – Eu agradeço Secretário, porque realmente nós estamos lutando muito seriamente, eu queria que o senhor nos ajudasse com isso, obrigado. **O Sr. Vicente Andreu Guillo (Secretário Executivo do CNRH - SRHU/MMA)** – Mais algum Conselheiro? João Clímaco. **O Sr. João Clímaco Soares de Mendonça (ONGs)** – Primeiramente bom dia, bem-vindo a todos e a mim também, cumprimentar a todos na pessoa do seu Secretário. Eu falei para ele que eu vim preparado dessa vez, na verdade, eu estou brincando, não vim preparado para nada, eu estou sempre preparado e Secretário sempre fala algum bom humor que anima a nossa Assembléia. Mas eu queria fazer o registro em relação a essa Resolução, porque até hoje eu não fui convencido de que o Conselho tem suas prerrogativas para definir essa articulação com, para aplicação com os recursos da cobrança e eu sinto que não tem ainda uma saída para essa questão. Sendo um Conselho, uma entidade, um ente de gestão dos recursos hídricos, que tem condições, a meu ver, de dar sentido melhor a essa Resolução, infelizmente não fui ainda entendido nesse sentido. A ideia seria fazer dessa Resolução um instrumento de fortalecimento e de

624 implementação da gestão integrada, sobretudo dos Comitês de bacias. Existem estados que
625 não têm Comitês de bacias e nós não temos certeza se isso é por uma questão de opção
626 política ou então por um motivo estrutural, conjuntural que sempre acomete os estados. E aí
627 nós ficamos na dúvida, quando tem necessidade, o povo demanda que tenha Comitê de bacia
628 e não há aquele clima propício para isso. Então, nós pensamos, por que essa Resolução não
629 condiciona, não cria um elemento que possa favorecer a aplicação do recurso, priorizar a
630 aplicação dos recursos nos Estados que tenham como prioridade a aplicação, o
631 desenvolvimento e a implementação dos Comitês de bacias, no caso, quando houver
632 direcionamento para esses Estados ou quando houver, porque esses Estados têm potencial
633 hídrico de geração de energia pautada em recursos hídricos e não recebe ou não recebe o valor
634 que poderia ser mais justo receber ou eles recebem e aplicam em estruturas que não
635 privilegiam a implantação dos Comitês. Então, já tenho feito um esforço de que nessa
636 Resolução a aplicação dos recursos nos Estados onde não tem Comitê ficaria condicionada à
637 prioridade de aplicação de recursos em Comitê de bacia. Isso não é contemplado nessa
638 Resolução. **O Sr. Vicente Andreu Guillo (Secretário Executivo do CNRH - SRHU/MMA)**
639 – Muito obrigado. Agora que ele acabou, eu não sei se eu já contei para vocês, eu joguei
640 muita bola lá no São João Clímaco... Eu gostaria de consultar o Plenário. Tem que fazer a
641 proposta de alteração por escrito, muito embora, depois no encaminhamento vindo por escrito
642 à mesa, verificar, não a oportunidade da colocação, mas sim a oportunidade de se esse tema
643 está contemplado naquilo que nós estamos tratando que é alterar o prazo de fixação das
644 diretrizes, não está em discussão a questão mais abrangente que está sendo posta, mas mesmo
645 assim eu peço aos Conselheiros que faça, assim como recomendo a todos que fizerem
646 sugestão, que possam colocá-las brevemente no papel para que a Mesa depois encaminhe
647 adequadamente ao Plenário que está sendo proposto e não uma interpretação. Gostaria de
648 consultar o Plenário, mais alguma inscrição? **A Sr^a.Ninon Machado de Faria Leme Franco (ONGs)**
649 – Eu tenho duas propostas, uma moção no Rio de Janeiro e a outra com relação à
650 inclusão da palavra, aplicação dos recursos provenientes da cobrança... Estou tão ansiosa com
651 essa questão do Rio de Janeiro, eu coloquei aqui uma emenda ao art. 6º, em que se fala: os
652 recursos provenientes da cobrança, pelo uso dos recursos hídricos, dos exercícios
653 subsequentes e sua efetiva aplicação, porque não adianta ter plano se você não aplica, ou
654 efetividade... E a efetividade de sua aplicação. E a efetividade de sua aplicação. Onde está
655 aquele NR, logo subsequente e a efetividade da sua aplicação, porque não adianta ter plano se
656 não aplica. Porque, inclusive a nossa avaliação depende dessa efetividade. **O Sr. Vicente**
657 **Andreu Guillo (Secretário Executivo do CNRH - SRHU/MMA)** – Muito obrigado
658 Conselheira. Eu reitero, este é mais simples, mas eu peço para que haja encaminhamento por
659 escrito. **A Sr^a.Ninon Machado de Faria Leme Franco (ONGs)** – Deixa-me fazer uma
660 pergunta. Seria um ofício ao senhor ou uma moção que será aprovada pelo Plenário? A esse
661 pedido no sentido da liberação dos recursos. **O Sr. Vicente Andreu Guillo (Secretário**
662 **Executivo do CNRH - SRHU/MMA)** – Depois eu queria dar um informe. Eu queria que o
663 plenário se ativesse ao que está em discussão, que foi apresentada aqui pelo Enéas que é a
664 alteração do prazo, de consulta aos Estados, Comitês de 1 para 2 anos com ajustes
665 subsequentes fica no prazo. Na sequência até, visto a importância desse tema dar um informe
666 a respeito de um fato ocorrido ontem. Com relação à proposta de Resolução, quer dizer, de
667 alteração da Resolução, mais algum Conselheiro ou Conselheira gostaria de se manifestar? E
668 não havendo, eu vou pedir ao Conselheiro Enéas para que se manifeste e aprimore sobre os
669 comentários e em seguida nós faremos os encaminhamentos das propostas que chegarem à
670 Mesa por escrito, senão eu terei dificuldade de fazer o encaminhamento. Então, Enéas, por
671 favor. **O Sr. Enéas Souza Machado (Presidente da CTCOB)** – Bem, a respeito da sugestão
672 feita pela Conselheira Ninon, ela me parece adequada, se encaixa dentro da idéia do que
673 estaria aqui escrito, dando ênfase à efetiva aplicação do recurso naqueles itens que estão
674 prioridades. Quanto ao segundo tópico proposto pelo João Clímaco, me parece que foge um
675 pouco ao espírito dessa moção, porque ela é só para fixar o prazo que passa de 1 ano para 2

anos e dá depois a sequência de ações. Colocar aqui que teria que ser priorizada a aplicação desses recursos na implantação de Comitês, me parece não que aqui seja o local adequado, isso precisaria de outra Resolução ou de um outro meio, mas não aqui, provavelmente. **O Sr. João Bosco Senra (MMA/SRHU)** – É só uma proposta de redação, substituir ali: para aplicação efetiva dos recursos provenientes, porque a palavra aplicação está muito repetida, pela aplicação efetiva dos recursos. Tira embaixo, aí. **A Sr^a. Ninon Machado de Faria Leme Franco (ONGs)** – Tudo bem, o sentido é o mesmo. **O Sr. Vicente Andreu Guillo (Secretário Executivo do CNRH - SRHU/MMA)** – Por favor, mais alguma contribuição? Resolvido. Bom, o encaminhamento que nós vamos dar é de uma única sugestão de alteração, que é esta agora apresentada, que pela sua simplicidade não precisa ser encaminhada por escrito, que é, na proposta apresentada pelo Conselheiro Enéas, é de que o art. 6º, eu vou fazer aqui a leitura do novo art. 6º, ficaria assim: “art. 6º A definição pelo CNRH das prioridades para aplicação dos recursos da cobrança dar-se-á até o dia 30 de junho do ano seguinte ao início do processo de consulta referido no art. 3º, para aplicação efetiva ou efetiva aplicação dos recursos provenientes da cobrança pelo uso dos recursos hídricos nos 2 anos subsequentes”. Então, para não haver dúvidas, para aplicação efetiva dos recursos provenientes da cobrança pelo uso dos recursos hídricos, nos 2 exercícios subsequentes. É isso? Algum Conselheiro gostaria de se pronunciar sobre a emenda? Agora nós não estamos mais fazendo a discussão do texto geral, com relação à emenda, algum Conselheiro quer se manifestar? Então, eu vou encaminhar a votação da proposta da Resolução, com a emenda que sugerida pela Conselheira Ninon. Está claro isso? Em regime de votação. Os Conselheiros que são favoráveis à aprovação da Resolução ora apresentada com a emenda sugerida em Plenário, por favor, levantem seus crachás. Muito obrigado. Conselheiros contrários? Abstenções? Então, com aprovação por unanimidade da proposta de Resolução que estabelece os procedimentos, prazos e formas para promover articulação entre o Conselho Nacional e os Comitês de bacia hidrográfica. Eu penso que seria justo se o Plenário assim entender, dar um brevemente informe a respeito da questão do contingenciamento, que talvez ajude no entendimento, na compreensão daquilo que foi manifestado aqui pelos Conselheiros João Clímaco e Ninon. Na segunda-feira, em uma reunião do Ministro com os secretários, a ANA e nós da Secretaria de Recursos Hídricos, aproveitando uma agenda do Ministro Ming com o Ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, nós solicitamos a ele que fosse reiterada, pela terceira vez, é a terceira vez que o Ministro encaminha ao Ministro Paulo Bernardo nesse período que eu aqui me encontro, a solicitação de descontinenciamento dos recursos provenientes da cobrança. Nós inclusive o Ministro pediu para que nós fizéssemos um resumo desse histórico e fundamentamos inclusive a nova argumentação no momento econômico, político vivido pelo Brasil e pelo resto do mundo, porque o Governo Federal tem sistematicamente tomado algumas medidas e declarado de que as pessoas necessitam continuar consumindo, para que a economia não tenha nenhum retrocesso. Então, a fundamentação principal, neste instante da solicitação do descontinenciamento dos recursos, é de que deveria haver uma sintonia disso que o governo tem tomado em relação à redução do Imposto de Renda, redução de IPI, redução dos impostos para motocicletas, bancos e tudo mais e para ter uma sintonia, o Governo Federal deveria, mesmo que em caráter excepcional, descontinenciar os recursos para o ano de 2009, para que nós tenhamos uma ideia dos montantes, os recursos provenientes da cobrança e aí tanto da compensação como da cobrança, porque a compensação vocês sabem que é 3% de 6%, daqueles destinados 6% da compensação e 075 da cobrança. O montante para o ano de 2008 foi de 187 milhões de reais arrecadados com essa cobrança, sendo que 106 milhões foram liberados para aplicação pela Agência Nacional de Águas e 81 milhões foram contingenciados. Os recursos para o ano de 2009 estão estimados em 200 milhões, sendo que o volume estimado de contingenciamento, porque historicamente isso é uma decisão de natureza política, já houve ano como 2003, onde contingenciamento não existiu e já houve ano aonde o contingenciamento superou inclusive o valor dos recursos liberados. Então, está previsto um, nessa estimativa para 2009, um

contingenciamento da ordem de 90, 91 milhões de reais mantido o critério de 2008, então, nós estamos falando sobre esse montante de recursos a serem liberados. Então, penso que inclusive a sugestão de acréscimo em um dos artigos aqui da redação reforça esse posicionamento que o Ministério tem tomada perante o Ministério do Planejamento na busca do descontingenciamento da cobrança dos recursos hídricos. Com relação aos comentários já feitos também pelo Conselheiro João Clímaco, eles são de ordem geral, com relação ao procedimento geral de cobrança que não é aquele que está ora em apreciação. Então, com a aprovação do item 3.2 da pauta, nós passamos ao item 3.3 da ordem do dia. Eu estava prevendo que nós podíamos acabar a reunião amanhã antes do almoço, mas de repente, se nós formos tão rápido assim, ainda pode ser concluída no dia de hoje, está indo bem. Item 3.3 da ordem do dia, deliberação sobre proposta de Resolução que aprova o detalhamento operativo dos programas 8, 10, 11 e 12 do Plano Nacional de Recursos Hídricos, encaminhada pela Câmara Técnica do Plano Nacional de Recursos Hídricos. Eu faço um convite inicialmente ao senhor Sidnei Gusmão para encaminhamento da matéria, por favor, até 15 minutos, eu queria até adiantar, Sidnei, enquanto as pessoas se acomodam, a apresentação é conjunta e depois nós pretendemos fazer a deliberação, programa a programa, com esse encaminhamento inicial para que não haja nenhuma dúvida, por favor. **O Sr. Sidnei Gusmão Agra (Presidente da CTPNRH)** – Obrigado senhor Secretário e os demais Conselheiros, eu quero dizer da satisfação de mais uma vez me dirigir a esse Conselho trazendo mais um pacote de programas do Plano Nacional de Recursos Hídricos para a discussão e quem sabe para sua aprovação, dizer que a Câmara Técnica do Plano Nacional de Recursos Hídricos vem atuando com boa parte da sua agenda voltada para o Plano Nacional, mas a partir desse ano também entendendo da oportunidade que o Plano Nacional possibilitou de discutir uma maior integração, uma maior inter-relação entre as outras instâncias de planejamento no Sistema de Recursos Hídricos e também relacionado aos planejamentos setoriais, isso foi objeto de uma Resolução aprovada por esse Conselho em sua última reunião, que amplia as atribuições da nossa Câmara Técnica para que ela possa também desempenhar esse papel. Então, a Câmara Técnica vem trabalhando, já vinha desde o começo do ano, trabalhando nesse conjunto de atribuições ampliadas, aguardando o referendo desse Conselho que aconteceu com a Resolução aprovada na última reunião, eu até estava presente naquela reunião, eu queria relatar a matéria, mas em função dos horários de vôo e da solenidade de comemoração de 10 anos eu precisei me retirar da reunião antes que esse ponto chegasse à ordem do dia. Mas fica o agradecimento pela aprovação na última reunião e passamos a discutir a agenda de hoje. Só para relembrar o Plano Nacional de Recursos Hídricos está estruturado em 4 componentes e 13 programas. Aquele primeiro conjunto dos programas 1 a 7, foi aprovado em dezembro do ano passado pela Resolução 80, que em conjunto aprova os 7 programas e o programa 13, que na verdade é o sistema de gerenciamento orientado para resultados do plano é a Resolução 69 de março de 2007. Está em discussão hoje esses programas da terceira componente, sobre maneira, esses 4 programas: o Programa Nacional de água subterrânea, o Programa de Gestão relacionada à região amazônica, as águas do pantanal e também a questão relacionada ao semi-árido, são 4 programas ditos regionais, em que peso que um deles é uma região bem grande, que abrange o País inteiro que é o programa de águas subterrâneas. Na verdade, eu vou fazer um histórico da discussão desses programas no âmbito das Câmaras Técnicas envolvidas na discussão da matéria e no final uma breve descrição dos mesmos. não vamos entrar no mérito de cada um deles, não na apresentação, depois nós podemos fazer isso na fase posterior. O processo de construção, em março de 2007, naquela oficina de detalhamento dos programas, aquela oficina abrangeu os programas 1 a 8, ali foi apresentada uma primeira versão do programa 8, mas depois da discussão se avançou apenas nos programas 1 a 7 e o programa 8 ficou para esse momento. Em dezembro os programas 1 a 7 foram aprovados e a partir de abril desse ano, sempre que aparecer azul, diz respeito a atividades da Câmara do Plano, quando aparecer em verde diz respeito a atividades da Câmara Técnica de água subterrânea, quando aparecer em vermelho diz respeito a CTCOST. Então, em abril de 2008,

na primeira reunião da Câmara do plano esse ano, esse ponto, tanto o acompanhamento da implementação agora dos programas 1 a 7, como também o detalhamento dos programas 8 a 12 passaram a ser pontos de pauta permanente e na reunião de abril, então, se apresentou uma agenda para discussão do programa 8. Em junho, na reunião da CTAS de número 61, também aquele mesmo cronograma e fluxograma discussão do programa 8 foi apresentada àquela Câmara Técnica. Também em junho o programa 8, o programa de água subterrânea, foi enviado aos membros da CTAS e aos Órgão Gestores estaduais, solicitando contribuições. Em junho de 2008 acontece à reunião da Câmara Técnica de número 50, esse assunto esteve em pauta, em agosto, mais uma reunião da CTAS onde o assunto continuava sendo discutido, em setembro, a partir de setembro as coisas começam a acontecer mais intensamente. Então, há um ofício da Câmara Técnica do plano ao GTCE, alertando para o prazo dado pela Resolução 80, que esses 5 programa que ainda não foram aprovados deveriam ser remetidos a esse Conselho até dezembro deste ano, então, nós fizemos esse ofício e lembrando que essa discussão envolvia pelo menos aquelas 4 Câmaras Técnicas, além do Plenário do Conselho. Em setembro de 2008 a CTAS chega a um consenso e considera o programa 8 tecnicamente consistente e aprovado, remetendo à Câmara do plano, em setembro também a CTCOST nos pergunta do programa 9, também enxergando que dezembro era o prazo, há um ofício, então, do presidente da CTCOST perguntando do andamento da detalhamento do programa 9, em setembro ainda, na reunião da Câmara Técnica, há uma primeira discussão conceitual sobre o formato, o conteúdo dos programas ditos realmente regionais, os programas 9 a 12 e também há uma apresentação do programa 8 já aprovado pela CTAS. Em outubro há uma reunião conjunta da Câmara Técnica do plano com a Câmara Técnica de água subterrânea onde é aprovado o programa 8 e remetido à CTIL. Ainda em outubro há uma reunião dos presidentes de Câmaras Técnicas com o Secretário onde é informada a retomada dos trabalhos do GTCE e se coloca, então, um cronograma para que se tentasse chegar nessa reunião, além do programa 8 que já estava aprovado, com os 4 programas regionais também aprovados. Em novembro, na 53ª da Câmara do plano há apresentação e discussão e aprovação dos programas 9 a 12, só que com uma diferença de encaminhamento, através de um ofício, o programa 9 é encaminhado à CTCOST que é a Câmara Técnica especialista em Gestão Costeira, o programa trata desse assunto e a Câmara Técnica resolveu remetê-lo, após uma análise inicial, à Câmara Técnica de Gestão Costeira. Os demais programas foram encaminhados à CTIL que em novembro, na sua reunião de número 105, aprovou o programa 8 e os programas de 10 a 12. Então, daquele escopo inicial que falta, o programa 9 não vem, neste momento, ao Conselho. Olhando esse histórico, pode se concluir que o programa 8 que diz respeito a águas subterrâneas teve um consistente processo de elaboração, uma vez que seu processo levou bastante tempo, desde março de 2007, ele foi apresentado pela primeira vez, foi amplamente discutido na CTAC que é especialista no tema, foi aprovado pela Câmara do plano, pela CTIL e agora está em discussão nesse Conselho. Já os programas regionais levaram um longo tempo, mas para serem concebidos, usei o termo concebido entre aspas, porque não tinham uma clareza da estrutura do mesmo, até que se entendeu como ele deveria funcionar, de modo que o programa 9, que diz respeito a Gestão da zona costeira, foi encaminhado à Câmara Técnica especialista e os programas 10 a 12 enviados à CTIL e estão hoje no Plenário do Conselho. Só uma descrição, caracterização muito rápida, o Programa Nacional de águas subterrânea está estruturado em 3 subprogramas, o primeiro visa a ampliação do conhecimento hidrogeológico, o segundo o desenvolvimento de aspectos institucionais e legais e um terceiro subprograma relativo à capacitação, comunicação e mobilização da sociedade em torno do tema relacionado à Gestão das águas subterrâneas. Já os programas regionais que estão aqui em discussão, Gestão Ambiental de recursos hídricos na região amazônica o programa 10, o programa 11, conservação das águas Pantanal em especial suas áreas úmidas e o programa 12, Gestão sustentável de recursos hídricos em convivência com semi-árido brasileiro. Mais uma justificativa para esses programas regionais, o plano tem um recorte espacial que são as regiões hidrográficas através de uma Resolução que aprova a

divisão Hidrográfica Nacional para fins do Plano Nacional de Recursos Hídricos, mas o mesmo plano, também mencionava as chamadas situações especiais de planejamento, criando um recorte regional especial para essas 4 regiões e daí surgem esses 4 programas regionais. Isso aparece no volume de metas e depois no volume de programas do plano. Esses programas regionais são estruturados através não de programas específicos para região, mas através do rebatimento dos programas anteriores, dos programas 1 a 8, nas constituições específicas na região. Isso é feito também e o outro lado da articulação, com os Estados, porque em cada uma dessas regiões há um conjunto de Estados ou um conjunto de órgãos gestores estaduais e essa articulação por ocasião da implementação dos programas, vai ser de extrema importância. De modo que ao final, o que se espera desses programas regionais é uma especialização quanto a modelos institucionais apropriados à Gestão e considerando a natureza particular de cada uma daquelas regiões, dos problemas relacionados a cada uma daquelas regiões e uma ênfase, uma prioridade na implementação dos instrumentos de Gestão, próprios, característicos que apontem para um aprimoramento na Gestão em cada uma dessas regiões. Desse modo é proposta uma minuta de Resolução, ali eu estou apresentando só o único artigo, cortei os considerados, mas na sequência nós a colocamos na íntegra, mas temos conhecimento. Da mesma forma que a Resolução de dezembro do ano passado, que aprovou os programas de 1 a 7, ela apresenta um único artigo que aprova os 4 programas, o 8, o 10, o 11 e o 12 e tendo em vista que não veio para a discussão o programa 9, foi uma inserção da própria CTIL de conceder mais um ano e que daí o programa 9, relativo a Gestão de Recursos Hídricos em zonas costeiras, integrado ao gerenciamento costeiro deve vir ao Conselho até o final de 2009. Então, era isso que tinha para ser relatado. Eu queria passar a palavra ao GTCE, não sei se o pessoal da Secretaria ou da ANA quer fazer uso para detalhar alguns aspectos dos programas mais particulares. Senão nós podemos avançar na discussão. **O Sr. João Bosco Senra (MMA/SRHU)** – É só para esclarecer que os membros da GTCE estão presentes, alguma dúvida que tenha, é João Bosco. Só para esclarecer que o GTCE está presente aqui para esclarecer alguma dúvida como todos receberam os programas, com seus detalhamentos e tudo mais, então, estão presentes aqui os representantes da ANA, que são representantes do GTCE e da Secretaria e que está à disposição para esclarecimento das dúvidas. **O Sr. Rosalvo de Oliveira Junior (MI)** – A minha dúvida que eu queria ter esclarecida é com relação ao programa 12, quando eu pego lá atrás cronograma físico e financeiro, atividades, execução de projetos da agenda federal, ANA, SRHU e (...), eu queria saber por que a CODEVASF não está incluída, considerando que a área de abrangência de sua atuação, a bacia do São Francisco e a bacia de Parnaíba e a bacia do São Francisco tem grande parte de sua área inserida no semi-árido. Eu gostaria de saber por que não está incluída a CODEVASF aqui? **A Sr^a. Rosa Maria Oliveira Machado Mancini (CERH/SP)** – Eu queria sinicamente agradecer a concessão da CTIL de dar mais 1 ano para o estudo da água Costeira, porque isso é demais. Eu queria, na verdade, agora tirando o sinicamente, eu queria de fato ter uma informação um pouco mais clara, por que o programa 9 não foi encaminhado com a devida antecedência para a CTCOST e ficou até agora assim? Porque ficou uma banguela no quadro que eu... Para nós é muito triste, porque eu acho que mostra isso é um protesto, o descaso que continua tendo em relação a esse assunto, que é um problema que hoje é nacionalmente está sendo noticiado, é um problema sério de relação entre água Costeira e água-marinha. Eu sei que água salgada não é recurso hídrico, mas de qualquer forma a interação entre os 2 meios é uma questão de fato mais do que sabida. Então, eu gostaria muito de ter uma resposta um pouco mais clara dos motivos que não levaram a esse encaminhamento. A segunda observação que eu gostaria de fazer... **O Sr. Vicente Andreu Guillo (Secretário Executivo do CNRH - SRHU/MMA)** – Rosa só um minuto, Júlio, João Clímaco, por favor. **A Sr^a. Rosa Maria Oliveira Machado Mancini (CERH/SP)** – A segunda observação é com relação ao desnivelamento entre os projetos apresentados, o Programa de água subterrânea, ele está absolutamente bem estruturado com diagnóstico com metas e ações que de fato orienta qualquer um dos Estados, dos Conselhos para tomar qualquer orientação de decisão de

884 ação. Os demais, o de Amazônia e do semi-árido, eu acho que são os mais rasos, que na
885 verdade mais explicar o que não fez do que outra coisa e do Pantanal está muito bem
886 justificado, mas na parte da proposição está bastante frágil. Então, eu queria entender como é
887 que esse procedimento de um encaminhamento tão diferenciado, tão desvelado entre um
888 programa e outro e se vai ter um procedimento para os outros programas, inclusive para o 9 e
889 como é que nós podemos agir nesse sentido? **O Sr. Vicente Andreu Guillo (Secretário**
890 **Executivo do CNRH - SRHU/MMA)** – Muito obrigado. Agora Conselheira Ninon. Em
891 seguida esses esclarecimentos as duas falas foram de solicitação do esclarecimento, eles serão
892 dados, quer dizer, não sei se os esclarecimentos serão dados, mas serão tentados logo em
893 seguida. **A Sr^a. Ninon Machado de Faria Leme Franco (ONGs)** – Eu quero fazer minhas as
894 palavras da Dr^a. Rosa Maria Oliveira Machado Mancini, eu gostaria que constasse de ata. Eu
895 quero dizer, eu vou discutir o Programa Nacional de águas subterrâneas, está muito bom, nós
896 já evoluímos nas Câmaras Técnicas dos planos e na CTIL eu não participei por motivos de
897 ordem superior, mas eu gostaria de colocar pequenas alterações sem que tenha a ver com
898 conteúdo, mas para dar ênfase, porque nessa questão das águas subterrâneas é importante a
899 inclusão e a participação dos Estados. Em alguns momentos aqui eu gostaria que fosse
900 incluído, está aqui nas minhas alterações, passo para vocês, que sejam incluídas nos planos
901 diretores municipais. Cadê o representante do Ministério da Cidade, ele estava aí e eu já falei
902 com ele agora pela manhã e espero que o Dr. Sérgio Gonçalves apareça aqui durante o
903 transcurso, mas eu acho fundamental a participação e depois, em algum momento, que os
904 municípios também tenham sua política de águas. Os municípios são atores importantíssimos,
905 eles são titulares de vários serviços ligados à água, vários usos e são usuários da águas. Então,
906 nós teríamos que incentivar isso é um mandato que o Conselho deveria ajudar que os
907 municípios tenham suas políticas de água e nesse ponto água subterrânea tem prioridade.
908 Quanto aos demais, eu gostaria apesar de ter feito a palavra da Dr^a. Rosa, particularmente em
909 relação à questão de zona costeira, eu quero dizer que nós estamos fazendo todo um plano,
910 que nós construímos e que nós temos orgulho de fazer, mas nós estamos descumprindo um
911 mandamento legal, a lei é clara, específica que a Política Nacional de Recursos Hídricos deve
912 se articular com a política de zona costeira. Além do que está nacionalmente falando, existe
913 nas Nações Unidas o Plano Mundial de ação em relação às zonas costeiras, isso tem
914 repercussão, além das nossas fronteiras. Essa questão de poluição de origem telúrica de
915 objetos de vários tratados internacionais, inclusive tem a ver exatamente com a questão da
916 gestão de zona costeira e o município tem o papel muito importante. Então, eu gostaria que
917 registrasse para que não fosse agendado para 2009, daqui a 12 meses, mas que no ocorrer de
918 2009 esse novo Plenário possa ter o prazer de aprovar esse plano. **O Sr. Luiz Estellita Lins**
919 **de Salvo Coimbra (MRE)** – Muito obrigado. Eu gostaria de com base no art. 15 do nosso
920 regulamento do Conselho, pelo qual é facultado a qualquer Conselheiro com direito a voto
921 requerer vista devidamente justificada de matéria não julgada, de solicitar vista para o
922 detalhamento operativo do Programa Nacional de águas subterrâneas do Plano Nacional de
923 Recursos Hídricos, programa 8, bem como do programa 10, referente a Amazônia. Os
924 motivos desse pedido são de que há, tanto em um como no outra matéria que diz diretamente
925 a respeito à Política Externa Brasileira e nós gostaríamos de poder examinar com um pouco
926 mais de vagar, ambos os documentos, de modo a ajustar as ações propostas às diretrizes de
927 Política Externa e as ações desenvolvidas pelo País no tocante a essas duas questões e
928 também poder olhar com um pouco mais de cuidado para alguns conceitos de modo a nos
929 assegurar que esses conceitos e essas ações propostas estejam perfeitamente ajustadas e
930 adequadas ao que temos procurado fazer e às ações de integração e de cooperação que nós
931 procuramos desenvolver como nação, junto aos nossos vizinhos. De modo que esses seriam as
932 nossas solicitações. Nós já fizemos alguns contatos informais com a equipe da Secretaria e
933 pensamos que poderemos, talvez, nessas próximas semanas, trabalhar junto com a equipe da
934 Secretaria de modo a justamente fazer esse detalhamento e esses pequenos ajustes de modo a
935 que possamos na próxima reunião, já voltar a examinar a questão. Muito obrigado. **O Sr.**

936 **Vicente Andreu Guillo (Secretário Executivo do CNRH - SRHU/MMA)** – Fernando, é o 8
937 e o 10? **O Sr. Luiz Estellita Lins de Salvo Coimbra (MRE)** – Sim, não temos nenhuma
938 dificuldade em aprovar os outros 2 hoje. Muito obrigado. **O Sr. Vicente Andreu Guillo**
939 **(Secretário Executivo do CNRH - SRHU/MMA)** – Eu queria, só para perfeito
940 encaminhamento uma solicitação de vistas. Então, é uma prerrogativa... Não, não precisa ser
941 aprovado ali não, é prerrogativa do Conselheiro. Eu queria pedir que as discussões
942 continuassem, mesmo sobre o 8 e 10, até como uma contribuição. No encaminhamento a
943 seguir, ouvidos os Conselheiros em Plenário, eu gostaria de trabalhar com os esclarecimentos
944 necessários. Em seguida tratar do pedido de vistas e em seguida tratar das questões de emenda
945 dos que eventualmente não tenham pedido de vistas. Então, seguem, as pessoas podem se
946 posicionar, os Conselheiros e Conselheiras acerca dos programas aqui colocados, seus
947 comentários. Findo esse processo, serão dados os esclarecimentos solicitados em relação à
948 CODEVASF, o 9, por que ele não foi incluído, essas solicitações e outras que existam. Então,
949 primeiro serão dados esses esclarecimentos, em seguida será tratado do pedido de vista, por
950 enquanto é esse, se houver outro e na sequência nós trataremos das emendas efetivamente em
951 relação aos demais programas, tudo bem? Próximo inscrito. O pedido de vista será
952 considerado em seguida aos esclarecimentos e discussões, ele não será submetido a nenhum
953 item daquilo que foi pedido vista, inclusive com a fixação de prazo, o mais adequado para
954 análise e para que também permita o funcionamento adequado do Conselho Nacional.
955 Próximo inscrito é o João Clímaco. **O Sr. João Clímaco Soares de Mendonça (ONGs)** –
956 Bom dia novamente. Corroborando as considerações da Conselheira Rosa Maria Oliveira
957 Machado Mancini também, eu gostaria de um esclarecimento acerca de que a aprovação da
958 Resolução automaticamente implica na aprovação dos pareceres que estão subsidiando a
959 Resolução e nesse sentido eu acho que faltou alguma observação que diz respeito ao interesse
960 de nossa representação que é no que diz respeito à contextualização do programa de água
961 subterrânea, onde fala somente em 2 itens, "detalhar e considerar que as unidades
962 geográficas" e nós queríamos acrescentar a questão de (...) impactar diretamente a atividade
963 antrópica que é uma questão urgente que poderia ser prioridade e não está contemplado no
964 processo. A outra fala sobre diretriz para detalhamento operativo, onde não tem um olhar
965 mais reforçador da ideia de integração de programas e projetos em execução no âmbito das
966 Políticas Públicas em efetividade. Então, eu queria solicitar essa informação no que diz
967 respeito às águas subterrâneas. O outro programa, que é o subprograma 8.2, a parte que fala
968 sobre conceitos e diretrizes da Educação Ambiental, comunicação e mobilização, não está
969 dentro dos parâmetros que foram discutidos na CTEN e que está para ser aprovado agora,
970 brevemente nesse Conselho. Eu queria poder contribuir para que estivesse mais apropriado ao
971 documento que está em discussão na CTEM quer que reduz um pouco o conceito de
972 mobilização e educação ambiental. **O Sr. Vicente Andreu Guillo (Secretário Executivo do**
973 **CNRH - SRHU/MMA)** – Obrigado. Próximo é o Conselheiro Júlio Rocha, é o último
974 inscrito. Durante a fala do Conselheiro Júlio, se mais algum Conselheiro ou Conselheira
975 desejar utilizar a palavra, por favor, se inscreva e nós vamos considerar o encaminhamento
976 das propostas. **O Sr. Júlio Cesar de Sá Rocha (CERH/BA)** – Bom dia presidente e os
977 demais Conselheiros. O subprograma 12, o Programa de Gestão Sustentável de Recursos
978 Hídricos e convivência com o semi-árido brasileiro, o entendimento nosso da Bahia, do
979 Conselho da Bahia, do Conselho de Ceará, do Conselho de Alagoas, do Rio Grande do Norte,
980 também com adesão do próprio Ministério da Integração, nós solicitamos vista, achamos que
981 esse subprograma precisar ser detalhado, melhor aprofundado refletindo as peculiaridades e a
982 profundidade do tema da Gestão Integral dos Recursos Hídricos e Gestão hídrica do semi-
983 árido brasileiro. **O Sr. Vicente Andreu Guillo (Secretário Executivo do CNRH -**
984 **SRHU/MMA)** – Houve inscrição? Não. O Conselheiro Rosalvo, por favor. **O Sr. Rosalvo de**
985 **Oliveira Junior (MI)** – Nós também do Ministério da Integração gostaríamos de pedir vistas
986 ao programa número 12, que se refere ao semi-árido. **O Sr. Vicente Andreu Guillo**
987 **(Secretário Executivo do CNRH - SRHU/MMA)** – Mais alguma inscrição? **O Sr. José**

988 **Luiz de Souza (MI)** – Acompanhar o pedido de vista do Dr. Júlio, pelo Ministério da
989 Integração e nós vamos desenvolver os trabalhos aí necessário. **O Sr. Vicente Andreu Guillo**
990 **(Secretário Executivo do CNRH - SRHU/MMA)** – Bem, qual é a proposta? Mais algum
991 Conselheiro ou Conselheira gostaria de fazer uso da palavra? Mais um, por favor, Imbiriba,
992 Pará. **O Sr. Manoel Imbiriba Junior (CERH/PA)** – Em relação ao 11, eu acho que ao
993 presidente, todo mundo como vai ficar, eu não peço em nome do Pará e nem do Conselho,
994 mas eu acho que no caso da Câmara Técnica, para fazer uma análise, que de fato como a
995 Conselheira Rosa colocou, justamente perfeito da parte do primeiro programa de águas
996 subterrâneas é um quadro resumo que parece que não temos política, é ao contrário, eu acho
997 que se tem trabalhado, inclusive a nível dos órgãos gestores, ANA, Secretária e agora
998 principalmente na Amazônia, os que estão agora assinando inclusive os convênios de
999 cooperação dos planos estaduais para dar o melhor, porque parece que nós não vamos ter
1000 política nenhuma para esses 2 pontos. O Pantanal eu acho que se enquadra e acho que remete
1001 à Câmara fazer uma melhor análise e uma melhor aprovação do próprio Conselho. **O Sr.**
1002 **Vicente Andreu Guillo (Secretário Executivo do CNRH - SRHU/MMA)** – Bem, por favor,
1003 mais algum Conselheiro ou Conselheira gostaria de fazer uso da palavra? Não. Então, eu...
1004 João Clímaco. **O Sr. João Clímaco Soares de Mendonça (ONGs)** – Secretário tendo em
1005 vista as solicitações de pedidos de vistas, eu vou incorporar os meus motivos também a
1006 fundamentação de um pedido de vista, tendo em vista que os meus motivos, os nossos
1007 motivos também subsidia um pedido de vista nessa linha, no 8 e na água subterrânea, é na
1008 água subterrânea e da parte do... **O Sr. Vicente Andreu Guillo (Secretário Executivo do**
1009 **CNRH - SRHU/MMA)** – Bem, então vamos ver se esse entendimento da Mesa está
1010 adequado no sentido de fazer o encaminhamento dessa Resolução e das contribuições havidas
1011 em Plenário. Primeiro, há uma solicitação de esclarecimento, duas solicitações de
1012 esclarecimentos em relação a não incluir a CODEVASF e é porque o 9 não está contemplado
1013 nesse detalhamento. Então, nós teríamos... Do desvelamento entre o 8 e os demais. Então,
1014 seriam esses dos 3 esclarecimentos. Em seguida, nós vamos definir os prazos referentes aos
1015 pedidos de vistas aqui formulados. Então, foram feitos pedidos de vista ao 8, ao 10 e ao 12. O
1016 11, se eu entendi, remete para um profundamente na Câmara Técnica, não foi pedido de vista,
1017 foi remeter à Câmara. Então, primeiro os esclarecimentos, em seguida o tempo, porque é uma
1018 prerrogativa isso não está em discussão, ao tempo de pedidos de vistas relativos ao 8, 10 e 12.
1019 Depois, o pedido de não aprovação do 11, quer dizer, para continuidade da Câmara Técnica
1020 de profundamente do trabalho do 11. A Câmara Técnica do 11 qual é? É a Câmara Técnica do
1021 plano, então, remete à Câmara Técnica do plano para continuidade do trabalho. Por favor, eu
1022 estou em encaminhamento e depois eu peço a contribuição da Conselheira e depois nós
1023 trataríamos das emendas. Então, nas emendas, o que há é uma emenda da Conselheira Minon,
1024 que ela precisaria nos ajudar a identificar, a que sejam incluídos... **A Sr^a. Ninon Machado de**
1025 **Faria Leme Franco (ONGs)** – (...). Vai para apreciação isso que eu queria dizer. Eu teria
1026 uma proposta de ordem prática. **O Sr. Vicente Andreu Guillo (Secretário Executivo do**
1027 **CNRH - SRHU/MMA)** – Com relação às emendas, então, não há emendas. Nós podemos até
1028 fazer essa recomendação, de que as pessoas que tenham contribuições em relação aos temas,
1029 visto que há pedido de vista, que os Conselheiros interajam com os outros Conselheiros que
1030 solicitaram vistas, no sentido de já apresentar as suas contribuições, mas isso é uma sugestão.
1031 Do ponto de vista de Plenário não há votação de emenda, está claro isso? Então, agora, por
1032 favor, Minon a sua questão de ordem. **A Sr^a. Ninon Machado de Faria Leme Franco**
1033 **(ONGs)** – A minha questão de ordem é para tentar tornar mais prático e (...) o processo já que
1034 há tantos pedidos, que isso volte à Câmara Técnica, CTIL, que ela coordene esse processo de
1035 vistas comuns e isso vai ter que ser consolidado parecer no Itamarati junto com o parecer de
1036 todos e que eu não viesse para Plenário essas emendas para nós discutirmos. Então, para uma
1037 instância, aí a importância das Câmaras Técnicas e talvez pudesse haver uma sessão conjunta
1038 da Câmara Técnica da CTIL, com a Câmara Técnica do plano e alguma coisa que pudesse no
1039 haver duplicidade, porque nós vamos apreciar todos esses pareceres. **O Sr. Vicente Andreu**

Guillo (Secretário Executivo do CNRH - SRHU/MMA) – Está bem, muito obrigado. Nós vamos, agora, aos esclarecimentos. São 3 esclarecimentos, por que não há inclusão da CODEVASF, por que o 9 não está contemplado e por que o desvelamento na produção dos diversos pareceres? Então, por favor, Sidnei. **O Sr. Sidnei Gusmão Agra (Presidente da CTPNRH)** – Eu peço ajuda ao pessoal do GTCE, se quiserem corrige alguma coisa que eu fale ou complementar. Em relação à colocação do Ministério da Integração relativo à atuação da CODEVASF, acho que foi esquecimento mesmo, salvo o melhor juízo, nem o próprio representante do Ministério naquela Câmara se deu conta que está faltando a CODEVASF ali. Então, sem prejuízo, isso pode ser inserido, acho que não prejudica o andamento da questão. Em relação às colocações da Rosa, o programa 9, eu concordo contigo, ele devia estar aqui, não acho que seja um descaso relativo a esse tema. Os 4 programas demoraram muito para ficar prontos, os 4 regionais e a Câmara do Plano decidiu que não remeteria diretamente ao Conselho, até porque havia já um compromisso firmado com a CTCOST de que o programa passaria pela Câmara especialista. Isso não foi uma prática em todos os demais programas, o programa de instrumentos que trata de outorga não passou pela CTPOAR, o programa de instrumentos que trata de cobrança não passou pela CTCOB, todos vieram diretamente a CTIL e conseqüentemente ao Plenário do Conselho, mas havia o comprometimento, firmado na reunião de presidentes, firmado da própria articulação do GTCE com as Câmaras Técnicas que o Programa de água subterrânea e o Programa de Gestão costeira passariam pelas Câmaras Técnicas especialistas. O programa só foi aprovado pela Câmara do plano em novembro, ele começou a ser finalmente elaborado depois de uma longa discussão sobre o seu conceito em setembro e não deu tempo mesmo. Então, o que aconteceu foi um atraso, um desaquecimento da atividade do GTCE que é quem elabora o plano, que é quem elabora o detalhamento do plano, foi inclusive fruto de um ofício nosso ao Secretário, ao GTCE pedindo celeridade nesse processo, pedindo reaquecimento das atividades do GTCE, foi objeto no ofício do presidente da Câmara do CTCOST para a Câmara Técnica do plano que também foi remetido ao GTCE para que isso também pudesse avançar mais celeremente para que chegássemos e cumpríssemos a meta estabelecida na Resolução 80 de trazer os 4 programas regionais junto com o programa de água subterrânea ainda esse ano de 2008 para o Conselho. Não foi possível, porque entendemos que até chegou a haver a proposta na Câmara de não remeter à CTCOST, de remeter diretamente a CTIL conseqüentemente ao Plenário, mas a Câmara entendeu que não, que havia um compromisso firmado e que o programa seria remetido a CTCOST em prejuízo da meta de chegarmos aqui hoje com ele detalhado. Então, se houve um desaceleramento nesse processo, ele interview, terminou prejudicando os 4 programas regionais, sendo que os outros 3 não tem uma Câmara Técnica especialista para a qual eles fossem remetidos. Prova disso a situação que ficou o programa 11 aqui, ficou sem pai, nem mãe e ninguém pediu vistas dele. Em relação ao nivelamento do programa 1 a 7 e 8 com relações regionais, a Câmara Técnica do plano entende que o nivelamento é diferente, porque eles são diferentes. Eles não são programas operativos como os anteriores. Esse é o entendimento da Câmara do plano, do GTCE, validade pela Câmara do plano, ele não é um programa operativo, como os anteriores, ele é um programa estratégico que tenta fazer o rebatimento dos programas que têm detalhamento operativo nessas regiões que são situações especiais de planejamento. Então, por isso que ele é diferente. Se há um entendimento diferente por parte desse Conselho, acho que nós podemos avançar nesse processo e buscá-lo detalhar, porque o que nós imaginamos que como eles falam muito em integração para gestão dessas áreas, o seu detalhamento mais operacional seria sua própria implementação, porque fatalmente seriam feitos os necessários arranjos e articulações entre os Órgãos Federais de Gestão e os Órgãos Estaduais de Gestão e nesse processo de aproximação, o próprio programa já estaria se implementando e não sendo elaborado. Então, ele não chega a ser realmente operativo como os demais, porque ele tem uma particularidade, ele é diferente mesmo dos demais. Finalmente, acho que os esclarecimentos, eu não sei se são aceitos, mas são na opinião da Câmara Técnica do plano e acredito que na opinião do GTCE são esses,

1092 mais uma vez reitero que se o Nelson, o Marcos ou João quiserem complementar os
1093 esclarecimentos, fiquem à vontade. E para comentar, me sinto obrigado a falar, talvez eu seja
1094 muito novo, mas fico preocupado, efetivamente preocupado quando membros da Câmara do
1095 plano vêm aqui e pedem vistas de uma matéria discutida e aprovada na Câmara do plano.
1096 Conselho da Bahia, Conselho do Ceará, Conselho do Pará e o Ministério da Integração têm
1097 assento na Câmara Técnica do plano, participaram da discussão na Câmara Técnica do plano,
1098 aprovaram esses programas na Câmara Técnica do plano, muitos também devem ter assento
1099 na CTIL e fatalmente chegaram aqui e pediram vistas. Acho que isso merece a nossa reflexão.
1100 **O Sr. Vicente Andreu Guillo (Secretário Executivo do CNRH - SRHU/MMA)** – Muito
1101 obrigado. Em relação aos esclarecimentos prestados, há alguma questão? Só sobre os
1102 esclarecimentos. Peço a contribuição do Plenário que nós focamos. **O Sr. Júlio Cesar de Sá**
1103 **Rocha (CERH/BA)** – Vendo o ilustre posicionamento do presidente. Cabe ao Plenário ser
1104 instância da deliberativa. A representação das instâncias das Câmaras não retira dessa
1105 instância o seu caráter de instância superior do sistema. Então, com a devida Viena, com os
1106 registros de praxe, quer dizer, que cabe esse Conselho avaliar e soberanamente analisar a
1107 proposta. **O Sr. Vicente Andreu Guillo (Secretário Executivo do CNRH - SRHU/MMA)** –
1108 Alguma questão em relação aos esclarecimentos, posso encaminhar? Agora, nós temos que
1109 dar o encaminhamento para os pedidos de vistas e eu sistematizei aqui, não devo ter cometido
1110 erro, porque foi simples, mas mesmo assim é capaz de tê-lo feito. Ao 8 foram feitas as
1111 solicitações de vistas do Conselheiro Fernando, representando o MRE e do Conselheiro João
1112 Clímaco representando a Sociedade Civil. Foram duas solicitações de vistas em relação ao 8.
1113 Em relação ao 10, apenas a solicitação do MRE, através do Conselheiro Fernando. Em
1114 relação ao 12 a solicitação de vistas do Conselheiro Júlio Rocha, dos Conselhos estaduais e do
1115 Conselheiro Rosalvo, reforçado pelo José Luis, de pedido de vistas do MI. Então, o 8 há 2
1116 solicitações de vistas, em relação ao 10 uma única e em relação ao 12 dois pedidos de vistas.
1117 Bom, recebi daqui, por parte do Márley, uma orientação a respeito de como é o procedimento
1118 quando há solicitação de vistas. Então, a Secretaria fixa um prazo, esse prazo é ofertado,
1119 oferecido aqui em Plenário. Esse prazo é comum, então, uma vez que há mais de uma
1120 solicitação de vistas, o prazo é um prazo comum e ele não retorna, uma vez feitas as vistas
1121 pelos Conselheiros, pedido de vistas, a Resolução não retorna para nenhuma Câmara Técnica,
1122 ela retorna ao Plenário, é isso? Acompanhada do parecer do Conselheiro que solicitou o
1123 pedido de vistas. Então, caso haja, em relação a esses pedidos de vista, em relação aos
1124 pareceres aqui solicitados, contribuições de emendas, elas não poderão ser feitas durante esse
1125 processo, não poderão assim, regimentalmente não estão contempladas, eventualmente se um
1126 Conselheiro interagir com quem pediu vistas e fizer uma contribuição para que o seu parecer
1127 seja contemplado, ele pode estar contemplado, mas não é regimental que haja emendas,
1128 exceto do Conselheiro que solicita vistas, nesse procedimento. E ele não retorna à Câmara
1129 Técnica, ele vem diretamente ao Plenário. Não é isso? Isso que foi me dito aqui pela Mesa se
1130 tem alguma, por favor, Marcelo nos ajude aqui para que nós demos o encaminhamento
1131 adequado sem nenhum tipo de dúvida, nos ajude. **O Sr. Marcelo Barbosa Sampaio (SEAP)**
1132 – Bom dia a todos. Sr. Presidente, na verdade, como foi falado aqui pelo Conselheiro Júlio
1133 Rocha, se esse Plenário é soberano. Então, o pedido de vistas feito aqui não exime a Plenária
1134 de se pronunciar sobre ele, inclusive encaminhar até para outra Câmara Técnica se assim
1135 convier a esse Plenário. Por falar nisso, acerca de emendas, as emendas obviamente podem
1136 ocorrer aqui em Plenário, independentemente das manifestações decorrentes do parecer. Só
1137 estou dizendo que ela pode sim retornar sim a Câmara Técnica se assim decidir à Plenária. **O**
1138 **Sr. Vicente Andreu Guillo (Secretário Executivo do CNRH - SRHU/MMA)** – Vamos por
1139 partes. Solicitado vistas do parecer X, vai para o Conselheiro. O Conselheiro faz o seu
1140 parecer, as suas contribuições, ele retorna ao Plenário. Se o Plenário entender que deve voltar
1141 a Câmara Técnica, ele volta, perfeito, enquanto a isso não há dúvida, mas não é o que nós
1142 estamos tratando aqui. Nós estamos tratando do pedido de vistas e das emendas que poderiam
1143 ser feitas pelos Conselheiros durante o pedido de vistas, não estamos tratando das emendas

em Plenário, mas existe o parecer. Então, no parecer as emendas eventualmente, poderiam ser contempladas no parecer de Conselheiro, é isso, por favor, nos ajudem aqui. Eu pediria, a menos que eu cometa um erro, eu não vou colocar em discussão o Regimento, como procedimento, porque senão nós vamos ficar aqui... Então, o que nós temos? Uma hipótese, caso isso seja de conveniência dos Conselheiros, é remeter todas as Câmaras Técnicas, todos esses pedidos, seja o 8, 10 e 12 e o 11 que assim foi feito, por favor, remete à Câmara Técnica e durante o período de reanálise da Câmara Técnica o Conselheiro que solicitou vistas faz as suas contribuições, de forma que depois ali, e outros, tanto aquele que solicitou como outros, interação dentro do processo através da Câmara Técnica. Esse é um procedimento para ganhar tempo. Pode, eventualmente, prejudicar a qualidade de análise de quem solicitou vistas. Agora, um encaminhamento possível é esse, remetem-se todos à Câmara Técnica, desde que seja uma posição de todos os Conselheiros, inclusive dos que solicitaram vistas, porque isso é uma prerrogativa do Conselheiro, isso não está em discussão, é apenas uma sugestão, vai à Câmara Técnica, o Conselheiro que solicitou, evidentemente, tem todo interesse, mas permite a interação nesse processo com outros Conselheiros, através da Câmara Técnica, para que depois ele volte a Plenário com essas contribuições aí da Câmara Técnica e não do Conselheiros, isso é uma possibilidade. A outra é mantém-se o pedido de vistas, nós definimos os prazos, o pedido de vistas retorna ao Plenário com parecer do Conselheiro e aí o Plenário de forma soberana, analisa se há emendas de Plenário ou se necessidade de retorno à Câmara Técnica. Está claro isso? A pergunta que eu faço é o seguinte: aos Conselheiros Fernando, João Clímaco, Júlio e Rosalvo o encaminhamento de retornar os projetos, os pareceres às Câmaras Técnicas atendem à preocupação de vocês em relação a suas contribuições ou não? Porque se atender, pode voltar à Câmara Técnica, como será feito com o 11, se o Plenário assim entender. Se eles entendem que não, então, o direito de vistas está mantido e isso não entra em qualquer discussão avaliação. Eu queria só fazer essa pergunta aos Conselheiros Fernando, João Clímaco, Júlio e Rosalvo. O encaminhamento, o retorno à Câmara Técnica atende a preocupação de vocês em relação à solicitação de vistas ou não? Se não atender... 2 ali atendem, MRE, João Clímaco, atende. Então, o MRE tem essa responsabilidade, é um direito do Conselheiro e também veja, não há aqui Fernando e de nenhum Conselheiro, nenhuma restrição a seu direito. Se o MRE entender que é necessário ser vistas, isso não é nenhum tipo de... É uma autoridade que lhe é conferida pelo Regimento. Se você entender que é possível interagir na Câmara Técnica, isso eventualmente pode fazer com que nós ganhem tempo na apreciação dos pareceres. **O Sr. Luiz Estellita Lins de Salvo Coimbra (MRE)** – Nós não temos nenhuma objeção a ganhar tempo e haver essa avaliação, o importante é que se possam examinar detidamente os assuntos e que esses assuntos sejam de uma forma, enfim, que nós possamos ser ouvidos e acho que isso, me parece que está assegurado com esse procedimento ao qual todos estão de acordo. **O Sr. Vicente Andreu Guillo (Secretário Executivo do CNRH - SRHU/MMA)** – Muito obrigado pela manifestação, os demais Conselheiros sim o fizeram também. A princípio, depois eu vou ouvir a Rosa e depois o João Bosco em relação a esse encaminhamento, mas a Mesa, me parece que está consolidado o encaminhamento que seria remeter o 8, o 10, o 11 e o 12 a retornar à Câmara Técnica do plano para que houvesse essa proposição de complementação, emendas e também para que os Conselheiros pudessem fazer sua análise. Exclusivamente a 11 com relação à questão de profundamente do ponto de vista técnico, que vai uma recomendação de Imbiriba, mas os 4 retornariam ao plano. Esse é o encaminhamento já razoavelmente consolidado. **A Srª. Rosa Maria Oliveira Machado Mancini (CERH/SP)** – A minha dúvida, Secretário, é o seguinte: o documento que é entregue após o pedido de vista, ele vai definir quais são os pontos que o Conselheiro discorda. Dessa forma, voltar para a Câmara, sentar, esclarecido, que aspectos devem ser apenas do Pantanal, aprofunda, mas os demais devem ter pontos que devem ser detalhadamente esclarecido, para saber como a Câmara Técnica tem que andar. Então, eu acho que ou os Conselheiros falam agora o que é e ele tem que anotar e depois levar para a Câmara ou vai ter que chamar uma reunião com os

1196 Conselheiros. Esse procedimento para esclarecer os aspectos que devem ser revistos, eu acho
1197 que tem que ser estabelecido e para mim não ficou claro. **O Sr. João Bosco Senra**
1198 **(MMA/SRHU)** – Eu queria fazer uma proposta de encaminhamento, que o programa 8 que
1199 foi extensamente discutido pelas Câmaras Técnicas todas, que ele pudesse voltar para a CTIL
1200 apenas, porque trata de algumas convenções de termos que o MRE colocou aqui e a
1201 compreensão do João Clímaco que eu entendo que a CTIL poderia estar resolvendo essa
1202 questão já iria direto para a CTIL. Os demais, como são similares, acredito que a Câmara
1203 Técnica do plano necessita equalizar, inclusive esses demais planos. Então, eu queria propor
1204 que especificamente o programa 8 fosse direto para a CTIL e não para a Câmara Técnica do
1205 plano. Que os que vão para a Câmara Técnica do plano depois vão para a CTIL novamente,
1206 mas que o de águas subterrâneas já pudesse ir direto para a CTIL e ganharíamos um tempo,
1207 até porque ele não tem muito essa questão quanto a seu formato. **O Sr. Vicente Andreu**
1208 **Guillo (Secretário Executivo do CNRH - SRHU/MMA)** – Muito obrigado João Bosco. Por
1209 favor, se o Conselheiro pudesse se identificar, eu ainda estou guardando os nomes. **O Sr.**
1210 **Flávio Antônio Neiva (Concessionárias)** – A minha dúvida é a mesma, parece que a (...) está
1211 sendo processada aí e concordo perfeitamente com a Conselheira Rosa, é que o estágio que
1212 está é no Plenário do Conselho aqui essa questão. Foram feitos pedidos de vista. Então, eu
1213 estava ali querendo saber se nós aguardamos os pareceres aqui nesse Plenário, porque uma
1214 vez fazendo as duas coisas concomitantes indo para a Câmara Técnica, será a Câmara Técnica
1215 que aguardará o parecer ou esse Plenário? Como a Rosa disse as Câmaras Técnicas ficaram
1216 paralisadas esperando esses pareceres e na verdade esse Plenário está aguardando esses
1217 pareceres também. **O Sr. Vicente Andreu Guillo (Secretário Executivo do CNRH -**
1218 **SRHU/MMA)** – Muito obrigado Flávio. Você vê contradição nesse nosso encaminhamento,
1219 por favor, Fernando. É evidente isso, mas vamos acumulando. Consenso progressivo é o
1220 nome desse método que nós estamos adotando aqui. **O Sr. Luiz Estellita Lins de Salvo**
1221 **Coimbra (MRE)** – Desculpe interrompê-lo. É, na verdade, um pedido de esclarecimento
1222 sobre como é que nós devemos proceder com relação aos esclarecimentos, nós estamos como
1223 disse, dispostos a prestar esses esclarecimentos e fazer os nossos comentários aqui ao Plenário
1224 ou para facilitar e agilizar as Câmaras Técnicas e podemos fazê-lo. Talvez respondendo às
1225 dúvidas, pelo que eu entendo o pedido de vista feito pelos diferentes Conselheiros não os
1226 eximirá de produzir os seus relatórios, apenas que esses relatórios serão dirigidos às Câmaras
1227 Técnicas pertinentes, de modo a que todos possam ter conhecimento desses comentários com
1228 a devida antecedência. Esse foi o entendimento que eu tive. Agora, também estamos dispostos
1229 a interagir de uma maneira mais informal, com as nossas observações, se tal for o
1230 encaminhamento que o grupo preferir levar adiante. **O Sr. Vicente Andreu Guillo**
1231 **(Secretário Executivo do CNRH - SRHU/MMA)** – Esse douto Plenário, na verdade ao
1232 remeter pela Câmara de volta à Câmara, depois nós avaliamos aqui as contribuições, não há
1233 pedido de vistas, porque você não pode concorrer com 2 instrumentos. Então, por isso que eu
1234 consultei os Conselheiros se eles concordariam que voltasse para a Câmara Técnica. Em
1235 sendo que eles concordarem, não há pedido de vistas, então, não há parecer do Conselheiro,
1236 eles estão dispostos a interagir com as Câmaras no sentido de que as suas contribuições
1237 venham por conta da Câmara, não necessariamente através de um parecer. Então, para que
1238 não haja dúvida, em retornando à Câmara, no há pedido de vistas, há uma orientação geral do
1239 Plenário, assim como ao 11 feito pelo Conselheiro Imbiriba, de que todos os demais, seria
1240 esse o atendimento, todos os demais retornam às Câmaras Técnicas, então, não há pedido de
1241 vistas e os Conselheiros interagem com a Câmara. De que forma? Nós discutimos aqui o
1242 prazo e já definimos basicamente quando é que as pessoas teriam essas reuniões e daríamos
1243 um prazo para a Câmara Técnica para que ela reencaminhasse ao Plenário. Mas que fique
1244 claro, não há pedido de vistas, então, não há parecer do Conselheiro, há uma interação do
1245 Conselheiro com a Câmara Técnica no sentido de aperfeiçoar. Se não for isso, se for o pedido
1246 de vistas, nós temos que aplicar na íntegra o Regimento, então não tem essa discussão, não
1247 volta para a Câmara Técnica, vai para o Conselheiro, o Conselheiro faz o seu parecer e o

1248 parecer volta para o Plenário. O que nós avaliamos e pedimos é que isso pode demandar um
1249 tempo maior do que o de retorno à Câmara Técnica. Está claro isso? Então, não tem pedido de
1250 vistas, é uma orientação geral do Plenário para que retornem às Câmaras Técnicas. Temos
1251 duas questões a resolver. Primeira, uma posição do Conselheiro João Bosco de que o 8 vá
1252 diretamente à CTIL dado o nível de preocupação expresso pelos Conselheiros que até
1253 solicitaram vistas, as demais retornariam à Câmara Técnica do plano que depois será
1254 encaminhada à CTIL para que depois ela venha a Plenário, então, essa é uma questão. O
1255 segundo, qual é o prazo que nós estaríamos definindo para as duas Câmaras ou para uma só,
1256 se forem duas a CTIL e a do plano ou se for uma só, que é a do plano que depois envia a
1257 CTIL, mas está retornando ao plano. Qual é o prazo que nós daríamos? Qual é a previsão da
1258 próxima reunião, Márley? **O Sr. Márley Caetano de Mendonça (MMA/SRHU)** – Uma
1259 previsão preliminar de março, um março e a outra provavelmente em junho. **O Sr. Vicente**
1260 **Andreu Guillo (Secretário Executivo do CNRH - SRHU/MMA)** – Há um entendimento de
1261 que nós deveríamos buscar esforços em apreciar em março, é isso? Bom, por conta disso isso
1262 deveria ser apreciado pela CTIL quando? **O Sr. Márley Caetano de Mendonça**
1263 **(MMA/SRHU)** – Só uma explicação, questão Regimental. As reuniões vão se iniciar para as
1264 Câmaras vão retornar a partir de fevereiro, todo ano é dessa maneira, porque janeiro é
1265 impossível de você realizar reunião por conta das pessoas, que normalmente tiram férias e no
1266 mês de fevereiro nós temos que considerar que existe o carnaval, mas no final de fevereiro.
1267 Nós temos os prazos regimentais a serem cumpridos, para convocação de Câmaras Técnicas.
1268 As matérias que vão para a Câmara do plano, se nós considerarmos que elas vão, a Câmara do
1269 plano vai resolvê-las em uma única reunião, então, você tem que convocar a reunião da
1270 Câmara do plano ora que sair da Câmara do plano, você tem que convocar a CTIL e
1271 considerando também que em uma reunião a CTIL aprova, você tem que convocar depois o
1272 Plenário, quer dizer, é muito apertado, por conta do prazo de convocação das Câmaras
1273 Técnicas e do Plenário você determinar março. É possível, mas não é certeza que vá
1274 acontecer. **O Sr. Vicente Andreu Guillo (Secretário Executivo do CNRH - SRHU/MMA)**
1275 – Márley se é isso, do ponto de vista do tempo para retornar a Plenária, é melhor o pedido de
1276 vistas, pela explicação que você acabou de dar, eu tinha a impressão de que nós ganharíamos
1277 tempo indo para a Câmara Técnica. Agora, se pela Câmara Técnica por conta disso, nós
1278 vamos perder, o que me parece é que nós devemos manter o pedido de vistas, os Conselheiros
1279 têm o prazo até fevereiro ou alguma coisa próximo disso para produzir os seus pareceres, eles
1280 retornam para Plenária e aqui em Plenário nós avaliamos e eu acho que quem tiver interesse,
1281 conversa com quem pediu vistas para ver se a sua contribuição é incluída ou não no parecer.
1282 Mas do ponto de vista de prazo, é ao contrário de todo o raciocínio que nós acabamos
1283 construindo aqui. É esse o entendimento do Plenário? Eu queria retomar aqui os pedidos de
1284 vistas do 8 do Fernando e João Clímaco, do 10 do Fernando e do 12 do Júlio e do Rosalvo,
1285 eles sejam mantidos, o que nós vamos ter de pendência para resolver é o 11 que está pedindo
1286 para que retorne, que eles retornem posteriormente, o 11. Agora, os outros são pedidos de
1287 vistas é o que ganha tempo, me parece absolutamente óbvio. Eu vou abrir aos 2 Conselheiros,
1288 mas essa questão está tomando um tempo desproporcional aqui de encaminhamento. **O Sr.**
1289 **João Bosco Senra (MMA/SRHU)** – Se o encaminhamento for a questão do pedido de vista,
1290 eu queria a ser conversado com o Nelson da ANA, do GTCE, acho que para ter certa
1291 uniformidade, pediria também vista ao 11, o Mato Grosso está pedindo. Então, Estado do
1292 Mato Grosso vai pedir vista, para que tivesse uma mesma uniformidade, na mesma linha do
1293 que eu falei antes. **O Sr. Luis Henrique Magalhães Noquelli (CERH/MT)** – Secretário é
1294 justamente isso, como todos já pediram vistas, então o Pantanal, nós estamos finalizando
1295 agora, já a entrega do Plano Estadual de Recursos Hídricos do Mato Grosso e do Mato Grosso
1296 do Sul, então, eles estão para ser entregues agora, já tem a primeira versão entregue. Então, se
1297 nós não pedirmos vistas, nós podemos estar deixando de melhorar a parte do Pantanal, se já
1298 vai ser melhorado a Amazônia, semi-árido, então nada mais justo também do que melhorar a
1299 parte do Pantanal. Então, nós também pedimos vistas. **O Sr. Vicente Andreu Guillo**

(**Secretário Executivo do CNRH - SRHU/MMA**) – Podemos encaminhar? Uma preocupação. Por favor, não gostaria de cercear, porque evidentemente a contribuição pode ser significativa, mas que as pessoas fossem muito sintéticas naquilo que desejam pleitear. **O Sr. Sidnei Gusmão Agra (Presidente da CTPNRH)** – Uma questão, a Resolução 80, quando aprovou os programas 1 a 7, deu um prazo que até o final de 2008, os programas 8 a 12 viessem ao Plenário. A Resolução que estava em discussão antes dos pedidos de vistas, acolhiam os programas 8, depois do 10 ao 12 e dava um encaminhamento para o 9, que dava mais prazo para ele, podia até discutir que prazo era esse. Em se pedindo vistas, esses 4 programas foram pedidos vistas, mas o 9 agora nós ficamos em uma situação de descumprimento de uma Resolução anterior do Conselho, porque não sei se não teríamos que haver, de alguma forma, dar esse prazo a mais, que o Plenário desse esse prazo para elaboração do programa 9, porque ele ficou descoberto agora. **A Sr^a. Ana Catarina Pires de Azevedo Lopes (CERH/AL)** – Nós temos uma indagação, quando o Júlio pediu vistas ao processo, ele falou em nome do Estado de Alagoas também. Então, ele pediu, porque nós somos com o Rio Grande do Norte e eles estão só para reforçar. E o segundo é que nós vamos nos reunir anterior, nós já combinamos, os Conselhos de Alagoas, da Bahia e do Ministério da Integração, nós vamos nos reunir em fevereiro e vamos passar para o parecer para aqui. Então, nós já marcamos e vamos fazer acontecer a nossa parte. **O Sr. João Bosco Senra (MMA/SRHU)** – Bom, em relação a essa questão, eu já fiz uma proposta de emenda à Resolução, para atender o que o presidente da Câmara Técnica do plano apresentar que retiraria alguns considerandos e tornaria o § único da Resolução, como art. 1º, é que daria o prazo, porque a Resolução anterior estabeleceu que o prazo para apresentar ao Plenário era até dezembro de 2008. E o único que não foi apresentado ao Plenário foi o 9. Então, nós precisaríamos ter uma Resolução dilatando o prazo. A minha proposta é retirar do 6ª considerando para baixo, retirar o art. 1º e o § único virar art. 1º. Com isso acredito que nós resolvemos essa questão, dá o prazo ao programa 9 e os prazos dos demais já está dado com pedido de vista, eles voltam na próxima reunião, então, não há o que mexer e eles atenderam a Resolução sendo apresentado até essa reunião. **O Sr. Vicente Andreu Guillo (Secretário Executivo do CNRH - SRHU/MMA)** – Muito obrigado. Márley tem alguma consideração a respeito disso? Por favor. **O Sr. Márley Caetano de Mendonça (MMA/SRHU)** – Essa preocupação do Conselheiro João Bosco também já chegou aqui por outras pessoas, na verdade, nós não precisamos ter essa preocupação nesse momento, porque quando essa Resolução que seria editada hoje for editada ano que vem, ela vai conter essa previsão e há uma convalidação no termo técnico jurídico que nós usamos, há uma convalidação dessa lacuna que terá ficado em relação ao programa 9. Então, até mesmo por economia processual, você não precisaria de uma Resolução para tratar somente disso, essa Resolução, quando for editada no ano que vem, ela continua a conter o § único, em seu penúltimo artigo, que faz a convalidação e está resolvido o problema com relação ao programa 9. **O Sr. Vicente Andreu Guillo (Secretário Executivo do CNRH - SRHU/MMA)** – Me parece que voltamos ao ponto inicial, o que nós temos são os pedidos de vistas do programa 8, 10, 11 e 12, falta apenas definir o prazo, perfeito? Então, essas preocupações estão manifestadas aqui, a sua e do João Bosco, pelo informe do Márley. Qual é o prazo da reunião da próxima convocação? **O Sr. Márley Caetano de Mendonça (MMA/SRHU)** – É o seguinte Secretário, se ela for ordinária tem que ser convocada com 30 dias de antecedência, se for extraordinária, com 15. Nós ainda não fizemos essa definição. Então, nós podemos imaginar que ela vai ser convocada para a segunda quinzena de março. Nós temos aí trabalhar como limite a primeira quinzena de fevereiro, como limite, mas um pouquinho antes seria mais adequado, para a Secretaria Executiva preparar os documentos. **O Sr. Vicente Andreu Guillo (Secretário Executivo do CNRH - SRHU/MMA)** – Está bem. Contribuição sobre isso? Vamos lá consenso progressivo. **O Sr. Márley Caetano de Mendonça (MMA/SRHU)** – É uma questão Secretário de esclarecimento. Salvo melhor entendimento, quando um Conselheiro pede vista, ele pede vista ao documento, não ao programa. Então, por exemplo, o Conselheiro

1352 Fernando pediu vista, encerrou o assunto aqui, ele retira lógico que outros podem pedir vista
1353 também para fazer suas contribuições, seus pareceres, mas o entendimento aqui é que acho
1354 que não está sendo muito claro. Ele pede vista ao documento, o documento é a Resolução. **O**
1355 **Sr. Vicente Andreu Guillo (Secretário Executivo do CNRH - SRHU/MMA)** – Não. A
1356 Resolução encaminha a aprovação, aí é uma sofisticação muito grande do raciocínio. Ele está
1357 pedindo vistas ao documento que está contemplado na Resolução. Portanto, a Resolução
1358 deixa de acontecer, ele não pede vistas a Resolução, ele pede vistas ao documento constituinte
1359 da Resolução. **O Sr. Márley Caetano de Mendonça (MMA/SRHU)** – Mas nós não
1360 poderíamos, por exemplo, estar votando se não tivesse pedido vista ao 11, nós não
1361 poderíamos estar votando a Resolução, ela estaria prejudicada. **O Sr. Vicente Andreu Guillo**
1362 **(Secretário Executivo do CNRH - SRHU/MMA)** – Mas a Resolução não vai ser votada, ela
1363 já está... **O Sr. Márley Caetano de Mendonça (MMA/SRHU)** – Substitui a Resolução,
1364 então? **O Sr. Vicente Andreu Guillo (Secretário Executivo do CNRH - SRHU/MMA)** –
1365 Claro, mas o que tem aqui... **O Sr. Márley Caetano de Mendonça (MMA/SRHU)** – É só
1366 para entender como fala o Regimento, porque tem certa dúvida nisso. **O Sr. Vicente Andreu**
1367 **Guillo (Secretário Executivo do CNRH - SRHU/MMA)** – É pertinente para o
1368 aperfeiçoamento do raciocínio aqui e compreensão de todos. Então, vamos lá. A data é a
1369 primeira semana de fevereiro, é isso? Isso é uma prerrogativa, segundo o Márley disse do
1370 Secretário. Então, vou fixar o dia 7 de fevereiro que é o aniversário da minha mãe, 6 de
1371 fevereiro, sexta-feira, segunda-feira dia 9. A ideia inclusive de toda a avaliação que nós
1372 fizemos que vai ser dada pelo Cacá com os representantes de Câmara Técnica é termos mais
1373 reuniões do Conselho. Então, nós começamos a jogar, então vamos diminuir. Delibero o
1374 prazo do pedido de vista, segundo meu advogado aqui para que eu não cometa erros, não são
1375 vistas, é vista, o prazo do pedido de vista dos Conselheiros aqui apresentados será no dia 9 de
1376 fevereiro. O prazo é único. Então, os Conselheiros deverão verificar como se articularem para
1377 cumprir o prazo para que eles retornem ao Plenário com os pareceres. No caso do 8 com o
1378 parecer do Conselheiro Fernando e João Clímaco, 10 do Conselheiro Fernando, do 11 do
1379 Conselheiro de Mato Grosso, Luis e com o 12 do Conselheiro Júlio e do Conselheiro Rosalvo.
1380 Catarina não pediu vistas, ela disse que está se articulando com a Bahia. Ela só deu um
1381 informe, não pediu vistas. A Bahia que pediu vistas e vocês vão se articular isso é legítimo.
1382 Encerrado o ponto. Muito obrigado pela contribuição de todos. Vamos olhar o horário e o
1383 andamento dos trabalhos. Muito obrigado Sidnei pela presença. Pessoal, é 12h22min. Então,
1384 quaisquer pontos que nós venhamos a iniciar, dificilmente nós vamos concluir em 8 minutos.
1385 A proposta é que nós encerremos o Plenário agora, teremos o almoço e o retorno às
1386 14h00min. Então, nós vamos encerrar e retorno às 14h00min e nós vamos buscar bastante
1387 agilidade nos encaminhamentos de forma que nós possamos apreciar o máximo possível no
1388 dia de hoje. Muito obrigado pela colaboração e participação de todos. Bom almoço a todos.
1389 Muito obrigado. **O Sr. Vicente Andreu Guillo (Secretário Executivo do CNRH -**
1390 **SRHU/MMA)** – Senhores Conselheiros, eu queria dar início aos nossos trabalhos, com dois
1391 comunicados. O primeiro é com relação ao lançamento dessa revista, Estudos Avanços 63,
1392 publicado pela USP, Universidade de São Paulo, cujo tema é um dossiê sobre água. Esse
1393 material está sendo distribuído aqui durante a nossa reunião, e fazer aqui o registro desse
1394 lançamento. O segundo era aproveitar a presença do Cláudio, não sei se faríamos agora, era
1395 um breve histórico, relato sobre a situação de Santa Catarina. Se isso seria oportuno ou não,
1396 ou se faria mais adiante. Era mais como um informe para o estabelecimento dos trabalhos,
1397 aqueles minutos iniciais para que restabelecamos os trabalhos. Se fosse possível, por um
1398 prazo de 5 a 10 minutos, Eu gostaria, você se pudesse posicionar sobre os acontecimentos,
1399 buscando focar nas questões que envolvam mais especificamente a questão da água. Por
1400 favor, Cláudio, nos ajude passando esse informe. **O Sr. Cláudio Floriano Junior**
1401 **(Representante da CTPNRH)** – Bom dia a todos. Queria agradecer o secretário, a
1402 oportunidade de estar falando sobre a questão do desastre ambiental em Santa Catarina. Acho
1403 que é extremamente importante o Conselho de Recursos Hídricos tomar conhecimento ou

1404 começar a colocar um olhar sobre essas questões, porque do nosso ponto de vista isso tem, o
1405 que ocorreu em Santa Catarina tem tudo ou muito a ver com a questão dos recursos hídricos
1406 ou a gestão dos recursos hídricos. Por que eu falo isso? Porque Santa Catarina, de acordo com
1407 os estudos de mudança climática, é o Estado que vai passar a ter uma série de eventos
1408 climáticos críticos que ocorriam em períodos muito mais distantes. Aí vimos o furacão
1409 Catarina, que eu sou, desculpa para quem não me conhece, sou Cláudio Floriano Júnior, sou
1410 superintendente de meio ambiente da companhia de saneamento de Santa Catarina. Em
1411 função da nossa área, recebemos todos os dias a previsão meteorológica, com detalhes e
1412 sempre que tem alguma mudança significativa, inclusive somos avisados por telefone, tem
1413 uma série de movimentos que fazemos em função disso. Então, para vocês terem uma idéia, o
1414 furacão, até período de 12 horas, todo mundo dizia que não era furacão, para evitar
1415 preocupações maiores etc., e o meteorologista lá do CLIMERH teimava que era um furacão e
1416 eu estive lá, sou do Conselho do CLIMERH e discutimos sobre discutiu sobre isso. A
1417 preocupação da gente. Com relação ao comparativo, Santa Catarina teve três eventos graves
1418 nos últimos anos, em relação à questão da água. Foi o primeiro em 74, em tubarão, um efeito
1419 muito grande causou muitos estragos, matou várias pessoas, uma enchente muito grande,
1420 causou muitos estragos. Depois em 83, 84 em Blumenau, que também foi um estrago bastante
1421 significativo, mas aí que precisamos ter um olhar diferente sob o que está acontecendo.
1422 Morreram em 83, 84 catarinense, por conta da enchente. 90% dos quais, morreram por
1423 afogamento, porque o rio subiu muito rápido e morreram por afogamento. Nesta catástrofe de
1424 recursos hídricos, em minha opinião, morreram 128 pessoas até agora, dos quais 125 por
1425 soterramento. Então, aí tem algumas autoridades dizendo "não, mas isso é um fenômeno
1426 climático, nós não temos o que fazer". Se olharmos com mais atenção as imagem, que para
1427 mim as piores não são as que aparecem, a terra que deslizou e etc., são as imagens de uma
1428 semana, dez dias depois, que você vê parcelas de solo enormes que ficam embaixo das áreas
1429 florestadas e que apareceram rachaduras de 100, 200 500 metros, por 40, 30 centímetros de
1430 largura, ou seja, o solo, uma massa muito grande, se deslocou, soltou da rocha, e escorregou
1431 um pouco. Então, não se sabe como é que vai conter isso, como é que vai fazer. Agora assim,
1432 eu, desafio qualquer um em Santa Catarina, e já disse isso, a me mostrar as imagens da
1433 floresta que houve deslizamento não existem, por quê? Porque se pega imagem de solo que
1434 escorregou e pega uma ponta da área florestada, é óbvio, é natural isso. Agora, você não vê
1435 área de floresta. Tem área que tem reflorestamento de pinos, que aí sim ocorreu isso, em
1436 Santa Catarina tem uma disputa muito grande em relação ao plantio ou a reflorestamento em
1437 áreas acima de 850 metros de altitude, que se deslumbra uma nova forma de ter rendimento.
1438 Então, são áreas muito inclinadas, todas elas têm problema de desmatamento e Santa Catarina
1439 foi a campeã de desmatamento, tem toda uma série de coisas que não dá para pegar isso e
1440 colocar a culpa na natureza. Pode até ser, mas se está fazendo isso, é em reação ao que já
1441 fizemos. É preciso que olhemos com muita preocupação e, eu estou representante da ABRH e
1442 de Santa Catarina, e estamos discutindo inclusive, fazer um evento de peso, ano que vem lá, e
1443 aí vou precisar do apoio do secretário também, para discutir água e desenvolvimento para ver
1444 como é que estamos agindo com isso. Eu só queria trazer isso para vocês, para que tivéssemos
1445 claro, o Conselho Nacional de Recursos Hídricos, é uma política que estamos construindo,
1446 tivesse um olhar crítico sobre o que está acontecendo lá. O Conselheiro representante dos
1447 Comitês de bacia tem um documento do Comitê do Itajaí, que é o principal Comitê, principal
1448 bacia onde houve a maior parte dos problemas, mas a preocupação deve se dar na forma como
1449 nós estamos tratando recursos hídricos no Brasil. Muito obrigado. **O Sr. Vicente Andreu**
1450 **Guillo (Secretário Executivo do CNRH - SRHU/MMA)** – Muito obrigado Cláudio. Sem
1451 dúvida é um dado estarrecedor essa constatação de que a grande maioria das pessoas que
1452 perderam a vida, em um evento de inundação, morreram em função do soterramento e não
1453 daquilo que seria a consequência, por afogamento. É um dado muito significativo. Bom, eu
1454 queria convidar a todos a retomarmos os trabalhos e irmos para o item 3.4 Da ordem do dia,
1455 que é uma deliberação sobre proposta de resolução que define os procedimentos de indicação

1456 dos representantes do Governo Federal, dos conselhos estaduais, dos usuários e das
1457 organizações civis de recursos hídricos, no Conselho Nacional de Recursos Hídricos, proposta
1458 encaminhada pela Câmara Técnica de Assuntos Legais e Institucionais. Então, eu gostaria de
1459 pedir ao presidente da Câmara Técnica, senhor Márley Caetano para encaminhar a matéria.
1460 Por favor, Márley, por até 15 minutos. **O Sr. Márley Caetano de Mendonça (MMA/SRHU)**
1461 – Primeiro, eu queria dizer mais uma vez que o relator dessa matéria seria o Conselheiro
1462 Carlos Hugo, que é coordenador do GT representatividade, no entanto, encontra-se
1463 impossibilitado por razões de problemas de saúde. Por isso eu assumi essa atribuição. Bom, o
1464 atual mandato do Conselho Nacional de Recursos Hídricos se encerra no dia 9 de maio do ano
1465 que vem. Por conta disso, nós temos que iniciar o processo eleitoral de renovação do
1466 Conselho, a partir de agora, do final de dezembro, temos que estar preparando inclusive a
1467 publicação dos editais para os segmentos da sociedade civil, usuários de recursos hídricos e
1468 também fomentarmos a organização e realização da reunião dos Conselhos Estaduais de
1469 Recursos Hídricos, para definição dos próximos membros do CNRH. Atualmente esse
1470 processo é regulado pela Resolução 14 e foi uma das primeiras resoluções do Conselho, e
1471 muita coisa se aperfeiçoou a partir daí, muita coisa se discutiu e há o entendimento de que
1472 essa Resolução 14 deveria ser aperfeiçoada. Por conta disso, no início de 2007, iniciamos um
1473 processo de discussão sobre uma proposta de substituição da resolução 14, considerando o
1474 tema representatividade, buscando sempre uma melhoria da representatividade no âmbito do
1475 CNRH. Lá em 2007, no âmbito da CTIL, primeiramente nós fizemos, durante 4 reuniões da
1476 CTIL, uma que aconteceu em fevereiro, outra em março, abril e maio, trouxemos especialistas
1477 para falarem sobre o tema representatividade. Primeiro foi a senhora Rebeca, depois o
1478 professor Paulo Afonso, a senhora Adriana Ramos e por último o senhor Luis Antônio
1479 Andrade. Na reunião da CTIL de 3 de junho de 1997, nós entendemos que haveria
1480 necessidade de um aprofundamento maior sobre o tema, isso adveio das apresentações
1481 realizadas, nas reuniões anteriores e com isso foi criado o GT representatividade, que foi
1482 composto por todos os segmentos interessados que têm assento no CNRH. Mesmo com a
1483 criação desse GT, nós continuamos produzindo, no âmbito da CTIL, discussões a respeito do
1484 tema. Então, em 4 reuniões da CTIL, uma em agosto, setembro, outubro e novembro, nós
1485 abrimos a possibilidade para que todos os 6 representantes dos usuários de recursos hídricos e
1486 também das organizações civis de recursos hídricos, pudessem expor seu ponto de vista sobre
1487 o tema. Cada um teve oportunidade de apresentar, sob o seu setor, o que entendia sobre o
1488 tema representatividade, e os trabalhos continuaram também no âmbito do GT. Esse GT teve,
1489 podemos dizer que teve duas etapas, uma primeira foi coordenado pela técnica da secretaria
1490 de recursos hídricos, Dr^a. Maria Manuel Moreira. Primeiramente aconteceram 3 reuniões, e na
1491 100^a reunião da CTIL, em maio desse ano, o resultado do GT foi levado para a Câmara e
1492 naquela oportunidade, nós entendemos que o produto obtido ainda não estava suficientemente
1493 adequado. Então, nós entendemos que deveríamos retomar um outro Grupo de Trabalho, para
1494 aprofundamento de algumas questões importantes que não teriam sido solucionadas no
1495 âmbito do GT, por isso que disse que consideramos que tem duas etapas. Vem a segunda
1496 etapa do GT, que sob a coordenação do Conselheiro Carlos Hugo, do Ministério da Justiça,
1497 nessa segunda etapa, aconteceram 2 reuniões do GT, ambas em julho e na 105^a reunião da
1498 CTIL, realizada agora recentemente, nos dias 26 e 27 de novembro, o produto final foi levada
1499 para a Câmara, nós nos debruçamos sobre o produto, fizemos algumas alterações, mas
1500 entendemos que o resultado, a proposta já estava suficientemente adequada para ser
1501 submetida à aprovação do plenário. Esse entendimento não foi unânime, um Conselheiro se
1502 posicionou contrário, não à proposta em si, mas alguns itens da proposta, todos os demais
1503 pactuaram com a proposta como um todo. Essa proposta traz, no entendimento da Câmara,
1504 alguns avanços importantes, como algumas orientações para atuação do segmento federal, já
1505 que não existe processo eleitoral no segmento do Governo Federal, mas há necessidade de
1506 uma melhor atuação, de avançarmos em termos qualitativos na atuação do segmento federal,
1507 ela condiciona a participação de conselhos estaduais de recursos hídricos ao seu regular

funcionamento, até então não existia essa previsão. Ela considera que somente poderão ser habilitadas como representante dos usuários, pessoas jurídicas caracterizadas como entidades de representação de âmbito e atuação nacional ou regional, isso porque é um Conselho Nacional. Então, a representação do usuário tem que ter o mesmo caráter, um caráter de atuação regional, nacional ou pelo menos regional. Também com relação ao segmento de organizações civis, é usada essa conceituação, ela condiciona a participação no Conselho, a entidades de expressão nacional ou regional pelo mesmo motivo, de que trata de um Conselho Nacional. Por último, ela também vincula o compromisso dos usuários e das organizações civis de recursos hídricos, para que divulguem a sua participação no âmbito do Conselho, ou seja, a disseminação e divulgação da atuação dos representantes desses segmentos no âmbito do CNRH. Então, esses são os principais atos, as principais características, dessa proposta que hoje está sendo submetida ao plenário do CNRH **O Sr. Vicente Andreu Guillo (Secretário Executivo do CNRH - SRHU/MMA)** – Muito obrigado Márley, matéria em discussão. Conselheiros inscritos, por favor. Rosa é a primeira inscrita. **A Sr^a. Rosa Maria Oliveira Machado Mancini (CERH/SP)** – a minha proposta, na verdade, não é apenas minha, é de um grupo de representantes de conselhos estaduais. São duas linhas. A primeira diz respeito ao art. 3º, relativo aos Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos. A nossa proposta que foi muito debatida durante a oficina que aconteceu semana retrasada no hotel nacional, diz respeito a convidar, para participar com direito a voz, todos os representantes de Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos, os votos ficam restritos a esses que têm direito para poder fechar a conta do Conselho Nacional, mas garantir que tenha participação. Essa prática nós temos no Conselho Estadual em São Paulo de todos os Comitês de bacia, seja o presidente, o Secretário Executivo e o vice-presidente, eles têm o direito a participar da reunião do Comitê e tem direito a voz, isso é muito positivo. Você justamente estabelece a ligação dos Comitês com o Conselho. Eu acho que essa prática vai trazer uma maior relação, interação entre os Conselhos Estaduais e o Conselho Nacional. Então, a minha proposta seria que entrasse como um § 3º, no art. 3º. Seria: "todos os Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos, estão convidados a participar do Conselho Nacional com direito a voz". A outra proposta, que eu estou fazendo em nome do meu companheiro do Paraná, Amauri, seria no art. 13. A lógica seria a seguinte, o art. 13, prevê... A lógica é a seguinte, aqui está prevendo que as instituições da sociedade civil e usuários informem, nos seus sites, as atividades que exercem junto ao Conselho. A nossa proposta é que se estenda essa necessidade de informação aos Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos também. Então, seria "Os Conselhos estaduais de Recursos Hídricos, assim como as instituições eleitas para representar usuários..." têm obrigação de informar tudo isso e entraria um item 5, como se fosse a súmula da participação na reunião do Conselho. A ideia que foi sugerida foi essa, depois pode melhorar na sequência e também está sendo previsto, não sei se bem aqui, tem que estudar o melhor lugar, dos Conselhos Estaduais, também informarem para o Conselho Nacional, as decisões que vão sendo tomadas, as deliberações que saem de lá, até para efeito do Conselho Nacional, avaliar a implementação e consecução de metas que estão sendo feitas nos âmbito dos Conselhos Estaduais. O resumo é esse, é ter direito a voz todos os Conselhos Estaduais, que os Conselhos Estaduais também divulguem sua participação no site, e que a informação seja de vai e volta, um informa o outro e o outro informa um. **O Sr. Vicente Andreu Guillo (Secretário Executivo do CNRH - SRHU/MMA)** – Rosa, apesar da clareza, se você pudesse deixar por escrito, seria importante, para que depois não houvesse duvidado. Aqui anotamos, mas era importante ter isso se possível por escrito, próximo Conselheiro inscrito. Por favor, Flávio. **O Sr. Flávio Antônio Neiva (Concessionárias)** – A opinião sobre cada parte será posteriormente, não é? **Sr. Vicente Andreu Guillo (Secretário Executivo do CNRH - SRHU/MMA)** – Depois em um encaminhamento, como é um conjunto, diferentemente do que fizemos na reunião passada, colocar as propostas de emenda e submeter às emendas à apreciação do plenário. **O Sr. Flávio Antônio Neiva (Concessionárias)** – Tenho uma observação para fazer aqui. Notem os senhores, no art. 4º "Apenas poderão ser habilitados

como representantes dos usuários no CNRH pessoas jurídicas, caracterizadas como entidades...” Então, tem a categoria entidades de representação e vem as subcategorias que são as associações, instituições, federações, confederação, todas essas subcategorias, são entidades. Então, vamos lá no art. 7º, por favor. **O Sr. Vicente Andreu Guillo (Secretário Executivo do CNRH - SRHU/MMA)** – Por favor, Flávio, eu não sei se vocês estão com o mesmo problema. Vocês estão com ela ali, mas nesse documento impresso, não tem a identificação do § 4º, do art. 4º. Faltou uma página inteira? Só o *caput*, perfeito. **O Sr. Flávio Antônio Neiva (Concessionárias)** – Voltando, presidente. Art. 4º. “Apenas poderão ser habilitados como representantes dos usuários no CNRH pessoas jurídicas, caracterizadas como entidades de representação de âmbito e atuação nacional ou regional, tais como entidade...”, aí é um conjunto de categorias e vem as subcategorias logo na próxima página que são: “associações, instituições, federações e confederações...”. Bom, agora lá no art. 7º, no pé dessa página aí, “Cada instituição de representação de usuários e organizações...”, aí seria “cada entidade”. Mais na frente tem a mesma coisa, na última página, art. 13, fala “as instituições eleitas”, quem são eleitas, são as entidades. **O Sr. João Clímaco Soares de Mendonça (ONGs)** – Prezados amigos, nesse Conselho alguns membros que estão aqui nessa plenária e que participaram de Câmaras Técnicas, sabem o nosso empenho desde o começo dessa discussão, de que acontecesse da maneira mais democrática possível, se efetivasse e realmente desse contribuições para aprimorar o processo da representatividade no Conselho Nacional de Recursos Hídricos. Isso porque eu entendia e sempre entendi que é uma demanda de todos nós, praticamente, todos os segmentos têm essa demanda, e não é pelo fato de só o nosso segmento ter, que iríamos ter um olhar mais unilateral da necessidade de mudança. Acontece que até atribuo isso a uma causa estrutural, que no Conselho que você só tem 2 representantes da Sociedade Civil, para 59 representantes dos demais segmentos, com a hegemonia do setor público, há uma deficiência congênita do próprio Conselho de possibilitar o debate democrático e aberto e as possibilidades de juntar convergências, fiquem diminuídas em função do comodismo de alguns falarem, eu trator mesmo, não vou nem debater esse assunto. No caso específico no nosso segmento, tenho que fazer umas observações, quanto ao processo que rolou, aconteceu, que demonstra muito bem o fato dessa visão muito tratorista, visão hegemônica que “é melhor passar por cima do debate, porque você é minoria por isso vai levando” lamento muito isso, mas é o sentimento que me move. Nesse aspecto terminamos criando um documento que causa extremo prejuízo ao sentimento de representatividade, de participação social, a um princípio basilar dessa política pública e da lei que dá sustentação a ela, um prejuízo que chega ao ponto de agredir a nossa inteligência. Para falar isso, para justificar isso, eu digo que todo o processo de discussão dessa resolução, nosso segmento foi muito incisivo no que diz respeito a cumprir preceitos dessa questão da representatividade e participação social, no sentido de democratizar, abrir, fazer visíveis as decisões, fazer os movimentos sociais se interessarem por esse Conselho, serem mais participativo e daí ter outra qualidade do nosso trabalho. Infelizmente todo esse processo não leva os agentes a concluir isso. Os próprios palestrantes que estiveram aqui, fizeram palestras muito interessantes, muito boas, muito saltarias, muito oxigenadora do sentimento do princípio da participação, foram desobedecidos. Então, eu vou dizer para vocês que essa resolução, teve o coroado dela de decisão de vir para cá na CTIL e a CTIL, dessa vez, extrapolou o que pode se dizer da razoabilidade da sua competência, da sua necessidade de dignificar esse Conselho, e teve uma atitude de mérito, de votar no mérito e não na construção jurídica da proposta e. Então, no art. 5, antes de dizer que vamos pedir vista dessa resolução, eu quero não ser impositivo, dizer os argumentos que nos levaram a isso. **O Sr. Vicente Andreu Guillo (Secretário Executivo do CNRH - SRHU/MMA)** – Eu acho bastante importante, mas eu queria que buscássemos se ater ao tempo. Você precisa de quantos minutos para concluir, 2 minutos? Em respeito. 3 minutos adicionais ao Conselheiro, em seguida... **O Sr. João Clímaco Soares de Mendonça (ONGs)** – O art. 5º que é exatamente um ponto fundamental que sustenta e fundamenta o nosso interesse, que o princípio da

capilaridade, todo o País poder participar da eleição, universalidade, quer dizer, vários atores políticos da sociedade poderem se entusiasmar e participar do processo, e legitimidade, entidades que realmente atuam no ativismo político da água, não no lobby de projetos e recursos públicos. Então, vimos que aqui não contempla isso, de modo que, para piorar, o parágrafo que fala "as entidades regionais". Eu tive o cuidado, para não ficar uma coisa de polarização de polêmica, de fazer um parecer jurídico, que eu esperava que a CTIL me desse um parecer jurídico, um parecer fundamentado juridicamente, sobre porque esse meu parecer não foi acatado, dando conta de que esse parágrafo é ilegal, ele não tem fundamento na Constituição, não tem fundamento em nenhum instrumento. E precisava que a CTIL, com seus em méritos juristas, dessem um retorno para nós, fundamentado tecnicamente e juridicamente, não em uma simples votação, porque é nacional. Isso não tem, eu tenho fundamentação jurídica de que esse artigo não tem base na Constituição, base na Lei 9433 e nas outras instâncias legais. Por outro lado, dentro do princípio de democratização, integração, eu propus que as entidades que já estão nos Comitês de bacias, as organizações civis de recursos hídricos que já estão nos Comitês de bacia, já fossem parte integrante desse processo eleitoral, bastava criarmos um mecanismo administrativo disso, não é nada complicado, já está no sistema. Então, as ONGs, entidades civis que estão no Comitê de bacia, fossem parte desse colegiado eleitoral, não foi aceito. Então, o que eu estou questionando não é só o fato do mérito das entidades, das minhas propostas, em nenhum momento foram discutidas, e se não foram aceitas, mas já que não foram aceitas desde o começo, porque não chegou aqui para discutirmos e colocar como uma coisa diverge, porque o GT não tem autonomia para ficar definindo uma coisa que a CTIL, por sua vez agiu de maneira totalmente inapropriada para sua missão. E julga o mérito, quando na verdade deveria ter julgado a legalidade do meu parecer que foi feito por um advogado, professor da Universidade Federal do Paraná, e não resposta para isso. De forma disso, eu tenho que confessar o nosso desapontamento, nos obriga a pedir vista dessa resolução e vamos trazer tudo fundamentado juridicamente, coisa que a CTIL não fez, a nosso ver. Lamentavelmente pedir nossas desculpas ao plenário por não ter que tomar essa atitude, e desapontado por essa forma de como foi conduzida essas coisas e rever o papel da CTIL no que diz respeito a uma Câmara Técnica que se auto-intitula como hierarquicamente mais competente para decidir e não ter um processo democrático de acatar, mesmo quando não tem acolhida no GT, colocar para ser discutido da maneira mais eficaz. Eu estou pedindo vista dessa resolução. **O Sr. Vicente Andreu Guillo (Secretário Executivo do CNRH - SRHU/MMA)** – Obrigado. Eu queria dizer que a parte regimental, nós temos uma solicitação de um pedido de vista, e tem um conjunto de comentários e de avaliações que são atribuídas exclusivamente à opinião do Conselheiro. Elas não refletem a posição do Conselho, portanto, não estão em discussão. Com relação ao pedido de vistas, são duas possibilidades, assim como foi aplicado no procedimento anterior, é de ouvir os comentários, pessoas que queiram contribuir sobre essa resolução, no sentido de ouvir as pessoas, mas o pedido de vista retira essa resolução de apreciação. Aí, depois, nós temos que arbitrar o tempo para esse pedido de vistas. Então, nós temos duas possibilidades, ou segue... Tem mais inscritos? Eu posso ouvir as pessoas que queiram falar a respeito disso, a matéria não será deliberada. Nós temos 3 inscritos, podemos ouvir a opinião das 3 pessoas a respeito da resolução e em seguida tratamos... É encaminhamento diferente desse? Seriam 6 inscrições, no total? Vejam, nós temos um problema da limitação do tempo e agenda, temos uma resolução em seguida que também vai exigir um grande esforço de organização. Se fosse um número pequeno, não haveria problema em manter. Mas estamos falando com 6, estamos falando em 20 minutos, praticamente de intervenções aqui no plenário, sobre algo que não será discutido. Então, tendo em vista esse número maior, a posição da Mesa é de que nós, tendo a solicitação do pedido, cumpramos o Regimento, suspenda a discussão, e arbitre o tempo do Conselheiro. Pode ser isso? **O Sr. Márley Caetano de Mendonça (MMA/SRHU)** – Não sei se a Conselheira Ana Catarina vai perguntar, mas uma coisa importante dizer é o seguinte, o pedido de vista, ele impossibilita

que o próximo eleitoral venha a ser regido sobre esta resolução, ele terá que ser regido pela Resolução 14. O que o próximo eleitoral será disparado agora no final de dezembro. **O Sr. Vicente Andreu Guillo (Secretário Executivo do CNRH - SRHU/MMA)** – É isso que acontece com o encaminhamento. Não é conteúdo em relação à resolução. **A Sr^a. Ninon Machado de Faria Leme Franco (ONGs)** – A proposta de fazer uma revisão dessa resolução é de minha iniciativa, desde 2003, quando em 2005 eu propus isso, e receitarei no início desse novo mandato, por razões de uma certa obviedade., até pediria a meu colega que reconsiderasse isso, porque é um ganho para a sociedade civil, é um ganho para todos nós. Porque eu discordo integralmente dele, porque quem está no Comitê de bacia, tem o princípio da subsidiariedade, por exemplo, várias vezes eu não vim porque, tinha um problema lá no Paraíba do Sul, na Bahia de Guanabara, porque estou ativa. Então, o princípio da subsidiariedade é que orienta a 9433, quem tem que estar no plenário, são as pessoas que têm uma representatividade regional, nacional como está sendo dito. Então, eu pediria, porque isso vai obstar um avanço nosso. Agora, secretário, eu queria pedir o senhor, lembrar que em uma CTIL em que o senhor se apresentou ao nosso Conselho na Câmara Técnica, o senhor falou que deveria haver um rearranjo no Conselho para haver maior equilíbrio de representatividade. Com isso, nós estamos reafirmando a presença do Governo Federal, nada a opor, mas precisamos ter um equilíbrio maior dos outros segmentos, como existem nos Comitês. Então, eu gostaria de cobrar do senhor essa proposta, essa grande sugestão que nos caiu muito bem, e também lembrar que o Presidente da República, até agora não deu uma resposta a uma moção do Conselho Nacional, de aumento do nosso quadro para promover esse equilíbrio em março de 2006. Com todo respeito ao Presidente da República, ele pode muito, mas não pode tudo. Então, nós pelo menos, mereceríamos uma informação porque essa alteração não foi feita. Muito obrigada. **O Sr. Vicente Andreu Guillo (Secretário Executivo do CNRH - SRHU/MMA)** – Agradeço a contribuição da Conselheira. Ela também tratou de alguns temas, não tão em apreciação são bastante relevantes, eu penso até que nós poderíamos pautar um momento, porque nossas reuniões acabam sendo muito rígidas, não tem um tempo de interação dos Conselheiros em relação a preocupações de natureza mais geral, comentávamos com o presidente da ANA, antes de iniciar essa reunião. Então, é possível pensarmos para a próxima reunião, uma agenda de tal forma que essa interação do Conselho, a aferição de determinados posicionamentos, possam acontecer. Porém o que a Conselheira solicitou, não está em apreciação. Tem uma solicitação, foi um apelo ao Conselheiro, para que ele não mantenha o pedido de vistas, que eu vou transmitir ao Conselheiro, se vai manter ou não, em respeito à Conselheira. Você vai manter? Ou nós podemos... Vai manter o pedido de vistas. Então, vamos seguir o Regimento. O Regimento interrompe a discussão. O Conselheiro tem o direito de vista no processo e assim como nos pedidos anteriores, nós arbitramos aqui o prazo do dia 9 de fevereiro, o Conselheiro tem até o dia 9 de fevereiro para apresentar suas justificativas. Evidentemente foram dadas as consequências de que a próxima eleição acontecerá ainda sob a vigência da resolução 14, que permanece em vigor. Próximo ponto, nós vamos ao item 3.5 da ordem do dia... Eu gostaria de manter no registro para quando ela retornar em discussão, as contribuições que já foram feitas aqui em plenária, serão mantidas, para a sessão plenária que virá apreciar essa resolução no futuro. Então, elas aqui, o registro das emendas, elas estão mantidas e serão apreciadas oportunamente, deverão fazer parte do nosso histórico. Item 3.5 “Deliberação sobre proposta de resolução que estabelece a composição e define suplências para a CTAS, CTAP, CTCT, CTGRHT, CTPOAR, para o mandato de 1º de fevereiro de 2009 a 31 de janeiro de 2011, e dá outras providências, encaminhada pela Secretaria Executiva do Conselho Nacional de Recursos Hídricos. Convido, nesse momento, o presidente da CTIL, senhor Márley Caetano para encaminhar esta matéria. Por favor, Márley, você tem o prazo de 15 minutos. **O Sr. Márley Caetano de Mendonça (MMA/SRHU)** – Obrigado secretário. Como o secretário já disse, essas 5 Câmaras, estão em processo de renovação de seu mandato, a partir de 1º de fevereiro de 2009 até 31 de janeiro de 2011. Então, a Secretaria Executiva, inicialmente abriu um processo de

consulta dirigido a todos os Conselheiros do CNRH, no dia 20 de outubro foi encaminhado, via e-mail, o ofício número 83, quando foi estipulado prazo de 3 de novembro para que os Conselheiros manifestassem seu interesse de participar nessas 5 Câmaras. No dia 31 de outubro, nós da Secretaria Executiva, reiteramos essa solicitação, mesmo assim, após o dia 3 de novembro, após terminado o prazo, nós acabamos recebendo mais algumas solicitações, ou seja, foram solicitações que foram feitas fora do prazo estabelecido. Pelo Regimento Interno do CNRH, cabe à CTIL receber esses pleitos e construir uma proposta de composição das Câmaras a ser apresentada ao plenário do CNRH para deliberação. Então, a CTIL fez a sua reunião nos dias 26 e 27 de novembro passado. Essa reunião foi convocada e a convocação contou com um quadro de todos os pleitos realizados, essa convocação não foi encaminhada somente para os membros da CTIL, mas para todos os Conselheiros. Então, naquele momento da convocação da reunião da CTIL, todos os Conselheiros tiveram conhecimento dos pleitos realizados para participação nessas 5 Câmaras Técnicas. Eu dou uma pausa para destacar uma questão importante que ocorreu. Nesse quadro nós não inserimos uma manifestação, uma solicitação de participação do segmento das prestadoras de serviço de saneamento. Este segmento nos enviou um e-mail no dia 30 de outubro, no entanto não recebemos esse e-mail, não sabemos por que, se foi alguma razão de ordem técnica, porque foi enviado, no entanto nós da Secretaria Executiva não recebemos, por isso o pleito desse segmento não foi analisado pela CTIL na sua reunião do dia 26 e 27 de novembro. Em contatos que nós tivemos semana passada, com o Conselheiro Walter, ele nos contatou e nos enviou o comprovante de que realmente teria nos enviado a solicitação para participar nas Câmaras Técnicas quantos no tempo hábil, ou seja, em 30 de outubro. Isso aconteceu na última composição com outro segmento, é algo que estamos sujeitos, alguma falha do sistema de Internet de fato nos encaminhou, mas de fato, nós não recebemos, é importante dizer isso para que, já que necessariamente terá que reapresentar o seu pleito nessa reunião. Bom, então a CTIL se reuniu nos dias 26 e 27, e pela segunda vez na história deste Conselho, nós conseguimos pactuar uma composição para 5 Câmaras Técnicas. Em vezes anteriores, normalmente era o processo canibalístico. Eu quero a vaga e você deve sair. Primeira vez na renovação de algumas Câmaras no início do ano, nós conseguimos implementar um processo de pactuação, de negociação e esse processo se repetiu agora. Então, foi um momento importante, onde os segmentos puderam entrar em acordos, um segmento abriu mão do seu pleito para uma determinada Câmara, possibilitando a entrada de outro segmento e fizeram o mesmo, na ordem contrária, em outra Câmara. Com isso nós conseguimos construir uma proposta de composição das 5 Câmaras. Isso aconteceu especialmente em duas Câmaras, na CTAS e na CTPOAR, onde o número de interessados era superior ao limite estabelecido pelo regimento, que é de no máximo 17 membros. As demais Câmaras, CTAP, CTCT, CTGRHT, foi tranquilo porque na CTAP foram 16 pleitos e na CTCT 14 e na CTGRHT 16 pleitos, ou seja, abaixo do limite estabelecido, pelo Regimento Interno. Acho que o quadro está sendo projetado, não precisa que eu leia aqui como que ficou a composição, mas quero só lembrar, por último, de que nós, nas Câmaras em que o pleito foi superior ao limite estabelecido pelo Regimento, nós procuramos seguir todos aqueles critérios estabelecidos no Regimento Interno para composição de Câmara, citando aqui alguns. A reprodução, na Câmara, da representação no âmbito do plenário, nós procuramos seguir também a assiduidade, aquele segmento que foi excluído por falta no mandato que está vencendo, ele teve o seu direito de preferência colocado em último lugar, vamos assim dizer. Então, procuramos também, priorizar a assiduidade. Então, acabamos chegando nesse resultado que está sendo exposto para vocês. **O Sr. Vicente Andreu Guillo (Secretário Executivo do CNRH - SRHU/MMA)** – Matéria em discussão. Conselheiro João Bosco. **O Sr. João Bosco Senra (MMA/SRHU)** – Secretário, demais Conselheiros, em função dessa questão que foi relatada pelo Conselheiro Márley, nós conversamos aqui, o Setor de Saneamento, usuários de serviço de saneamento e o setor dos pescadores e usuários da água para lazer e turismo e para tentar contemplar, queria apresentar a seguinte proposta, na Câmara técnica de águas subterrâneas, permanece os pescadores

usuários que vão indicar os seus representantes para participar, e dentro dessa indicação dos seus representantes, deve indicar também, porque vai representar o setor, mas vai contemplar a indicação de alguém de saneamento como se suplente na Câmara Técnica, mas a titularidade é de pescadores e usuários de água e lazer para turismo. Na Câmara Técnica de Recursos Transfronteiriços, o setor de pescadores e usuários, concordam em abrir mão, não, essa tem vaga, essa aqui, recursos hídricos transfronteiriços, ainda têm uma vaga. A proposta é que acrescente o setor de saneamento na câmara de Recursos Hídricos Transfronteiriços, ainda tem uma vaga. Então, a proposta é que acrescente o setor de saneamento. Na CTPOAR, é que o setor de pescadores, acertamos, pescadores usuários de água trocar por setor de saneamento na vaga que está dos pescadores de usuários de água. Dentro dessa proposta, há uma concordância, nós gostaríamos de agradecer o setor de pescadores e usuários de água, pela compreensão e por ter concordado com essa permuta, o que possibilita a representação desse importante setor de saneamento nessas Câmaras Técnicas. Eu só queria dizer que na resolução está faltando, no documento da resolução, acabou que ficou faltando, na composição da CTCT, mas não na resolução que temos em mão, não, tem os setores usuários. Não sei se nenhum setor usuário se candidatou, mas aqui na resolução... Nenhum se candidatou, então, está certo. São essas sugestões, para atender essa demanda do setor de saneamento. **O Sr. Vicente Andreu Guillo (Secretário Executivo do CNRH - SRHU/MMA)** – Obrigado, tudo indica que a Mesa conseguiu acompanhar a proposta de acordo ou de algum acordo feito pelo plenário. Por favor, Conselheiro. **O Sr. Walder Suriane (Prestadores)** – Realmente o que o Conselheiro Márley colocou é isso mesmo, o fato é que tem alguns mistérios no meio do caminho, entre destinatário e remetente. Nós antecipadamente, tempestivamente, antes do fim do prazo, nós enviamos e consta registro na nossa máquina, e mais ainda, nós fizemos um encaminhamento a própria Secretaria com cópia para os nossos associados que confirma que foi enviado. Infelizmente não há aquela ferramenta de confirmar o recebimento, mas lhe confesso que nunca ocorreu esse fato de nossos envios, nossas comunicações extraviarem, foi um fato lamentável, mas ocorreu. E de certa forma temos que colocar que é o fato, e temos que conviver com ele. Na realidade, só para complementar, nós participamos de 4 dessas Câmaras Técnicas, além da CTCOB e do Plano Nacional, e ao longo da atuação dessas Câmaras, me permita colocar, que no caso da CTPOAR, em 14 reuniões, nós estivemos presentes em 12, através dos nossos representantes. Na CTAS, em águas subterrâneas, das 15 reuniões, nós estivemos presentes 13. Na CTCT, das 16, nós estivemos presentes em 13 reuniões e finalmente na transfronteiriças, de 9 reuniões, nós estivemos presentes em 6 reuniões. Então, isso demonstra realmente, o interesse da participação desse segmento, nessas Câmaras Técnicas. Além dessas que foram mencionadas, também pedimos a participação na CTAP e aí, na realidade, nós até entendemos que o arranjo apresentado pelo João Bosco, só que colocaria que além dessa, tem duas outras, que têm vaga, que nos habilitaríamos nessa situação. Então, nós ficaríamos participando oficialmente na CTAP, CTCT, na transfronteiriças e outorga e como suplente na água subterrânea. Não era exatamente isso que nós gostaríamos, tendo em vista que água subterrânea é um elemento importante nas nossas atividades normais, mas entendemos também que abrimos mão, acho que no sentido de um entendimento mais amplo, acho que está perfeitamente factível para nosso segmento. Muito obrigado. **O Sr. Vicente Andreu Guillo (Secretário Executivo do CNRH - SRHU/MMA)** – Muito obrigado Walter. Próximo inscrito. Conselheiro Rosalvo. Por até 3 minutos. **O Sr. Rosalvo de Oliveira Junior (MI)** – O Ministério da Integração tem como uma das suas atribuições legal é exatamente a integração nacional que o Ministério executa essa tentativa da integração nacional, por intermédio da elaboração e execução da Política Nacional de Desenvolvimento Regional e da Política Nacional de Ordenamento Territorial, estas são atribuições legais que o Ministério da Integração tem. E ele desenvolve, portanto, face dessa atribuição, alguns programas, entre esses programas, nós somos responsáveis por todos os municípios de faixa de fronteira, por isso que nós temos um programa específico para faixa de fronteira, a maior parte das nossas fronteiras em termos de tamanho, são as fronteiras da

região norte com a região Centro-Oeste, onde temos agências de desenvolvimento regional, especialmente no Governo Lula, que retomamos a discussão das agências de desenvolvimento regional, especialmente a região Centro-Oeste, norte e nordeste. Então, essa função dessa atribuição legal, em função desses programas que nós executamos, nós estamos pedindo ao Conselho que nós fiquemos como primeiro suplente da Câmara Técnica de Gestão de Recursos Hídricos Transfronteiriços, lembrando que em épocas passadas desenvolvemos aquele trabalho, que aqueles que estão a mais tempo aqui tem conhecimento, com relação à questão da Lagoa dos Patos, aquele trabalho que começamos e que os resultados foram excelentes. Pedimos para ficar na primeira suplência dessa Câmara Técnica. Obrigado. **O Sr. Vicente Andreu Guillo (Secretário Executivo do CNRH - SRHU/MMA)** – Próximo inscrito é o último inscrito. Por favor, durante te a fala do Fernando, Conselheiros que desejem se pronunciar sobre essa resolução façam sua inscrição, senão procederemos ao encaminhamento. Fernando. **O Sr. Luiz Estellita Lins de Salvo Coimbra (MRE)** – Muito obrigado, secretário. Serei muito breve, apenas para manifestar a satisfação do Ministério das Relações Exteriores de estar aqui inscrito para integrar as Câmaras Técnicas de Águas Subterrâneas e Recursos Hídricos Transfronteiriços, que de fato são temas que são de grande importância para a atuação do nosso Ministério e também para manifestar nosso apoio ao interesse do Ministério da Integração de participar da Câmara Técnica de Gestão de Recursos Hídricos Transfronteiriços, que tenho a honra de presidir, assim como apoiar o interesse dos prestadores de serviço de saneamento, que tem têm atuado, de maneira destacada na Câmara Técnica e esperamos que continue a poder fazê-lo. Muito obrigado. **O Sr. Vicente Andreu Guillo (Secretário Executivo do CNRH - SRHU/MMA)** – Muito obrigado. João Clímaco. **O Sr. João Clímaco Soares de Mendonça (ONGs)** – Eu queria fazer um registro em especial ao nosso apoio para que o Ministério da Integração Nacional, corroborando a fala do nosso colega do Ministério das Relações Exteriores, no sentido que seja contemplado esse pedido. Mas aproveitando, já que nós estamos tratando de Câmaras Técnicas, fazer um pedido especial aos representantes dos Comitês de bacias. Eu acho que todos nós estamos de acordo que existe falha estrutural na forma de como está a questão da paridade desse Conselho, mas no que diz respeito aos Comitês de bacia, queria fazer um pedido, especialmente para esses representantes, pode parecer estranho, mas para mim pode fazer esse pedido, se eu tiver sendo um pouco relapso. Então, faço um pedido, a esse representante do Comitê de bacia, que as Câmaras Técnicas sejam mais pró-ativos no sentido de defender os interesses dos Comitês de bacias. Muitas vezes eu estou fazendo mais esse papel do que o próprio representante. Eu posso falar isso, porque eu participo de vários Comitês e sinto que essa deficiência está atrapalhando e não fortalecendo os Comitês de bacias. **O Sr. Vicente Andreu Guillo (Secretário Executivo do CNRH - SRHU/MMA)** – Muito obrigado. Há algumas manifestações que são de responsabilidade exclusiva do Conselheiro que a faz, não representa nenhuma posição do Conselho a respeito. Eu vou pedir para o Márley que produza a síntese dos pleitos e dos arranjos já feitos. **O Sr. Márley Caetano de Mendonça (MMA/SRHU)** – Me corrijam se eu tiver anotado errado. A proposta é de que o segmento prestadoras de serviço e saneamento, passe a ocupar a 17ª vaga da CTAP, a 15ª vaga da CTCT e a 17ª vaga da CTGRHT e na CTPOAR, também passa a ocupar a 17ª vaga em substituição ao segmento de pescadores usuários de água para lazer e turismo, que por sua vez iria para a primeira suplência. Já na CTAS, as prestadoras de saneamento, pleiteiam que fiquem com o primeiro suplente. Na parte do Ministério da Integração Nacional, o pleito é que fique como primeiro suplente na CTGRHT, correto? Vou repetir, lembrando que são propostas que mexem no caso, a Ingrid já se manifestou, com relação também às suplências. As suplências são definidas para o caso de exclusão de alguma entidade, caso alguma entidade seja excluída por falta, é chamado para compor a Câmara o primeiro suplente. A proposta colocada é, para que as prestadoras de serviço e saneamento ocupem a 17ª vaga da CTAP, a 15ª vaga da CTCT e a 17ª vaga da CTGRHT, aí não mexe com ninguém, nem na titularidade, nem na suplência. Já na CTPOAR, ela substituiria o segmento de pescadores e usuários de água para lazer e

turismo, e este segmento seria remanejado para a primeira suplência, remanejando para a segunda suplência a (...) e para a terceira suplência o Ministério dos Transportes. Na CTAS esse segmento, a proposta de que este segmento entraria na primeira suplência, remanejando a (...) para segunda e os estados de Bahia e Ceará para terceiro. E a última proposta é para que o Ministério da Integração Nacional, entre como primeira suplência na CTGRHT, o que não mexe com ninguém. Então, a proposta produz alterações, somente na CTAS e na CTPOAR.

O Sr. Vicente Andreu Guillo (Secretário Executivo do CNRH - SRHU/MMA) – Tudo bem? Depois colocar evidente, essa discussão, mas como metodologia, se vocês pegarem os quadradinhos, aqui nas prestadoras de serviço coloca-se um no CTAP, um na CTCT, e um no CTGRHT e um no CTPOAR. Onde está pescadores de usuários de água para lazer e turismo no CTPOAR fica 0, e no CTPOAR aqui, eles ficam como primeiro suplentes, encaminhando transporte na seqüência abaixo e na CTAS, setor de pesca, fica como primeiro suplente e depois, na CTGRHT, o MI como primeira suplência, dentro desse mapa que nós temos em mãos, é isso? Uma proposta de encaminhamento está sendo apresentada aqui, é que no caso da CTAP, CTCT e no transfronteiriços, que não há nenhuma alteração, seja dos efetivos, seja dos suplentes, que considerássemos e colocasse em votação e considerassem aprovadas. Em seguida, nós trataríamos daquelas, onde há alteração, seja na troca entre saneamento e pescadores, mas também com o pleito de redefinição das suplências. Então, nesse caso, na CTPOAR e na CTAS nós abriríamos para discussão em seguida, pode ser esse o encaminhamento? Está claro para o plenário? Nós estaremos colocando em votação a CTAP..., apesar de que eu vejo que era bom deixar tudo em aberto, porque de repente isso pode ser uma possibilidade de arranjo em função das diversas colocações. O que eu quero dizer é o seguinte, antes de colocar em votação essas 3, em função dos arranjos que eventualmente tenha na CTAS, na CTPOAR, pode ser que você precise utilizar esse arranjo que está colocando aqui, é só isso que eu quis dizer. Tem 2 encaminhamentos possíveis aqui. Um é o encaminhamento de que há 3 Câmaras Técnicas, sobre as quais não há pleito, não há problema. E duas que nós teríamos que discutir. Então, nós podemos aprovar esses 3 e discutir as outras duas. O outro encaminhamento ouve-se vê qual é o arranjo para as outras duas e depois se vota tudo em bloco, porque de repente, a posição da CTPOAR ou CTAS pode envolver algumas negociações em relação àquelas que já votamos. Em minha opinião, não deveria fechar, porque senão vai dizer o seguinte, não tem mais margem de manobra, vamos ouvir quais são as ponderações e depois a fazemos o encaminhamento, não ganha tempo nenhum. O encaminhamento que eu estou propondo é ouvir quais são os arranjos em função da CTPOAR e da CTAS e logo em seguida fazer o encaminhamento da proposta final, sem necessidade de estar segregando, votando antecipadamente qualquer uma delas. Inscrições a respeito. Solicitação de esclarecimento? Primeiro vamos verificar quais são as inscrições dos Conselheiros. Em seguida ouvimos essa prestação de esclarecimento. É a primeira vez que eu vejo encaminhamento de esclarecimento. Normalmente solicita um esclarecimento. Aqui ele deseja prestar um esclarecimento, mas o faremos depois das inscrições. Por favor, Ingrid.

A Sr^a. Ingrid Illich Muller (OTEP) – Então, na realidade, não quero o que eu queria era só negociar, como o meu segmento tem interesse tanto na CTAS, e na CTPOAR e já acabamos ficando na suplência, porque esse segmento são dois Conselheiros titulares, ensino pesquisa e associações técnicas, sempre temos tentado ficar com duas vagas, já não conseguimos ficar na CTAS e na CTPOAR, ficamos na primeira suplência, vamos ter que esperar um tempo para entrar. Até para não delongar demais, queria ver se conseguimos negociar, que eu ficasse na primeira suplência na CTPOAR e só ficaria na segunda suplência... O saneamento ficaria na primeira suplência CTAS e eu ficaria na segunda suplência. Fica um arranjo entre o saneamento e a OTEP que estão discutindo essas suplências.

O Sr. Vicente Andreu Guillo (Secretário Executivo do CNRH - SRHU/MMA) – Na verdade, se eu entendi, precisamos consultar também, os usuários de água que abriram uma vaga na CTPOAR para o setor de saneamento, se concordariam com a proposta de ficar como segundo suplente, passando a primeira suplência aqui na CTPOAR, é isso? Estão de

1924 acordo? Vocês têm exatos 30 segundos. Temos um acordo? Ok? Então, foi produzido um
1925 acordo, excelente, tempo recorde. A proposta final é de que o setor de saneamento passe se a
1926 incluir a CTAP, CTCT, CTGRHT e a CTPOAR. O setor de pesca sede essa vaga da
1927 CTPOAR para o setor de saneamento e passa a ocupar a segunda suplência. O MI pleiteia a
1928 suplência do transfronteiriços e na CTAS o setor de saneamento fica com a primeira suplência
1929 e depois as demais seguem adiante, é isso? Em regime de votação. Os Conselheiros e
1930 Conselheiras que são favoráveis a essa composição das Câmaras Técnicas, com mandato de 1
1931 de fevereiro de 2009 a 31 de janeiro de 2011, por favor, levantem seus crachás. Muito
1932 obrigado. Os Conselheiros ou Conselheiras contrários? Abstenções? Com registro de uma
1933 abstenção. Aprovada a composição das Câmaras Técnicas. Queria agradecer. Penso que nós
1934 conseguimos produzir aqui um consenso bastante satisfatório, e em um tempo também
1935 apropriado para a continuidade dos nossos trabalhos. Passamos agora ao item 4.1 da ordem do
1936 dia, que trata de proposta de moção. Eu pediria aos Conselheiros que assim o puderem fazer,
1937 permanecessem em plenário, por conta da apresentação que deve acontecer logo em seguida a
1938 esta apresentação, além de outros temas importantes, mas que é a apresentação do resultado
1939 da oficina 10 anos do Conselho Nacional, que eu penso que tem uma contribuição bastante
1940 significativa que será apreciada futuramente pelo próprio Conselho. Passamos aqui ao 4.1 da
1941 ordem do dia que é deliberação sobre proposta de moção que recomenda princípios e
1942 prioridades de investimento em ciência, tecnologia e inovação para recursos hídricos,
1943 encaminhada pela Câmara Técnica de Ciência e Tecnologia. Quem vai fazer a apresentação?
1944 Convido o senhor Wilson Cabral Filho para fazer a apresentação da proposta de moção. **O Sr.**
1945 **Wilson Cabral de Sousa Júnior (Representante das OTEP na CTCT)** – Boa tarde a todos.
1946 Antes de qualquer coisa, acompanhei esse processo de produção da moção 40, que foi
1947 aprovada em 2006 e que resultou de um trabalho da Câmara Técnica de Ciência e Tecnologia
1948 que durou mais de 2 anos, desde 2004, nós vínhamos trabalhando essa questão, e aqui faço
1949 coro aos que entendem que os resultados das Câmaras Técnicas, produtos das Câmaras
1950 Técnicas, vão muito além de propostas de resoluções e moções. Então, todo ganho que se
1951 obteve nas discussões, nos *workshops*, nas oficinas, em todas as atividades eventos que a
1952 Câmara Técnica protagonizou durante esse período, foram fundamentais para estabelecimento
1953 hoje de uma, por exemplo, de um trabalho muito integrado de uso eficiente da água. Então,
1954 consolidados, por exemplo, com um edital do CT-Hidro, contemplando esse fim. Eu queria
1955 fazer um breve balanço dessas atividades no tempo que me concederam e apresentar quais são
1956 as atualizações propostas à moção 40. Antes de trabalhar com as prioridades ou com
1957 demandas, nós pensamos na Câmara em discutir princípios para investimento em ciência,
1958 tecnologia e inovação, por quê? Nós observamos, a partir do acompanhamento de alguns
1959 editais de conhecimento público, CT-Hidro e outros fundos setoriais e mesmo de algumas
1960 fundações de amparo à pesquisa, que alguns princípios não estavam, necessariamente,
1961 contemplados em todos os editais. Então, uma preocupação da Câmara Técnica foi elaborar
1962 ou apresentar alguns princípios basilares para desenvolvimento científico e tecnológico que
1963 deveriam estar incluídos nos editais e no fomento público à ciência e tecnologia e inovação.
1964 São eles: acessibilidade diversidade temática, divulgação e apropriação de resultados e o
1965 estilo contínuo a formação de parcerias em ciências de tecnologia e renovação. Então, cada
1966 um deles tem um breve texto, isso já vem do texto da moção 40, houve uma mudança de
1967 forma de apresentação desses princípios, para essa proposta de moção, mas de qualquer forma
1968 os princípios se mantêm. Até porque nós identificamos a necessidade de manter porque
1969 alguns editais continuam, eventualmente, não contemplando um ou outro desses princípios.
1970 Bom, qual foi à metodologia de levantamento dessas demandas e dessas prioridades para
1971 investimento científico tecnológico? Nós poderíamos elencar uma série de métodos para fazê-
1972 lo. O CT-Hidro, Comitê gestor do CT-Hidro, adotou uma metodologia, pela metodologia,
1973 houve um grande levantamento a partir de 2005 para essas demandas em nível nacional.
1974 Então, dividiu-se em regiões e convocou os cientistas, pesquisadores cadastrados no CNPq
1975 com nível de produtividade de pesquisa elevado, para fazerem essa apresentação de

1976 demandas. Então, essa é uma metodologia que o CT-Hidro lançou mão. Entendemos que é
1977 uma metodologia, interessante, porém não atende à complexidade do desenvolvimento
1978 científico e tecnológico que o Brasil carece. Então, partimos para outra abordagem que vai
1979 desde a análise dos editais, dos fundos setoriais em relação aos temas, apontados pela moção
1980 40, nós juntamos todos os temas apontados pela moção 40, e fizemos uma análise dos editais
1981 colocados nesse período, de 2006 até hoje e o atendimento àquelas áreas temáticas.
1982 Realização de *workshops* temáticos com exceção do levantamento para autorização da moção
1983 40. Isso já aconteceu desde a criação da moção 40. Então, nós tivemos um *workshop* sobre
1984 uso eficiente da água, um *workshop* sobre tecnologias nacional para monitoramento
1985 hidrológico, *workshop* específico voltado para poços de combustível e assim por diante.
1986 Então, uma série de atividades foram realizadas nesse período e sempre nós pautamos nesses
1987 *workshops* que os participantes nos apontassem demandas atualizadas para investimento
1988 científico e tecnológico. Outra fonte foi a realização de reuniões da Câmara, setoriais, em
1989 eventos específicos. Por exemplo, simpósio da Associação Brasileira de Recursos Hídricos,
1990 que é um evento que reúne boa parte do público interessado de ciências e tecnologia na área
1991 de recursos hídricos, dos congressos da ABES e pautávamos reuniões da Câmara Técnica
1992 nesses eventos e chamávamos um grupo de pesquisadores participantes para apontar novas
1993 demandas. Divulgação entre os representantes dos segmentos na própria Câmara, então, os
1994 próprios representantes passaram a ser porta vozes desse levantamento de demandas e
1995 discutiam essas demandas junto aos seus segmentos, ou pelo menos supõe-se que discutiam.
1996 E análise, por fim análise do Plano Nacional, assim que o Plano Nacional foi efetivado, pelo
1997 menos foi colocado no ar, nós fizemos um levantamento do que o Plano Nacional apontava
1998 em termos de necessidade de desenvolvimento científico e tecnológico e colocamos,
1999 inserimos isso no texto atual. Então, essas foram as estratégias utilizadas pela Câmara Técnica
2000 e o método para atingir esse resultado. Bom, o que se atualizou? Desculpa, isso aqui é
2001 importante, mais do que e também de novo fazendo menção à questão do trabalho adicional
2002 da Câmara Técnica, nós não nos contatamos em fazer aprovar uma moção. Aprovada a moção
2003 40, nós pensamos, houve em 2003, uma aprovação de uma moção de capacitação, também
2004 elaborada pela Câmara Técnica e, no entanto nós identificamos, nas várias reuniões que
2005 fizemos no Brasil todo, que essa moção ficou completamente desconhecida da sociedade.
2006 Como fazer com que essa moção atingisse os seus destinatários de fato e não só do ponto de
2007 vista protocolar? Em todas as reuniões que nós realizamos nesse período, nós estabelecemos
2008 um contato com uma agente local de ciência e tecnologia, seja uma Secretaria de Estado de
2009 ciência e tecnologia, um fundo de amparo à pesquisa estadual, e assim por diante ou o próprio
2010 fundo setorial, e fazíamos uma entrega “solene” do texto da moção, exigindo não, porque é
2011 moção, mas de qualquer forma, solicitando um comprometimento desses órgãos para com o
2012 que a moção preconizava. Fora isso, envio de correspondência formal as instituições
2013 destinatárias, porém não elencadas no texto, é natural que quem é destinatário do texto, receba
2014 do ponto de vista protocolar, uma cópia. Mas não nos atemos a isso, há destinatários que não
2015 estão elencados ali. Então, nós identificamos e encaminhamos isso também do ponto de vista
2016 protocolar. Apresentação e reunião do Comitê gestor do CT-Hidro, em uma dessas
2017 apresentações, um objeto das demandas foi inclusive, objeto de atendimento do CT-Hidro,
2018 havia um consenso para aquele momento e resultou no que eu citei agora a pouco, na
2019 convenção de um edital específico, é um resultado de um esforço adicional da Câmara
2020 Técnica. E um delineamento das demandas apontadas de objetos específicos de investimento
2021 que é o caso desse edital. Isso inclusive se tornou um projeto da Câmara Técnica de Ciência e
2022 Tecnologia. A partir de agora, dado o sucesso que nós obtivemos, a ideia é, eventualmente,
2023 sob demanda, escolher um tema prioritário e desenvolver um trabalho sobre esse tema que
2024 possa resultar em uma ação efetiva em termos de desenvolvimento científico e tecnológico.
2025 Então, entrando agora no texto mesmo propriamente dito, são os principais pontos de
2026 alteração, de atualização dessa moção 40? A inclusão do termo inovação, abreviação CIT,
2027 Ciência Tecnologia e Inovação, separação em anexos dos destinatários dos princípios e das

prioridades de investimento, no texto da moção 40, isso era um texto só, era um anexo só. Então, nesse texto, aliás, foi uma contribuição da CTIL, houve uma separação em anexos, de forma que inclusive possamos atualizar um anexo, sem atualizar o outro, e assim por diante, ficou mais flexível e me pegou de surpresa, não tinha conhecimento desse detalhe e achei bastante interessante. A inclusão de novos fundos e instituições, os chamados destinatários. Um exemplo é o fundo da Marinha mercante, sugestão da CTIL, atualização dois temas prioritários para investimento em e CITI, envolvendo a manutenção de alguns itens que nós consideramos não atendidos até então, o aprimoramento de outros itens, a supressão de alguns itens que na nossa pesquisa constava como já atendidos, e a inserção de novos itens para contemplação por parte do esforço de desenvolvimento científico e tecnológico. Dos temas suprimidos, análise de impacto, das cidades antrópicas sobre meio hídrico, vários editais trataram, editais inclusive inter cruzados, trataram dessa questão, prospecção e conhecimento sobre águas pluviais, então, o PROSAB avançou bastante e houve um edital específico sobre uso da água que tratou dessa questão. O desenvolvimento de produtividade em meio rural, também já atendidos, inclusive em editais do CT agro, alternativas tecnológicas para tratamento de resíduos sólidos com ênfase no lixo enviado, esse texto, na verdade, foi inserido em um outro contexto, integração de ações em CT rural e urbano, estudo ao estudo de metodologia demonstrativa do enquadramento. Essa questão de enquadramento, ainda que não tenha se consolidado, avançou bastante nesse período, pesquisa em instrumentos econômicos, projeção das águas e nós entendemos que é um ponto, agora precisamos passar a implementar instrumento e não mais pesquisá-los, ou manter uma pesquisa, mas que não necessita de uma porta específica e reuso de água, aplicações técnicas, alguns editais tratavam dessas questões e o tema avançou bastante. Decidiu-se manter todos esses temas aí, que são temas que foram citados na moção 40 e estão mantidos no texto atual, aperfeiçoamento de técnicas de monitoramento bioindicadores, ou biomonitoramento, incentivo à difusão científica e tecnológica, envolvendo novas mídias de acesso popular, de novo, aquela lembrança de que a ciência ainda não chegou à sociedade. É preciso, por mais que tenha se evoluído nesse quesito, precisamos evoluir mais. Desenvolvimento de pesquisas em aquicultura, pesquisas relacionadas a novos contaminantes de meio aquático, técnicas avançadas para tratamento de águas, abastecimento, visando atender a nova Gama, de contaminantes extraídos no meio. Aquele outro item que foi suprimido entrou nesse texto. Adaptação de processo de tratamento convencional de esgoto para plantas com reuso de água e bioaproveitamento. Que diz respeito a uma conversão de estações atuais para estações mais modernas sobre esse enfoque. Gestão de riscos associados a água, contaminação de sedimentos. Bom lembrar aqui que tem pelo menos dois desses itens, que dizem respeito diretamente e indiretamente ao que está acontecendo em Santa Catarina hoje, que são gestão de riscos associados à água e drenagem urbana sustentável. Contaminação de sedimentos, e cooperação científica com Países vizinhos e lusófonos, que é um tema que precisa também avançar. Nós temos plataformas que nos servem muito bem, poderia servir a uma comunidade muito mais ampliada. Dois temas sofreram um aprimoramento de textos, investimento na consolidação do uso de formas alternativas de tratamento de efluentes. Na primeira moção foi colocada investimento no estudo de formas alternativas. Agora, o texto evolui para consolidar esses estudos. Investimento de pesquisa e capacitação do setor técnico médio, ali tem em vermelho, é um erro que eu identifiquei no documento que vocês têm. No documento que está aí, depois de escolas técnicas públicas e privadas tem uma vírgula e o serviço nacional de aprendizagens, está sem nexos. O nexo é dado pela ligação “e”, então, “escolas técnicas públicas e privadas e os serviços nacionais de aprendizagem” que deveriam ser objeto, pensando no escopo maior, deveriam ser objeto de algum esforço de desenvolvimento científico e tecnologia. Bom, por fim, os novos itens, o que foi acrescentado nesse período. Projetos e programas que envolvam o setor de turismo. Nós vimos, durante esse período, um crescimento muito grande dos investimentos do setor turismo e, no entanto, muito pouco se delineou para ciência, tecnologia e inovação nesses setores, apesar de que nós estamos

vivendo um processo de recessão, crise econômica que pode afetar, de qualquer forma, isso deve ser retomado em algum momento. Mudanças climáticas e recursos hídricos, foi incluído, isso é um tema que foi colocado a partir da pesquisa do plano nacional de recursos hídricos. Tecnologias sociais para uso sustentável das águas, também é uma questão colocada pelo Plano Nacional de recursos hídricos, nós incorporamos no texto, metodologia de certificação de responsabilidade sócio-ambiental no uso das águas. Essas duas são demandas da Sociedade Civil, desenvolvimento e aperfeiçoamento institucional. Então, dizem respeito ao desenvolvimento e implantação de metodologias para certificação da responsabilidade sócio-ambiental. O que está acontecendo? Muitos se dizem socialmente responsáveis, ambientalmente corretos e etc., e pouco se avançou no estudo, na pesquisa e no desenvolvimento de instrumentos que garantam, de fato, essa responsabilidade, pelo menos creditem essa responsabilidade. Vide, faço uma ressalva, o caso da Bolsa de Valores com o índice de sustentabilidade empresarial que recentemente tirou a Petrobrás do índice, porque entendeu que havia problemas com essa inserção. Isso gerou uma celeuma muito grande nesse mercado, por falta de mecanismo e critérios que definam isso com uma maior precisão. Implantação, atualização e capacitação de laboratórios de metrologia, visando o uso eficiente da água, essa é uma demanda que veio do *workshop* de tecnologia nacional, para monitoramento hidrológico e de uma atividade que a Câmara Técnica passou a protagonizar que é a tentativa de criar uma etiquetagem de uso eficiente de água, similar ao que é o PROCEL na energia. Não há laboratórios, hoje equipados e distribuídos no Brasil para trabalhar com esse tipo de certificação. Implantação de metrologia em química ambiental relacionada aos recursos hídricos para certificação de laboratórios brasileiros. Esse está relacionado não só a essa questão, mas também às questões ligadas à qualidade ambiental, de modo geral. E é uma demanda do setor industrial. Então, linhas gerais essas são as colocações para o texto da moção 40, para atualização da moção 40. E eu faço um último comentário. Quando nós fizemos a proposta da moção 40, ainda havia uma espécie de indefinição sobre se seria uma moção estanque ou algo que precisaria de constante atualização. Chegamos a essa constatação. Então, ela carece de atualização, essa proposta atual é uma atualização desse processo. Obrigado, meus contatos estão ali e estou à disposição para eventuais dúvidas. **O Sr. Vicente Andreu Guillo (Secretário Executivo do CNRH - SRHU/MMA)** – Nós vamos colocar em discussão. Queria pedir ao Wilson que acompanhasse a discussão aqui na Mesa. Primeiro inscrito. Carlos, por favor. **O Sr. Carlos Eduardo Nascimento Alencastre (Cômities)** – Queria parabenizar o Cabral e o trabalho da Câmara por essa moção muito importante. E dizer o seguinte, eu não vi, na sua fala, você fez uma série de consultas, inclusive colocando que a CTIL deu uma contribuição importante para a moção. Queria fazer uma recomendação que como essa moção deve se repetir, ela não é estanque, de tempos em tempos vai estar se renovando, que na próxima edição fossem consultadas as demais Câmaras Técnicas, que eu acho que haveria uma contribuição bastante significativa para essa moção. Aproveitando meus 3 minutos, queria responder a meu colega João Clímaco, agradecer a ele a defesa que faz nas Câmaras dos Comitês, acho que todos nós defendemos Comitê, o senhor, o presidente da agência, todos nós defendemos Comitê. Acho que Comitê uma parte importante do nosso sistema. E dizer o seguinte, quer dizer, nós recomendamos aos nossos representantes das Câmaras, não é o Conselheiro que está lá nas Câmaras, mas os representantes, que sempre hajam, sempre intervenham no sentido de dar contribuições, de melhorar as matérias, enfim, de fazer um esforço para que a Câmara, as matérias tenham um trâmite bastante produtivo. E a questão de pró-atividade que ele coloca, a nossa recomendação é para que os nossos representantes não falem quando não há necessidade de falar, para não ficar empatando pauta nas reuniões. Essa é a nossa recomendação para os nossos representados. Obrigado. **O Sr. Vicente Andreu Guillo (Secretário Executivo do CNRH - SRHU/MMA)** – Muito obrigado Carlos. Próximo inscrito. Rosalvo, por favor. **O Sr. Rosalvo de Oliveira Junior (MI)** – Senhor, Presidente, senhores Conselheiros, eu trouxe aqui o que fiz essa madrugada, li todo o trabalho do Grupo de Trabalho de reuso de água, porque exatamente nós vimos, no anexo 3,

2132 que esse tema, "data vênua" todo o trabalho feito pela equipe, excelente trabalho, por isso nos
2133 dedicamos, porque achamos importante essa questão, ciência, tecnologia e inovação e fizemos
2134 uma emenda no sentido de contemplar a questão do reuso da água. E aí entendemos e
2135 humildemente colocamos esse entendimento ao debate, e à deliberação, como consequência,
2136 de que a questão do reuso não pode ficar restrita apenas ao aprimoramento de processos
2137 convencionais, a partir de adaptação de estações de tratamento de esgoto ou adaptação de
2138 processos de tratamento convencionais de esgotos para plantas com reuso de água e
2139 bioaproveitamento. Porque entendemos que o tema de reuso envolve o meio urbano, envolve
2140 o meio agrícola, envolve o reuso na agricultura, envolve o reuso na indústria, a recarga de
2141 aquíferos, e a questão do aproveitamento da água da chuva e a questão da dessalinização de
2142 água. Evidentemente que estou sob o impacto, é natural, é humano, de ter ficado 3 semanas
2143 no Estado de Israel, exatamente em uma missão liderada pelo Ministério da integração onde
2144 nós levamos 20 técnicos de instituições da bacia do São Francisco, e lá ficamos 3 semana só
2145 discutindo, debatendo com a top de linha com relação à questão do reuso. Então, creio,
2146 Cabral, que talvez entendimento, conversei com a Tereza para ver se ela aproveitava, o que
2147 ela achava da nossa emenda, me colocou, no início da reunião, que a emenda já estava
2148 contemplada, na resolução 40, mas na sua apresentação, quando você coloca que este tema
2149 saiu, aí eu Tereza, pelo amor de Deus. Eu tenho uma emenda que eu fiz, elaborei, tem cópia
2150 para todo mundo. E aí eu fico na dúvida, se ficamos com esta emenda que nós elaboramos,
2151 tenho um exemplar para cada um, se fazemos esta emenda, e eu passei para o rapaz, ou se
2152 voltamos àquele texto anterior da resolução 40. Esta é a minha dúvida, mas, conclusão que
2153 queremos, é de que o tema de reuso não pode sair das questões de ciência, tecnologia e
2154 inovação, e ele não pode ficar restrito apenas a adaptação de processo de ETE para reuso, para
2155 adaptações de estações de tratamento de esgoto. É um tema muito mais amplo, acho que nós
2156 estaríamos indo contra a história, enquanto desenvolvimento tecnologia que há essas
2157 discussões no mundo todo. Apelaria, até de maneira, veemente, de que ou voltássemos ao
2158 texto anterior, que estava na resolução 40, ou contemplássemos essa humilde emenda que nós
2159 apresentamos aí para que o tema volte à baila das prioridades de pesquisa, ciência e inovação.
2160 Obrigado. **O Sr. Vicente Andreu Guillo (Secretário Executivo do CNRH - SRHU/MMA)**
2161 – Muito obrigado Rosalvo. Próximo escrito. Ninon Machado. Queria lembrar que se nós
2162 formos ágeis aqui no encaminhamento dos trabalhos, é possível que nós façamos a conclusão
2163 de toda a agenda ainda no dia de hoje. **A Sr^a. Ninon Machado de Faria Leme Franco**
2164 **(ONGs)** – Eu pedi ao secretariado para imprimir aquela nota, mas pela moção que eu estou
2165 pedindo... Bom, primeiro de tudo quero observar o seguinte, nessa composição da CTCT
2166 agora a indústria não está, isso eu quero lamentar que ela não tenha pleiteado e fazer um apelo
2167 para que ela tenha poder para poder estar participando, ela tem um papel muito importante
2168 nesse processo. Wilson, meus parabéns, eu diria que essa é uma Moção (...), quer dizer, dar
2169 tudo, para ser a mais abrangente possível. Eu teria pequenas observações com relação, de
2170 conteúdo, mas que eu acho que não altera muito o que foi discutido, tenho certeza que vocês
2171 entenderam que estava incluído. Uma delas refere se, estou entrando aqui, na fala gestões de
2172 riscos associados à água, você coloca, incerteza normais. Então, poderíamos incertezas
2173 previsíveis, porque a previsibilidade é aquela que dá chance a que você tenha, por exemplo,
2174 serviços de seguro. E eu gostaria de adicionar, nesse processo, como um tema transversal a
2175 isso tudo, os serviços ambientais decorrentes desses processos, quer dizer, por exemplo,
2176 seguro, e outras medidas estruturantes relativas a isso. Na cooperação científica com os países
2177 vizinhos e (...), fico muito contente com isso, eu gostaria que pudesse incluir “compartilhamos
2178 bacias e aquíferos”, não esquecermos as águas subterrâneas. Isso é um papel muito
2179 importante. Na questão das mudanças climáticas, o Plano Nacional tem a questão do clima,
2180 hoje modernamente gestão integrada inclui clima também. Então, colocar alguma coisa sobre
2181 as questões de adaptabilidade, que eu não estou vendo aqui e que são impactantes, não só na
2182 água diretamente, como a questão de saúde pública, todas as questões, biodiversidade e essas
2183 coisas. Então, e a necessidade de uma interlocução com a política, trazer a política de clima

2184 para dentro da política de recursos hídricos e vice versa; como, aliás, de fato já fizemos na
2185 consulta do Fórum de climas. Aqui, já naquele quadro que fala das siglas e quais são os atores
2186 relevantes, mudanças climáticas e recursos hídricos, eu queria o Fórum Brasileiro de
2187 Mudanças Climáticas. Então, meus parabéns, eu espero que esses órgãos tenham esses atores
2188 relevantes possam realmente estar sensibilizados e registro, lamento que a indústria não esteja
2189 participando desse novo ciclo da CTCT. **O Sr. Vicente Andreu Guillo (Secretário**
2190 **Executivo do CNRH - SRHU/MMA)** – Muito obrigado Conselheira. Próximo inscrito. **O**
2191 **Sr. João Bosco Senra (MMA/SRHU)** – Primeiro eu queria parabenizar a CTCT pela Moção.
2192 Eu queria, na verdade, dar um informe, que tomei a liberdade porque represento o Ministério
2193 no CT-Hidro e tivemos uma reunião do CT-Hidro em que ia definir os programas para 2009.
2194 Então, eu apresentei essa Moção, disse que ela não tinha sido votada na reunião anterior
2195 porque faltou quórum, tinha sido discutida e deixei no CT-Hidro para que a Moção pudesse
2196 ser incorporada nas diretrizes do planejamento para 2009, que ia ser tomada essa deliberação.
2197 Então, me antecipei, como membro do CT-Hidro e como membro do Conselho, sabendo da
2198 importância da Moção para esse novo processo. Eu queria dar um testemunho, de quanto que
2199 a CTCT e a Moção 40 e esse processo que vem sendo feito e a própria Câmara Técnica, na
2200 reunião que teve com o CT-Hidro, quanto que isso foi relatado, da importância do avanço no
2201 CT-Hidro da definição das diretrizes, da implementação da Política de Ciência e Tecnologia
2202 na área de recursos hídricos a partir do CT-Hidro. Então, isso foi ressaltado. Então, a própria
2203 maneira de compor os editais já vem incorporando essas ações. Acho que isso mostra para
2204 nós, aqui do Conselho, mostra que a Moção 40 efetivamente vem sendo implementada, vem
2205 dando resultado, apesar de ser uma sugestão, ela pautou o CT-Hidro, vem pautando e essa
2206 moção também, sem dúvida nenhuma, está contribuindo e muito para o CT-Hidro. Então,
2207 queria dar esse testemunho, que foi dito pelo Presidente do CT-Hidro na reunião, de que essa
2208 contribuição da CTCT, dessas discussões, tem sido muito importante na estruturação do
2209 próprio CT-Hidro. **A Sr^a. Ingrid Illich Muller (OTEP)** – Queria parabenizar a CTCT,
2210 particularmente no ex-presidente Wilson Cabral, que foi indicado nosso aí, das entidades de
2211 ensino e pesquisa, que presidiu tão bem essa Câmara. Eu sei que o comentário que vou fazer
2212 não compromete, mas pelo menos em um daqueles assuntos ali das atividades, tem a agência
2213 de fomento, que é o CT-Energ, que sei que já está financiando estudos na área de mudanças
2214 climáticas. Então, caberia acrescentar ali. Também ali no “para o uso eficiente da água em
2215 energia”, também cabe acrescentar o CT-Energ; gestão de riscos associados à água, que o
2216 setor de concessionárias está fazendo vários estudos de planos de ações emergenciais; e em
2217 vários outros. Ali também o CT-Energ tem feito trabalhos, principalmente em tecnologias
2218 sociais para uso sustentável da água. Mas era mais para agradecer o empenho do Wilson, que
2219 era o nosso indicado na Câmara, pelo excelente trabalho produzido. **O Sr. João Clímaco**
2220 **Soares de Mendonça (ONGs)** – Eu queria fazer um registro, porque eu tive especial carinho
2221 por essa Resolução, que era uma das poucas que a gente vê que tem um efeito muito
2222 operacional, muito prático dentro do campo da tomada de decisões do setor público, em
2223 especial a CT-Hidro. Esse registro vai ao encontro do meu cumprimento à nossa Presidente da
2224 Câmara, Tereza, que com muita competência, sucedendo o Wilson, se colocou à altura
2225 também da competência do anterior presidente da Câmara. Foi uma surpresa boa e acho que
2226 precisamos ter presidente de Câmaras como você, em outras câmaras, porque democrática,
2227 atua de maneira muito competente na gestão das diferenças de opiniões e tudo mais. Então, eu
2228 queria fazer esse registro e dizer que essa Resolução inova no que diz respeito a alguns
2229 aspectos que não tinham na outra, estou falando isso porque já que o João Bosco tem esse
2230 papel lá no que diz respeito à CT-Hidro, um dos motivos de termos colocado a questão do
2231 desenvolvimento e aperfeiçoamento institucional ser objeto dessa Resolução, é que a
2232 construção do Sistema Nacional de Gestão de Recursos Hídricos e a própria Política Nacional
2233 de Recursos Hídricos foi uma política instituída e a Sociedade Civil ficou... Foi instituída por
2234 um setor que tem certa hegemonia no discurso, na produção das idéias, na ideologia da
2235 própria política e não foi uma política construída em cima de um debate que havia uma

2236 motivação da sociedade para isso. A sociedade foi induzida, na verdade não foi instituinte
2237 desse processo, de modo que nós vemos em toda essa trajetória dos 10 anos uma hegemonia
2238 de um olhar muito tecnicista e burocrático da política. Então, nós vemos comitês de bacia
2239 sendo insuficientes, alguns comitês não estão atuando. Essa idéia de fazer o desenvolvimento
2240 institucional, aperfeiçoamento do desenvolvimento institucional tem muito a ver com a
2241 contribuição das Ciências Sociais, no sentido de fortalecer os comitês de bacia como instância
2242 de gestão, utilizando das ferramentas das Ciências Sociais e pedindo ao setor hegemônico da
2243 tecnocracia e da tecnologia, que entenda que essa contribuição pode resolver vários problemas
2244 da insuficiência de alguns comitês de bacias, com fundo de pesquisa para fazer análise,
2245 avaliação de eficácia e eficiência institucional dessas instâncias de gestão. Fica o meu registro
2246 e agradecer à Presidente pela conduta dos trabalhos. Espero que seja aprovada. **O Sr. Vicente**
2247 **Andreu Guillo (Secretário Executivo do CNRH - SRHU/MMA)** – Muito obrigado.
2248 Durante a fala da Tereza registraremos as inscrições eventuais, possíveis inscrições, senão
2249 seguiremos para deliberação. Por favor, Tereza. **A Sr^a. Tereza Cristina Esmeraldo de**
2250 **Oliveira (CERH/DF)** – Obrigada, Secretário. Essa Moção foi um trabalho que começou
2251 desde gestões anteriores, o Wilson foi nosso presidente anterior, começou com o trabalho da
2252 Moção, 40 que já foi uma consequência, na realidade, de pesquisas que vínhamos
2253 desenvolvendo na Câmara Técnica e percebemos, “olha, estamos precisando gerar esse
2254 pedido de demandas não só para o CT-Hidro, porque tradicionalmente o CT-Hidro, pelo
2255 CNRH, já recebe essa indicação de demandas”. Mas, precisávamos mais do que o CT-Hidro
2256 sensibilizar todo o setor de pesquisa e isso é importante. Estou feliz dessa participação que
2257 vocês Conselheiros estão tendo e a indicação, o pedido de que consultemos também outras
2258 Câmaras Técnicas, que nós tivemos contribuições da CTIL e que com certeza outras Câmaras
2259 Técnicas teriam algo mais a contribuir, nós levaremos em conta que essa idéia de que isso
2260 aqui, sempre que está sendo atualizado, sempre temos que estar tendo essa sensibilidade, esse
2261 trabalho de prospecção do que está sendo mudado, o que realmente está sendo necessário
2262 realizar e sensibilizar as instituições, tanto públicas, quanto privadas, as agências de fomentos,
2263 como outras que possam atuar nesse financiamento. A proposta do Rosalvo, ele até tinha me
2264 procurado antes e sentido falta, me cobraram, “vocês tiraram o reuso”, por causa da
2265 atualização. O reuso, de certa forma, foi contemplado em diversos editais. No entanto,
2266 entendemos que realmente é um tema super importante. Na nossa Câmara Técnica é um tema,
2267 inclusive que nós tínhamos um Grupo de Trabalho específico sobre reuso. Então, é um
2268 trabalho que nós realmente enfocamos, está no Plano Nacional de Recursos Hídricos, é um
2269 tema prioritário. Entendemos que essa proposta dele, é válida colocarmos nessa proposta de
2270 Moção, retomarmos esse tema para ele continuar sendo provocado junto as agências de
2271 fomento para serem financiados. Só para adiantar de vocês, isso é para demonstrar como os
2272 trabalhos da Câmara Técnica resultaram nesse caso para uma proposta de Moção, mas
2273 resultou também, na reunião do CT-Hidro, que nós criamos, na Câmara Técnica, dois Grupos
2274 de Trabalho, um sobre reuso, outro sobre inovação. O grupo de inovação, nós estamos
2275 trabalhando essa proposta do uso eficiente da água, da certificação, nós estamos trabalhando
2276 nisso e colocamos ao CT-Hidro a necessidade de um edital específico para uso eficiente da
2277 água e foi aprovado. Independente dessa proposta de Moção, nós fomos à reunião do
2278 Conselho de Gestores de Recursos Hídricos e o CNPq vai lançar um edital específico sobre
2279 isso. Então, o trabalho da Câmara Técnica é um trabalho muito rico, é uma experiência
2280 maravilhosa participar, convido os Conselheiros que ainda não participam, a participarem
2281 também, porque é muito rico, muito, constrói resultados que não são contabilizados só como
2282 Moção de Resolução. E peço a todos pela aprovação desta nossa proposta, com os ajustes que
2283 se fizerem necessários. Obrigada. **O Sr. Vicente Andreu Guillo (Secretário Executivo do**
2284 **CNRH - SRHU/MMA)** – Muito obrigado, Tereza. Não há mais inscritos. Eu vou passar ao
2285 Sérgio para que ele possa fazer algumas considerações, inclusive sobre as diversas
2286 contribuições ao texto, para que a partir da sua fala oriente a nossa votação, encaminhamento
2287 em Plenário. Por favor. **O Sr. Wilson Cabral de Sousa Júnior (Representante das OTEP**

2288 **na CTCT)** – Fazendo aqui um balanço do que foi apresentado, a primeira consideração
2289 abordou a questão dos comitês e da participação dos comitês, de uma necessidade de
2290 participação maior dos comitês nessas definições. Eu esqueci de colocar uma, ato falho meu,
2291 uma das reuniões da Câmara Técnica, inclusive foi feita no âmbito do Fórum Nacional de
2292 Comitês, e teve a participação de comitês para apresentação dessas demandas. O Rosalvo
2293 colocou a proposta de se incluir o reuso. O reuso saiu da Moção, estava na Moção 40 e foi
2294 retirado após uma discussão um tanto quanto polêmica, até porque envolveu um outro
2295 processo que estava ocorrendo na CTCT, que era da aprovação da resolução de reuso. Então,
2296 entendeu-se que por um lado reuso já vinha sendo contemplado em alguns editais, a idéia aqui
2297 é priorizar, eu sei que se formos não priorizar, teremos 500 outros temas para colocar aqui,
2298 mesmo temas que possam ser considerados prioritários. Mas eu não vejo problema nenhum
2299 em se reinserir o reuso, faço até a sugestão que se utilize o *caput* do texto que você propôs,
2300 com o texto que já estava contemplado na Moção 40. E faço uma provocação, vamos aprovar
2301 a resolução de reuso e aí a gente também segue com a... A Ninon colocou algumas
2302 considerações que eu acho que são puramente, algumas até semânticas, dá para colocar no
2303 texto sem problema algum, só uma questão. No quadro que você chamou de atores relevantes,
2304 na verdade não são atores relevantes, são os destinatários da Moção, são fundos e instituições
2305 que aportam recursos, especificamente para pesquisa e para desenvolvimento científico e
2306 tecnológico. Então, eu não vejo, me corrijam se estiver enganado, que o Fórum Brasileiro de
2307 Mudanças Climáticas tenha essa prerrogativa... **A Sr^a. Ninon Machado de Faria Leme**
2308 **Franco (ONGs)** – Isso é um órgão institucional do Governo, é um Fórum criado por
2309 decreto... Mas ele tem mecanismos de fomento. **O Sr. Wilson Cabral de Sousa Júnior**
2310 **(Representante na CTCT)** – Bom, sem querer entrar no mérito da discussão, eu acho o
2311 seguinte: se há capacidade de fomento a partir dele, não vejo problema nenhum incorporar. E
2312 a Ingrid colocou a questão do CT-Energ, não sei por que o CT-Energ não está aí, ele estava
2313 nos textos que viemos desenvolvendo, talvez por um erro de dimensão ele tenha saído no
2314 final. Então, também fazendo essas ressalvas, acho que o texto pode ser aprimorado e não
2315 vejo nenhum problema com o que foi colocado. **O Sr. Vicente Andreu Guillo (Secretário**
2316 **Executivo do CNRH - SRHU/MMA)** – Bom, em regime de votação, com as alterações aqui
2317 propostas e incorporadas pela Câmara Técnica, os Conselheiros que votam pela aprovação da
2318 Moção, por favor, levantem seus crachás. Muito obrigado. Os Conselheiros que são
2319 contrários? Abstenção? Aprovada a Moção e nossos agradecimentos e reconhecimento pela
2320 qualidade do trabalho apresentado. Bom, o próximo ponto de pauta é apresentação; bom,
2321 quais são os pontos seguintes que nós temos? Nós temos a apresentação da Oficina 10 anos do
2322 CNRH, nós temos o Programa Nacional de Avaliação da Qualidade da Água já programado,
2323 inclusive, para a reunião passada, que acabou não sendo feita. E conclusões da Nota Técnica,
2324 referente aos empreendimentos hidroelétricos. E também, Estado da Implementação do Plano
2325 Nacional de Recursos Hídricos. Nós temos quatro apresentações, do ponto de vista do
2326 Regimento. Depois tem a parte de informes e o encaminhamento de uma solicitação que a
2327 Ninon nos apresentou, que será colocada ao Plenário. São 16h45min, nós temos uma hora e
2328 quinze, é até 18h00min. Sem prejuízo da qualidade do debate que deve se seguir a cada uma
2329 das apresentações, nós temos o tempo estimado de 20 minutos para cada apresentação, mas se
2330 pudéssemos reduzir na apresentação um pouquinho, quer dizer, o expositor ficar com essa
2331 recomendação, nós ganharíamos um tempo de debate e, talvez, possamos concluir toda a
2332 pauta ainda no dia de hoje. É esse o pedido que nós fazemos ao Plenário. **A Sr^a. Ninon**
2333 **Machado de Faria Leme Franco (ONGs)** – Eu estou sendo informada pela nossa relatora do
2334 processo de empreendimentos, que é o item 5.3, que ela amanhã não estaria aqui, se ela
2335 poderia ter prioridade na apresentação, para que tenha certeza... **O Sr. Vicente Andreu**
2336 **Guillo (Secretário Executivo do CNRH - SRHU/MMA)** – Senhora Martha Sugai? Eu
2337 acredito que consigamos cumprir a agenda no dia de hoje. Então, nós encaminhamos e se
2338 percebermos que não conseguiremos cumprir a agenda toda, consideramos essa solicitação de
2339 antecipação ainda para apresentação no dia de hoje. Mas em função desses pedidos, fica aqui

2340 a nossa solicitação, sem perda da qualidade e também do debate que vai se seguir, que os
2341 apresentadores pudessem utilizar um tempo inferior ao previsto aqui de 20 minutos, que nós
2342 conseguiríamos cumprir a agenda toda no dia de hoje. Por favor, para apresentação dos
2343 resultados da oficina. **O Sr. Francisco Carlos Bezerra e Silva (Facilitador)** – Boa tarde. Fui
2344 facilitador na oficina, "Os 10 anos do Conselho Nacional, proposição", e estou me
2345 aventurando aqui a finalizar um relato do que nós trabalhamos. 20 minutos. Eu espero fazer
2346 bem mais breve para que a gente possa atender a todos hoje. Essa oficina foi realizada nos
2347 dias 3 e 4 de dezembro, contou com 113 participantes das diversas Câmaras Técnicas e mais
2348 alguns convidados, e o objetivo dela foi de fazer uma avaliação do funcionamento do
2349 Conselho e propor melhorias nesse funcionamento, além de aproximar os membros das
2350 Câmaras Técnicas. Bom, basicamente ela foi trabalhada em 3 etapas, uma primeira etapa, que
2351 foi na manhã do dia 3, onde foi feita uma apresentação e uma discussão do atual estágio de
2352 implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e dos desafios demandados ao
2353 Conselho, na visão da Agência Nacional de Águas, da Secretaria Nacional de Recursos
2354 Hídricos e também da gerência do Plano Nacional de Recursos Hídricos. Essa apresentação,
2355 na verdade, pontuou alguns questionamentos, algumas provocações, principalmente na
2356 avaliação que a ANA fez do funcionamento do Conselho Nacional. A ANA fez uma avaliação
2357 onde ela analisou os anos a partir da estruturação, do impacto das resoluções, do cumprimento
2358 delas nos estados e no relatório impresso que será distribuído junto com isso para vocês,
2359 vocês vão poder ver os dados que são muitas informações. Em seguida, houve um pequeno
2360 debate e depois nós dividimos todo esse conjunto de participantes em 5 Grupos de Trabalho,
2361 com o objetivo de propor esses subsídios para melhorar o funcionamento do Conselho
2362 Nacional. Isso diante da avaliação feita e das discussões que foram processadas. No dia
2363 seguinte, cada grupo fez uma apresentação das suas proposições e um grupo de
2364 sistematizadores agrupou essas proposições dentro de alguns itens previamente acordados. Ou
2365 seja, agenda do Conselho, coisas que nós vamos ver adiante. Eu vou trazer um pequeno
2366 resumo dessas proposições, lembrando que o conjunto delas vai estar no documento impresso
2367 que tem bem mais coisas do que vai estar colocado aqui. Na verdade, um dos
2368 questionamentos seria trazer quais são os desafios ao Conselho diante do atual momento,
2369 dentro do sistema. E nós agrupamos esses desafios em 3. O primeiro é o desafio de
2370 estabelecer uma agenda estratégica, pautando temas que fortaleçam como um Conselho
2371 Nacional de Recursos Hídricos, considerando as suas competências legais e atendendo as
2372 demandas da sociedade. Isso se deu muito diante da crítica que foi feita que o Conselho, nos
2373 10 anos, das 90 resoluções tomadas, apenas 21% dessas resoluções são passíveis de
2374 implementação nos estados. Os demais são somente resoluções que podem ser implementadas
2375 na União. Então, houve a discussão muito forte sobre o caráter nacional do Conselho e se o
2376 Conselho realmente é um Conselho Nacional ou Federal. O segundo conjunto de desafios foi
2377 relacionado à articulação, o desafio do Conselho de articular com os estados, com os sistemas
2378 afins, com os demais entes do sistema, de modo a integrar a gestão dos recursos hídricos com
2379 as políticas setoriais. Isso foi também uma tônica bastante forte nas discussões dessa oficina.
2380 E o terceiro foi em relação à melhoria do seu funcionamento interno, garantindo uma boa
2381 representação e representatividade de seus membros, consolidando as atribuições das Câmaras
2382 Técnicas e Grupos de Trabalho, melhorando o funcionamento de sua Secretaria Executiva e
2383 monitorando seus resultados. Outra crítica levantada foi muito em relação ao monitoramento
2384 dos resultados do Conselho. Nesse desafio 1, de estabelecer uma agenda estratégica, os pontos
2385 que a gente sistematiza aqui – não são todos, como eu já falei – o 1 é que realmente essa
2386 agenda contempla interesses nacionais e não interesses pontuais, setoriais apenas. É ter como
2387 base o Plano Nacional de Recursos Hídricos. Essa foi uma tônica muito forte de que o Plano
2388 Nacional de Recursos Hídricos está elaborado e cabe essa esse Conselho ter como missão
2389 acompanhar sua implementação e estar permanentemente voltado para isso. Buscar atender as
2390 demandas do SIGEOR, focalizar na implementação de todos os instrumentos de gestão e
2391 identificar temas prioritários em articulação com o CONAMA. Esses são grandes desafios

2392 para a agenda. Dentro dessa agenda teve uma questão que foi muito recorrente, de que a Lei
2393 n°. 9433/97 deve ser analisada quanto a sua consistência no contexto federativo do País. E
2394 temas por ela não regulamentados deverão ser tratados no âmbito dessa agenda. Entre esses
2395 temas devem ser inseridos a definição de critérios para a gestão de rios fronteiriços e
2396 transfronteiriços, o estabelecimento de critérios para a definição de bacias de interesse
2397 nacional e regional; isso além de outras coisas que vão conter. Essas são ilustrações do que
2398 está se pensando na grande agenda nacional. E a proposta para definição dessa agenda, da
2399 operacionalização de como chegar nela, ou seja, que a Secretaria Executiva do Conselho
2400 deverá receber as demandas para definição da agenda até o mês de outubro de cada ano. E
2401 essas demandas, tanto vindo de vocês Conselheiros, quanto vindo dos conselhos estaduais,
2402 dos governos estaduais, das Câmaras Técnicas; mas quem quiser propor a pauta dessa agenda
2403 até outubro de cada ano. Essas propostas serão sistematizadas e encaminhadas ao Plenário do
2404 Conselho, ou aqui para definição das prioridades. Na reunião plenária para a aprovação da
2405 agenda deve ser considerada a participação dos presidentes das Câmaras Técnicas e dos
2406 membros da Secretaria Executiva do Conselho, possibilitando contribuições, o Conselho
2407 aprovará sua agenda estratégica até o mês de dezembro e a pauta das CTs deverá ser
2408 estabelecida a partir dessa agenda estratégica. Entretanto, não se exclui a possibilidade, por
2409 parte das câmaras, de propor matérias ao Plenário do Conselho, a partir de uma demanda
2410 identificada. Ou seja, isso também foi bem colocado. Essa agenda não é um gesso onde ela
2411 contém 100%, ela dá uma abertura, mas tem uma agenda nacional que pautar o trabalho do
2412 Conselho e das suas câmaras. No desafio 2, que é articular-se com os estados, com os
2413 sistemas e os demais entes, de modo a integrar a gestão, tem orientações do diálogo
2414 permanente. Bom, tem coisas bem óbvias, mas nós trouxemos o que veio de lá. Tem uma
2415 proposição de ativação da Comissão de integração CONAMA e Conselho Nacional de
2416 Recursos Hídricos, ou seja, criada pela Portaria 357 do MMA, mas, incluindo nessa Portaria a
2417 definição de procedimentos para deliberações conjuntas. Que essa Comissão busque também
2418 definir como chegar às deliberações conjuntas entre os dois conselhos. E a articulação entre os
2419 dois conselhos na revisão de seus regimentos e estruturas. O que foi colocado é que os dois
2420 estão passando por essa revisão e que é um momento ímpar de reunir os dois e fazer uma
2421 proposição conjunta nisso. E que também essa maior integração do Conselho Nacional com
2422 os conselhos estaduais poderá ser alcançada pela promoção de oficinas e workshops, uma
2423 coisa ou outra; de integração em função das prioridades nacionais. Pelo estabelecimento de
2424 uma dinâmica permanente de diálogo entre as secretarias executivas do Conselho Nacional e
2425 do Conselho Estadual, inclusive houve recomendações de como fazer isso, se visita, se faz
2426 reuniões antes dessa reunião do Conselho, uma reunião da Secretaria do Conselho Nacional
2427 com os conselhos estaduais. Um convite para participação no Conselho Nacional com direito
2428 a voz a todos os Conselheiros dos conselhos estaduais e a implantação de um plano de
2429 comunicação para os entes do sistema e órgãos gestores. Ou seja, um plano de comunicação
2430 do Conselho direto para os entes do sistema e órgãos gestores. Desafio 3. É o terceiro
2431 conjunto que é para melhorar o funcionamento. Ou seja, em termos gerais uma revisão na
2432 composição, garantindo maior participação da sociedade. Tem muita discussão por que foi
2433 levantado que o Conselho tem um predomínio muito forte dentro de um determinado
2434 seguimento e que nessa revisão deveria buscar maior participação. Uma melhoria na
2435 representação e na representatividade. Que as discussões nas Câmaras Técnicas sejam
2436 pautadas pela agenda e com a produção de relatórios regulares; um planejamento,
2437 monitoramento e avaliação de desempenho, uma melhor estruturação e definição de papéis na
2438 Secretaria Executiva e uma definição de procedimento para elaboração e tramitação dos
2439 processos de resolução, moção, uma coisa mais clara e mais bem definida. Bem, agora as
2440 proposições que foram feitas para o planejamento. Ou seja, estabelecer metas e prazos em
2441 função da agenda aprovada, a agenda ser detalhada no âmbito das Câmaras Técnicas com a
2442 elaboração de uma proposta de termo de referência que será consolidada pela Secretaria
2443 Executiva e aprovada pelo Plenário, ou seja, em dezembro. Com a aprovação da agenda, as

2444 câmaras técnicas têm um prazo para elaborar seu o plano de trabalho de detalhamento disso
2445 que vai ser aprovado pelo Plenário; e considerar a incorporação em qualquer tempo de
2446 questões extemporâneas. Foi citado inclusive o caso de Santa Catarina. Um evento que
2447 ninguém está esperando que não possa ser fechado nesse planejamento. Bom, se tem
2448 planejamento, se tem também monitoramento. As sugestões são que seja feita uma definição
2449 de indicadores quantitativos e qualitativos para avaliação de desempenho com mediação
2450 externa. Quando o Rodrigo flecha apresentou a avaliação da ANA, colocou e foram
2451 questionadas depois, várias pessoas levantaram esse questionamento, de que resoluções e
2452 moções não são indicadores completos para um determinado item. Ou indicador de
2453 representação e representatividade não poderia ser apenas a hierarquia do membro. Então,
2454 como foi colocado, era uma provocação para se fazer refletir e aprofundar essa discussão.
2455 Então, que sejam definidos esses indicadores de quantidade e qualidade para avaliação de
2456 desempenho com mediação externa. E o que esses indicadores devem auxiliar a monitorar? O
2457 desempenho e a efetividade na formulação das políticas de recursos hídricos, ou seja, a
2458 própria missão do Conselho; o atendimento às metas e objetivos estabelecidos no plano de
2459 trabalho do Conselho e o cumprimento do cronograma da agenda. Ou seja, esses indicadores
2460 voltaram para esse monitoramento. Bom, com relação ao funcionamento das câmaras
2461 técnicas. Ocupou bastante tempo essa discussão, porque a oficina tinha um caráter
2462 propositivo, não era deliberativo, então, o que vinha tinha que ser de certa forma,
2463 incorporado. A sugestão de realizar um diagnóstico para subsidiar avaliação sobre possíveis
2464 alterações. Isso surgiu de quê? Já na fala inicial da manhã, da secretaria, foi feito esse
2465 questionamento pelo secretário, se essa estrutura cristalizada de dez câmaras permanentes, se
2466 isso era realmente o ideal para o Conselho, se isso não poderia ser revisto. Coisas nesse
2467 sentido. Então, foi feita toda essa discussão. Mas para chegar nisso precisamos realizar um
2468 diagnóstico para subsidiar a avaliação sobre possíveis alterações. Se há necessidade. Também
2469 proposta de manutenção da estrutura atual, sem nenhuma alteração, proposta de extinção das
2470 Câmaras Técnicas permanentes, mantendo permanentes apenas a CTIL e a CETEM. A
2471 definição de uma sistemática de integração entre as Câmaras Técnicas e destas Câmaras
2472 Técnicas com o Plenário. Ou seja, como é que vai ser feita essa integração nesse trabalho?
2473 Precisa ter uma sistemática. E criar, em cada Câmara Técnica, uma coordenação de
2474 resoluções, ou seja, na Câmara Técnica ter alguém com a responsabilidade de coordenar o
2475 processo das resoluções. Bom, a CTIL foi o ponto maior da discussão quando se entrou nas
2476 Câmaras Técnicas, nós tivemos diferentes proposições, uma delas, de um lado transformá-la
2477 em uma CT com função de filtro das resoluções, ou seja, só vem para o Plenário o que passar
2478 e for aprovado pela CTIL; e essa câmara ser formada apenas por Conselheiros com direito a
2479 voto. Isso uma proposta levantada lá. Por outro lado, tem outra proposta que contrapõe a isso,
2480 que é uma delimitação das atribuições dessa câmara de modo a reduzir suas interferências
2481 quanto ao mérito das proposições, ater-se apenas aos aspectos legais e institucionais. Isso foi
2482 muito batido, essa discussão de que a CTIL às vezes passa adiante, inclusive tem, no relatório
2483 escrito, algumas sugestões de que muitas coisas também acontecem por que vão rever vírgula,
2484 vão rever fórmula, coisas que perdem muito tempo em cima disso; e que para isso recomenda-
2485 se até que a Secretaria Executiva tenha no seu quadro, um profissional que já possa pegar a
2486 proposta de resolução de qualquer câmara técnica, (...) dentro do formato para mandar para a
2487 CTIL que para que ela se atenha apenas à institucionalidade e à legalidade disso. E não ficar
2488 nesse sentido. Mas a CTIL tem essas sugestões. Com relação à Secretaria Executiva, foi
2489 avaliada a necessidade de ser reestruturada para permitir essa ampliação de ações que estão
2490 sendo solicitadas a ela, como: a elaboração e monitoramento do Plano de Trabalho, a criação
2491 de um núcleo de comunicação e marketing no âmbito do Conselho, o acompanhamento e
2492 articulação das pautas nas Câmaras Técnicas, ou seja, ficou também se questionando quem
2493 deveria fazer isso e foi colocado por alguns dos membros o quê? Que às câmaras, às vezes,
2494 têm dificuldade de estabelecer um prazo para entregar aquela discussão na forma de uma
2495 proposição, mas que poderia já pautar, dentro do termo de referência, os relatórios de situação

2496 com prazos definidos. Então, teria um trabalho da Secretaria nisso. A promoção de eventos e
2497 mecanismos de integração que tem sugerido aqui uma boa quantidade para isso e a integração
2498 com os conselhos estaduais. Como falei anteriormente, foi uma tônica bastante discutida, a
2499 necessidade de o Conselho Nacional buscar e fortalecer essa articulação. Então, ser uma
2500 atribuição da Secretaria Executiva para isso. Com relação à comunicação tanto interna quanto
2501 externa, otimizar as tecnologias de comunicação, foi sugerido que as CTs inclusive utilizem
2502 mais a Internet nas suas discussões; são sugestões colocadas. Um plano de comunicação para
2503 os entes do SINGER e um para toda a sociedade. A criação de redes de informação em cada
2504 segmento; vocês estão vendo que tem coisas aí que são recomendações que devem ser
2505 buscadas. Inserir no site um canal para recepção de sugestões; divulgação do Conselho
2506 Nacional nos diversos eventos – aí uma sugestão. Bom, com relação à revisão de Regimento,
2507 o que foi colocado no início? É que este ano o Conselho está contratando uma consultoria
2508 para fazer uma avaliação do Conselho, inclusive, com proposição, de que essa oficina e esse
2509 documento é um momento de contribuição, mas lá já foram pensadas algumas questões. A
2510 representação setorial, ampliando a participação dos segmentos, que quando for fazer essa
2511 revisão, ampliar essa participação dos segmentos. Foi muito discutida a história da paridade
2512 dos segmentos, dentro disso; as atribuições do Conselho Nacional, aí também ninguém sabe
2513 se cabe nessa revisão rever atribuições, porque atribuições quem revê é lei, não é isso? Mas,
2514 dando ênfase às questões estratégicas de formulação e arbitragem, deixando as questões
2515 operacionais para a Secretaria Executiva. A ANA inclusive apresentou uma proposição disso.
2516 De colocando entre as 16 e 17, um conjunto de atribuições que o Conselho tem hoje, quais
2517 seriam aquelas que realmente seriam o foco de atuação do Conselho, aquelas que são voltadas
2518 para formulação e acompanhamento da política e as de arbitragem, deixando aquelas que são
2519 mais operacionais, para a Secretaria Executiva, que é o órgão gestor nacional. Reformular
2520 procedimentos para pedido de vistas. Ou seja, os segmentos que participam de uma Câmara
2521 Técnica proponente não poderão fazer pedido de vista do que veio daquela Câmara. Isso,
2522 inclusive hoje já apareceu aqui e parece que tem sido essa discussão: de onde veio a
2523 justificativa para isso. É exatamente na questão da representatividade dos membros nas
2524 câmaras, ou seja, é obrigação do segmento, de certa forma na compreensão dos participantes,
2525 acompanhar o que os seus indicados estão discutindo nas câmaras. Então, se chega a
2526 proposição no Plenário, aquele segmento, a princípio já deveria ter pactuado no âmbito da
2527 câmara e não fazer essa solicitação. Instrumentalizar, através de resoluções e moções todas as
2528 decisões. Eu acredito que para por aqui. E essas outras recomendações; não sei como, mas
2529 vocês devem buscar fazer isso, estabelecer programas de fortalecimento das políticas
2530 estaduais, mediante o critério da meritocracia; condicionar o repasse de recursos para os
2531 estados; à implantação das instâncias e mecanismos de gestão dos recursos hídricos; ou seja,
2532 mais ou menos eu não sei se estou cometendo uma barbaridade, mas talvez o que o Pró-Água
2533 nacional vem propondo fazer. Condicionar o apoio institucional, financeiro e políticas
2534 estaduais a ausência de deliberações e as ações jurídicas que questionem a legalidade dos atos
2535 dos agentes públicos. Bom, também são recomendações, são proposições e eu acredito que fiz
2536 uma síntese breve. Estou entregando aqui em meio magnético já o nosso primeiro resumo.
2537 Nós chamamos de relatório preliminar, para ser distribuído para todos vocês, onde vocês
2538 podem apropriar-se disso, inclusive com a síntese do que foi dito nas primeiras falas. É isso.
2539 (Palmas!) Eu espero estar liberado, porque no debate eu estou sendo apenas um porta-voz. **O**
2540 **Sr. Vicente Andreu Guillo (Secretário Executivo do CNRH - SRHU/MMA)** – Muito
2541 obrigado. Queria cumprimentá-lo pelo poder de síntese. Fique aqui conosco nesse tempo.
2542 Apenas 3 pequenas e breves considerações. Quando ele se referiu a determinado segmento
2543 que tem maioria, leia-se Governo Federal, maneira elegante. A segunda, quando tem uma
2544 pequena precisão, a extinção das câmaras técnicas, não é extinção das câmaras técnicas, é que
2545 elas sejam câmaras flexíveis e uma observação de que os participantes dos segmentos na
2546 Câmara Técnica não tenham pedido de vista, segundo nosso advogado, ali na verdade é o
2547 representante. A pessoa que tem direito a voto é que está lá, não o segmento representado,

2548 porque se a pessoa não acompanhou, ela está aqui no Plenário, mesmo que esteja no mesmo
2549 segmento, o segmento teria essa autonomia. Só uma precisão em relação às questões que
2550 foram formuladas, mesmo por que algumas delas, as pessoas que estavam aqui presentes nos
2551 ajudaram a precisar essas questões. Bom, eu queria fazer uma recomendação de que na
2552 verdade não está em debate nenhuma dessas proposituras. Elas são discussões que apareceram
2553 que serão sistematizadas. Algumas serão encaminhadas por que são de procedimentos, então
2554 serão encaminhadas pela Secretaria Executiva e aquelas que demandarem deliberação do
2555 Conselho serão apresentadas oportunamente dentro do processo de revisão do Regimento.
2556 Então, ao invés de termos uma revisão pontual do Regimento, a idéia era constituir um
2557 conjunto de propostas que depois, aprovadas em Plenário, dessem origem ao novo e futuro
2558 Regimento do Conselho Nacional de Recursos Hídricos. Nós podemos aqui abrir para
2559 discussão. Não sei se poderíamos garantir 3 inscrições e depois continuaríamos com a
2560 apresentação para buscarmos a conclusão da agenda do dia de hoje. Pode ser esse o
2561 encaminhamento? No máximo 3 inscrições de 3 minutos se alguém desejar falar. Não será
2562 fulminado por nenhum dos demais Conselheiros, mas 3 comentários e na sequência
2563 passaríamos para a apresentação do Programa Nacional de Avaliação e Qualidade da Água.
2564 Alguém gostaria de usar a palavra? Muito obrigado. Obrigado pela contribuição de todos os
2565 Conselheiros. A idéia é que o relatório que será entregue a todos os participantes será
2566 entregue evidentemente a todos os Conselheiros com uma contribuição do debate havido
2567 durante essa oficina. Então, todos os Conselheiros receberão o material que será produzido.
2568 Passamos então ao item 5.2 da ordem do dia, que é a apresentação do Programa Nacional de
2569 Avaliação da Qualidade da Água, Marcelo Pires Costa, gerente da Superintendência de
2570 Planejamento de Recursos Hídricos da Agência Nacional de Águas para sua apresentação.
2571 Você tem 20 minutos, lembrando da possibilidade da abreviação desse tempo, à sua
2572 consideração. O seu tempo é de 20 minutos. **O Sr. Marcelo Pires Costa (Representante da**
2573 **ANA)** – Eu vou tentar ser bastante breve. Acho que eu tenho uns 20 slides, acho que consigo
2574 fazer em uns 15 minutos. Bom pessoal, tentando ser bastante breve aqui nessa apresentação, a
2575 idéia é informar sobre esse Programa Nacional que está sendo implementado pela ANA. De
2576 início apresentar um breve diagnóstico das redes estaduais de monitoração de qualidade de
2577 água. Hoje no País a gente tem em 18 estados e o Distrito Federal com rede de
2578 monitoramento. Isso dá um total de 2000 pontos e uma densidade de 0,26 que é bastante baixa
2579 se compararmos com outros países. A gente percebe que vários estados não têm redes
2580 estaduais de monitoramento, a maior parte deles na região amazônica, também Piauí e
2581 Maranhão e Santa Catarina. Ou seja, vários estados hoje não têm essas redes. Se olharmos em
2582 termos de densidade de pontos de amostragem, ou seja, qual é a densidade desses pontos para
2583 cada 1.000 quilômetros quadrados do território, nós vemos que existe uma variedade muito
2584 grande de estratégias de monitoramento. Alguns estados com uma densidade bastante alta,
2585 como São Paulo e Paraná; com e outros com uma densidade bastante baixa. Ou seja, o esforço
2586 de coleta de dados de qualidade de água é bastante diverso entre os estados. Se a gente olhar o
2587 número de parâmetros monitorados, também é bastante diverso. Alguns estados monitoram
2588 mais de 50 parâmetros, como São Paulo, Minas e Rio de Janeiro; outros estados monitoram
2589 menos parâmetros. Se a gente olhar a frequência de coleta, também existe uma diversidade
2590 muito grande. Por exemplo, aqui no Distrito Federal a coleta é mensal, em outros estados a
2591 coleta é bimestral, em outros é trimestral, outros quadrimestral. Ou seja, o que isso causa?
2592 Causa uma dificuldade muito grande de fazermos um diagnóstico nacional de qualidade de
2593 água. Porque temos várias estratégias de densidade de pontos, de frequência de parâmetros.
2594 Além dessas redes estaduais, existe também a rede hidrometeorológica nacional, que é
2595 operada pela ANA, que tem 1.340 pontos. A coleta de qualidade é feita nas estações
2596 pluviométricas, tem uma frequência trimestral, mas só mede 4 parâmetros, que são aqueles
2597 feitos com sonda em campo. Aí um resumo desse diagnóstico. Não temos redes estaduais em
2598 8 Unidades da Federação; em âmbito nacional poucos parâmetros são monitorados. A
2599 densidade de pontos de monitoramento é baixa. Essas diferenças dificultam a comparação de

resultados. A divulgação das informações são insuficientes em vários estados. Isso é um problema, alguns estados até têm redes boas, mas a divulgação não ocorre de maneira adequada. E outro aspecto importante é que falta sustentabilidade financeira para garantir a continuidade desse monitoramento. Algumas redes começam, param, voltam depois. Bom, o que esse programa quer entre os objetivos principais? Criar uma Rede Nacional de monitoramento de qualidade de água. Essa rede nacional nada mais é do que as redes estaduais funcionando com critérios mínimos. Para isso vamos ter que estabelecer diretrizes nacionais para essas redes, ou seja, um padrão nacional de monitoramento para parâmetros, frequência de coleta e outros. A gente vai ter que apoiar os estados para que eles estructurem seus laboratórios, tenham capacitação de pessoal e consigam operar essas redes. Ou seja, vai ter que ter fluxo de recursos para os estados melhorarem suas redes. A gente vai precisar criar uma base de dados nacional sobre qualidade de água, ou seja, essas informações dos estados serem armazenadas em uma base de dados única. A gente também precisa de uma base de dados de fontes poluidoras e ter um portal de monitoramento na Internet; que a gente possa divulgar essas informações para a sociedade. Isso tudo em âmbito nacional. E também a gente elaborar um relatório nacional de qualidade de água, porque isso nós não temos hoje. O programa se divide em quatro sub-componentes, um é essa rede que eu acabei de falar, o segundo componente é padronizar parâmetros e procedimentos de coleta e análise de laboratório. Outro componente é a estruturação de laboratórios e capacitação de pessoal; e o quarto é pegarmos essa informação, avaliar e divulgar para a sociedade. Com relação a rede nacional, quais seriam os objetivos? A gente está falando aqui de uma rede de tendência de evolução da qualidade das águas, ou seja, não é rede de alerta. Queremos avaliar se a qualidade da água atende aos usos estabelecidos pelo enquadramento, que isso é essencial para acompanharmos as metas de enquadramento, se elas estão sendo alcançadas, é essencial termos redes de qualidade adequadas. Essas informações vão apoiar ações de planejamento, outorga, licenciamento e fiscalização que usam informações de qualidade da água. E outra coisa importante é a gente avaliar a efetividade das ações de gestão. O que isso está realmente causando de melhoria da qualidade dos rios. Nós estabelecemos algumas metas para esse programa que a gente ainda entrando em consenso com os estados. Visitamos 11 estados apresentando esse programa, tivemos uma recepção bastante boa. Isso que eu vou apresentar na sequência ainda está em discussão. A gente tem essa situação atual, que eu mostrei, de densidade de pontos e estamos como uma meta para 2015 essa situação: a região amazônica com uma densidade menor, porque óbvio, não vamos colocar densidade de pontos igual para o País inteiro, porque tem toda a questão de logística, as grandes distâncias. A região costeira, onde se concentra a maior parte da poluição das águas, vai ter uma densidade de um ponto para cada 1.000 quilômetros quadrados; uma região intermediária com uma densidade também intermediária de 0,5 e um aspecto importante: essa região 4 aqui por causa da questão dos açudes, principalmente. Temos que ter uma abordagem específica para essa região, porque tem problemas de eutrofização desses açudes; isso tem que ser acompanhado em mais detalhes. Com relação à frequência estamos propondo essa região aqui com uma frequência mínima semestral, e o resto do país com uma frequência mínima trimestral. De novo, são critérios mínimos. Se o estado já faz monitoramento hoje com uma frequência maior, ele não tem necessidade de voltar para uma frequência trimestral. Com relação aos parâmetros de qualidade, pegamos um trabalho que foi essa oficina de definição de indicadores mínimos de qualidade de água; ela foi promovida pelo PNMA em 2001 e contou com a presença de todos os estados, e os estados chegaram nessa lista mínima de parâmetros para monitoramento de qualidade de água. Então, se tivermos aqui os físico-químicos básicos, como oxigênio, PH, temperatura; microbiológico que são os coliformes; indicadores biológicos clorofila e fitoplâncton para ambientes lênticos e questão dos nutrientes. A princípio estamos adotando essa lista, mas isso aqui também está em discussão com os estados. Talvez essa lista aumente em alguns parâmetros. Para os demais parâmetros, por exemplo, essa lista não tem metais pesados, pesticidas. Dentro do programa nós pensamos que esses parâmetros seriam

2652 analisados em campanhas específicas. Não estariam fazendo parte da rede normal de
2653 monitoramento. O fluxo da informação, a gente pensou no seguinte, nos estados vamos ter
2654 instalado o HIDRO, que é o sistema da ANA de base de dados geral de informação de
2655 qualidade da água e de vazões; e via Internet os estados alimentam essa base nacional que na
2656 verdade é o módulo de qualidade de água do SNIR. Então dentro desse módulo teremos o
2657 HIDRO recepcionando as informações de qualidade de água. Uma base de dados de fontes
2658 poluidoras, que vai estar conectado com a base do IBAMA, que é o cadastro nacional de
2659 fontes poluidoras; e outra base de dados dos órgãos integrantes. Tanto o IBAMA quanto os
2660 órgãos gestores estaduais, que têm redes, vão alimentar essa base e a gente vai ter uma
2661 divulgação externa via um portal de qualidade de água. Com relação à divulgação das
2662 informações, a gente já pensou em alguns produtos, aquilo que eu falei: um relatório nacional
2663 de avaliação de qualidade de água. Esse produto aqui, na verdade, é o panorama nacional de
2664 qualidade de água que fizemos em 2005 e teve um sucesso bastante grande, teve mais de 40
2665 mil downloads na internet. Obviamente vamos ter os relatórios estaduais e o programa
2666 também estaria dando aporte de recursos para os estados elaborem seus relatórios. Temos o
2667 relatório de conjuntura de recursos hídricos que aborda vários temas e um deles é qualidade
2668 de água. E teríamos aquele portal na Internet que teria as informações disponíveis em forma
2669 de mapa, gráficos. Esses seriam os produtos para a divulgação. Com relação ao curso do
2670 programa, estamos trabalhando com um horizonte de até 2015. Estimamos um total de 46
2671 milhões para esse período todo. A maior parte do recurso vai para a operação da rede, uma
2672 parte razoável, 10% para laboratórios e capacitação; e outra para estudos específicos. As
2673 fontes de recursos, principalmente o Pró-Água que estamos usando para a elaboração do
2674 projeto dessa Rede Nacional, que vamos ter um diagnóstico mais detalhado de todas as redes
2675 estaduais. O orçamento da ANA e aí precisamos incluir uma rubrica no PPA; o CT-Hidro
2676 para a questão de capacitação de Recursos Humanos nos estados e parceria com o PNMA 3,
2677 para trabalharmos principalmente na questão de estruturação de laboratórios, padronização de
2678 procedimentos. E também uma parte vai ser orçamento dos estados como uma contrapartida.
2679 O cronograma do programa. Já estamos com atividades agora do projeto da rede aqui em
2680 2008, já devemos contratar agora no início de janeiro o projeto da Rede Nacional. Ao longo
2681 do ano que vem, vamos realizar oficinas com os estados para chegar ao consenso sobre
2682 aqueles critérios mínimos e ao longo de 2010, a questão de estruturação de laboratório que
2683 são de capacitação, principalmente a partir de 2010, quando já tivermos os critérios mínimos
2684 estabelecidos. E a partir do ano que vem, na verdade já começou a criação dessa base de
2685 dados nacional de qualidade de água. E aí, vai até 2015. A partir de 2015 temos uma atividade
2686 contínua, ou seja, atividade da rede normal. Bom, esse programa está sob coordenação do Dr.
2687 Bruno Panhoquesqui, diretor da área de projetos e conta também com o Dr. Paulo Varella e
2688 João Lotufo como subcoordenadores. Obrigado, meu e-mail está aqui, quem quiser mais
2689 informações. (Palmas!) **O Sr. Vicente Andreu Guillo (Secretário Executivo do CNRH -**
2690 **SRHU/MMA)** – Muito obrigado Marcelo. Há inscrições em Plenário. Por favor, Marcelo,
2691 fique conosco. Vamos fazer o encaminhamento de primeiramente 3 inscrições, já há essas 3
2692 inscrições, vindo lá do fundo para cá, Rosalvo e depois a gente verifica o restante do
2693 encaminhamento. **O Sr. Rosalvo de Oliveira Junior (MI)** – Dr. Marcelo, eu queria ver a
2694 questão da base territorial. A minha discussão vai à direção da base territorial, porque o
2695 senhor colocou a questão dos relatórios estaduais de qualidade da água, quando eu entendo,
2696 muito humildemente de que a avaliação deveria ser por bacia, semi-bacia e segundo que nós
2697 deveríamos ter o mapa e lá no Ministério da Integração nós temos isso; porque eu trabalho na
2698 Coordenação de Monitoramento e Avaliação de Políticas, o mapa do PIB nacional. Naquelas
2699 regiões onde o PIB fosse grande, conseqüentemente eu posso supor de que eu utilize mais
2700 água, tenha mais poluição, é que eu deveria ampliar o monitoramento da qualidade da água.
2701 Então, a minha pergunta é no sentido de por que não esta lógica das bacias e por que não a
2702 lógica do PIB ou das atividades econômicas no País. **O Sr. Vicente Andreu Guillo**
2703 **(Secretário Executivo do CNRH - SRHU/MMA)** – Muito obrigado Rosalvo. Walder. **O Sr.**

2704 **Walder Suriane (Prestadores)** – Só queria fazer uma observação com relação à apresentação
2705 e talvez seja exatamente por falta de conhecimento, mas eu não vi a palavra integração e na
2706 realidade esse tema de integração, o próprio secretário está sendo bombardeado e a partir de
2707 agora com maior intensidade, exatamente com relação às ações de integração entre meio
2708 ambiente e recursos hídricos com saneamento. E um termo que nós vamos usar
2709 frequentemente aqui é exatamente as Metas Progressivas de Sistemas; principalmente de
2710 esgotamento sanitário. E essa minha fala vem a propósito especificamente de qualidade de
2711 água, dos quais as companhias de saneamento, operadoras de saneamento públicas, privadas,
2712 municipais e estaduais têm por obrigação fazer esse controle de qualidade e na apresentação
2713 eu não vi essa possível integração e se falou muito, inclusive, com laboratórios, capacitação
2714 de laboratórios. Quer dizer, um custo adicional que eu não sei até que ponto isso estaria
2715 integrado ou poderia se integrar até na ação dessas empresas. Isso é muito importante, tendo
2716 em vista que em uma falta de recursos, como é o nosso, que esse ponto de integração e de
2717 usar estruturas existentes, eu acho que é uma prioridade número 1. **O Sr. Vicente Andreu**
2718 **Guillo (Secretário Executivo do CNRH - SRHU/MMA)** – Muito obrigado. Há a inscrição
2719 do João Bosco, que completa a terceira, do Dalton e do Clímaco. Eu queria então encerrar as
2720 falas nessas 3. Fui motivado pela necessidade de colocar o Dalton como inscrito, palmeirense
2721 como eu, então, uma concessão palmeirense. Mas eu pediria bastante brevidade e depois eu
2722 encaminho ao Marcelo para que faça uma colocação de âmbito geral em função da qualidade
2723 das intervenções que já estão sendo postas em Plenário. João Bosco, por favor. **O Sr. João**
2724 **Bosco Senra (MMA/SRHU)** – O meu também é bem rápido, até porque uma era a questão
2725 do recorte e já foi dito aqui, das bacias. A outra questão também que foi abordada; eu estava
2726 lembrando a Portaria do Ministério da Saúde, com o Ministério da Justiça e Defesa do
2727 Consumidor, acho que ela tem que balizar um pouco, até porque identifica alguns parâmetros.
2728 E a terceira, é porque chama Programa Nacional de Avaliação de Qualidade das Águas
2729 Superficiais, acho que é bom colocar superficiais, porque aí não envolve as águas
2730 subterrâneas que estamos trabalhando no outro programa. **O Sr. Vicente Andreu Guillo**
2731 **(Secretário Executivo do CNRH - SRHU/MMA)** – Muito obrigado. Dalton, pelo tempo que
2732 desejar desde que não ultrapasse 3 minutos. **O Sr. Dalton Favero Brochi (Comitês)** – Boa
2733 tarde a todos. Eu gostaria de corroborar com o Suriani, na questão de fazer alguma tratativa
2734 com os serviços de águas também, que já são obrigados a fazer esse monitoramento e
2735 perguntar qual a sistemática que estaria on-line, através de sondas multiparâmetros, o custo
2736 operacional disso com transmissão, se está sendo levado em conta para todo esse cronograma
2737 que vocês estão colocando; porque nós tivemos um exemplo lá na região, com a SANASA,
2738 através do 001, que nós temos o programa de cobrança voluntária da água e nós colocamos
2739 duas sondas fixas e uma móvel multiparâmetros e já fazem 4 anos e até agora não
2740 conseguimos sincronizar esses sinais, esses apontamentos. Então, a dificuldade de com 2
2741 sondas que nós tivemos em uma região propícia de colocar até sinais de transmissão para
2742 computador com facilidade, nós estamos ainda com dificuldade junto ao serviço de água de
2743 Campinas através da SANASA, da qual o secretário foi presidente e também de Valinhos.
2744 Então, a dificuldade de como estão analisando isso aí. Obrigado. **O Sr. Vicente Andreu**
2745 **Guillo (Secretário Executivo do CNRH - SRHU/MMA)** – Muito obrigado Dalton, João
2746 Clímaco é o último inscrito. **O Sr. João Clímaco Soares de Mendonça (ONGs)** – Estamos
2747 vivendo um momento de bom humor nesse Conselho, cada vez maior. Eu tenho que pedir
2748 desculpas a vocês, por falar em bom humor, nós tivemos uma revista que foi celebrativa dos
2749 10 anos e a pessoa que foi encarregada de elaborar essa revista pediu constantemente a minha
2750 participação nessa revista. E eu tenho uma vida extremamente atribulada. Eu trabalho em
2751 projetos na área de agricultura, não vivo de recursos hídricos; eu trabalho com agricultura
2752 familiar e tenho uma agenda muito complicada e fiquei super carregado de trabalho e ainda
2753 mais estávamos vivendo um momento de tristeza imenso com tantas resoluções e tantas
2754 dificuldades nas Câmaras Técnicas que estavam me deixando quase desanimado de pensar
2755 assim: “Será que no ano que vem eu vou ter que gastar meu tempo com esse Conselho?”

2756 porque ainda me pedem um artigo, porque não gostaram do artigo antigo. Que tem que ser um
2757 artigo mais celebrativo, efusivo, uma coisa assim como se eu tivesse vivendo um ambiente de
2758 Eros vencendo totalmente o Thanatos; e não é verdade. Então, eu falei para a pessoa da
2759 revista, eu disse, “Eu não estou com clima de fazer esse artigo, porque não estou tendo
2760 vitórias nenhuma nesse Conselho, estou vendo só dificuldades e desafios cada vez maiores”.
2761 Merece, tem coisas muito boas aqui no Conselho, eu queria dizer que merecia um artigo
2762 efusivo, eufórico; até o fato de eu estar aqui é uma vida celebrada. Mas, infelizmente eu não
2763 fiz, então estou pedindo desculpas, porque eu fui um pouco ausente, indelicado até, de não ter
2764 feito o pedido do secretário. Então, eu vou fazer um artigo em um blog que nós temos na
2765 internet e vou fazer esse artigo efusivo na hora que eu ver algumas propostas nossas serem
2766 acatadas nesse Conselho. Aí vou fazer esse artigo com muito prazer. Agora, sobre o Programa
2767 Nacional de Avaliação de Águas. Eu queria fazer um registro aqui. Em que pese a qualidade
2768 técnica do nosso companheiro, foi muito feliz e acho que precisa mesmo ter um Programa
2769 Nacional de Avaliação das Águas. Eu acho que esse componente de participação e
2770 acompanhamento, integração com a sociedade, deveria ser mais evidenciado ou até
2771 explorado. Não tem ator melhor para identificar uma água mal avaliada ou avaliar bem ou mal
2772 uma água como... Até involuntariamente. Aí faço um registro de uma situação de uma
2773 proposta que nós fizemos aqui no Conselho e essa proposta diz respeito à avaliação de
2774 qualidade de água. A proposta dizia respeito, em casos de rios, corpos de água, onde
2775 houvessem áreas contaminadas perto de comunidade, caberia ao Comitê de bacias ser pró-
2776 ativo no sentido de sinalizar à comunidade que aquela água não estava avaliada de uma
2777 maneira que sugeria que há perigo para aquela comunidade usar aquela água. E curiosamente
2778 na CTIL essa proposta foi extremamente, violentamente, escurraçada e eu acho que isso foi
2779 uma coisa muito feia e me deixou muito triste. A avaliação de qualidade da água é feita pela
2780 população todos os dias. Às vezes ela faz sem querer. Basta você ir à Bahia, na Baía de Todos
2781 os Santos tem um lugar que tem alta incidência de mulheres tendo filhos com problemas de
2782 cérebro, problemas congênitos de formação; tem incidência de doenças decorrentes de
2783 contaminação hídrica e que a proposta foi oriunda daquela comunidade, para colocar uma
2784 placa em cada rio onde houvesse áreas contaminadas, porque a comunidade... Essa avaliação
2785 fosse disponibilizada para a comunidade. Isso é possível, por que não é? Estamos a serviço da
2786 sociedade. Projeto, programa, tudo isso é a serviço da sociedade. Eu quero o registro de que
2787 essa proposta não passou na CTIL, em especialmente a ANA que na CTAP, que agiu de
2788 maneira muito incisiva para que essa proposta não passasse; e que eu acho que essa avaliação
2789 de qualidade da água merece ser feita em conjunto com a comunidade e os resultados serem
2790 acompanhados e administrados junto com a comunidade. Então, essa visão somente tecnicista
2791 não contempla uma possibilidade de que essa avaliação esteja dando resultado para a
2792 sociedade imediatamente. Entendeu? **O Sr. Vicente Andreu Guillo (Secretário Executivo do CNRH - SRHU/MMA)** – Muito obrigado. Passo agora ao Marcelo para as suas
2793 considerações a respeito das diversas sugestões. **O Sr. Marcelo Pires Costa (Representante da ANA)** – Bom, começando pela primeira intervenção, com relação ao recorte das bacias,
2794 não tive tempo, mas tenho outro slide que mostra o rebatimento daquelas metas dos estados
2795 nas regiões hidrográficas. E é óbvio que os nossos relatórios, inclusive aquele que eu
2796 mencionei, o panorama da qualidade das águas é todo feito pelas bacias; que é a nossa
2797 unidade de gestão. Então, isso já vem sendo utilizado pela ANA e é a lógica do programa
2800 também. Adotamos esse recorte. Não poderia ser de outro jeito. E temos um ganho muito
2801 grande de qualidade da análise quando fazemos essa agregação das informações dos estados e
2802 rebatemos isso nas regiões hidrográficas. Que é um recorte que normalmente não se tem. Hoje
2803 no País, se alguém quiser ter uma idéia de qualidade de água tem que consultar vários
2804 relatórios estaduais e a idéia é termos isso agregado em uma base nacional pelas regiões
2805 hidrográficas, óbvio. É nosso recorte. Com relação ao PIB como indicador, estamos usando
2806 vários indicadores, como a carga de esgoto lançada, atividade industrial, que é óbvio que tem
2807 rebatimento e tem coerência com o PIB. Não vejo talvez o PIB como o indicador mais

adequado. Já temos alguns indicadores específicos para direcionar essa rede de qualidade, como fontes poluidoras e tudo o mais. Com relação à integração com as empresas de saneamento, de novo, foi uma falha minha, na verdade, dentro do projeto da rede está previsto que vai ser também feito um diagnóstico das redes das empresas de saneamento e das empresas do setor elétrico; para evitarmos exatamente essa sobreposição. De acabarmos colocando pontos onde a empresa de saneamento ou empresa do setor elétrico já monitora. Isso está previsto também. Com relação à água subterrânea, a ANA tem outra agenda de água subterrânea. Inclusive semana passada teve um workshop para discutir exatamente critérios para monitoramento de água subterrânea. Então, isso está indo em paralelo, mas é óbvio que no futuro essas coisas devem convergir para termos um relatório único de água superficial e subterrânea. Com relação a monitoramento on-line, essa rede não comporta isso, estamos fazendo aqui o monitoramento tradicional com coleta em campo e levando as amostras para o laboratório. Como eu falei, aqui não estamos pensando em rede de alerta, são redes de tendência. Com relação à participação da comunidade, eu concordo, acho que essa informação tem que estar acessível para a sociedade e uma das idéias do programa é essa: de termos essas informações colocadas de uma maneira mais fácil para a sociedade entender, por exemplo, informações de balneabilidade das praias, que isso normalmente não chega à sociedade. Sabemos que isso é um problema grande em várias bacias e até outras coisas mais específicas, por exemplo, alguns poluentes são bioacumulativos e se acumulam nos peixes que são consumidos pela população. Então, tem um rol de coisas que a gente tem que melhorar em termos de comunicação para a sociedade, mas na verdade o escopo e o objetivo principal do programa é esse: é conseguirmos que essa informação técnica chegue à população para ela ser informada sobre os riscos que ela está correndo pela exposição em águas poluídas e tudo mais. Bom, acho que é isso. Quem quiser mais informações, estou disponível pelo e-mail ou por telefone. Na verdade esse é um programa que está sendo implementado agora, começou mais recentemente e temos aí uma quantidade enorme de coisas para fazer agora, principalmente no primeiro semestre, de visitar todos os estados brasileiros, consensar aqueles critérios mínimos e conseguir apoio dos vários atores, para conseguirmos incluir essa rubrica no PPA e conseguirmos mais recursos. Sem dúvida é um projeto de longo prazo para a gente ter um ganho qualitativo bastante grande nessa questão. Obrigado. (Palmas!) **O Sr. Vicente Andreu Guillo (Secretário Executivo do CNRH - SRHU/MMA)** – Muito obrigado Marcelo. Vamos passar agora ao item 5.3 da ordem do dia que é a apresentação "Conclusões da Nota Técnica nº 01/2008/CTIL/CNRH/MMA, referente ao Relatório do GT “Aplicação das Diretrizes do PNRH aos Empreendimentos Hidrelétricos”, encaminhada pela CT de Assuntos Legais e Institucionais”. Eu queria convidar então a coordenadora do GT, a senhora Martha Sugai, para a sua apresentação também com o tempo disponível de 20 minutos, com os ajustes da agenda do dia de hoje. Por favor. **A Srª. Martha Regina von Borstel Sugai (Representante das Concessionárias na CTIL)** – Boa tarde a todos. Eu vou apresentar aqui as conclusões que foram apresentadas nesta nota técnica CTIL nº. 1. Essa nota técnica é resultado dos trabalhos do grupo, que foi criado na 90ª reunião da CTIL com os objetivos de discutir a aplicação das diretrizes do Plano Nacional aos empreendimentos hidrelétricos, tendo em vista os artigos 52 e 12, § 2º da lei 9433. O GT foi criado em função de uma demanda da Conselheira Ninon. Essa demanda ela fez no âmbito da Câmara Técnica do Plano, em função da aprovação do Plano Nacional. A Câmara Técnica do Plano Nacional, por entender que esta solicitação dela estava mais afeta às questões legais, essa questão foi encaminhada para a CTIL. O Grupo de Trabalho se reuniu 4 vezes; eu queria aqui agradecer a minha indicação. Eu fui indicada para coordenar esse grupo pela ABRH. Eu coordenei o grupo a partir da segunda reunião. Eu queria também manifestar o meu agradecimento ao apoio que a Ninon me deu ao longo da condução desses trabalhos. O nosso trabalho, apesar de termos tido só 4 reuniões, foi feito muito através da Internet. Eu acho que esse processo acaba ajudando muito e vamos dizer, faz com que você tenha menos reuniões e chegue ao resultado. Na 102ª reunião da CTIL, que foi realizada em julho, nós apresentamos a nota técnica que

apresentava os resultados do grupo; ali dentro nós fizemos um histórico de todo o processo. Apresentamos a base legal que conduziu nossos trabalhos; tem as atas das reuniões e também tem a lista de todas as pessoas que participaram de uma ou mais reuniões do GT. Na 102ª reunião, quando nós apresentamos esse relatório do grupo, houve algumas sugestões dentro da CTIL que nós incorporamos no resultado do trabalho. Daí, na 104ª reunião, realizada em setembro, foi aprovada esta nota técnica; ainda por ocasião desta reunião tiveram algumas sugestões e o resultado vocês receberam. Então, a nota técnica, na verdade, tem como anexo o relatório do Grupo de Trabalho. Na segunda reunião do Grupo de Trabalho, discutimos qual seria o nosso real objetivo. Nós decidimos que o real objetivo do grupo seria responder cinco questões que nós pré-selecionamos. As questões específicas relacionadas à integração dos projetos setoriais e articulação intersetorial ficaria para ser discutida dentro da implementação do programa 5.2 do Plano Nacional, que trata da compatibilização e integração dos projetos setoriais. Então, nós só íamos realmente discutir as questões legais. Aqui vocês têm as 5 questões legais que nós escolhemos. Na verdade nós ainda não sabíamos o resultado, então, tem algumas coisas que até depois mais para frente estariam estranhas. Mas a primeira questão seria: “Como fica a validade do § 2º do artigo 12, tendo em vista o veto do inciso 8º do artigo 35?”. A outra questão: “Há necessidade de regulamentação do PNRH, tendo em vista o veto do inciso 8º do artigo 35? Se sim, como?”. A terceira questão: “Qual o real significado de outorga e utilização de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica que estará subordinado ao Plano Nacional de Recursos Hídricos?”. Na verdade este é o § 2º do artigo 12 da Lei 9.433. A quarta questão: “O PNRH deve apresentar a lista de aproveitamentos em operação dos futuros dentro do horizonte do PNRH, tendo em vista que uma das justificativas ao veto do inciso 8º é de que “a inclusão ou a exclusão de qualquer aproveitamento poderá obrigar a reprogramação do todo””. A quinta questão foi: “O artigo 52 é uma disposição transitória? Se sim, no âmbito do PNRH a preocupação deveria ser com a regulamentação do PNRH em si ou ao invés de tratar da implementação das formas de implementação do artigo 52”. Na verdade, se vocês entrarem no programa 5.2, vocês vão ver que uma das questões que foi colocada dentro desse programa é exatamente essa questão de regulamentação; das formas de implementação do artigo 52. Então, as conclusões do grupo, eu vou apresentar a partir deste slide. Então, na Lei 9.433, primeiro a gente enfatiza o § 2º do artigo 12 e na sequência o artigo 52. O que está escrito no artigo 12, § 2º? Aquilo, na verdade, eu até já li que esta questão que estaria subordinada ao PNRH, só que no final dele: “aprovada na forma do disposto no inciso 8º do artigo 35 desta Lei, obedecida a disciplina da legislação setorial específica”. Esse é o texto do § 2º. Daí, dentro do capítulo “das disposições transitórias”, está o artigo 52, que enquanto não estiver aprovado e regulamentado o Plano Nacional de Recursos Hídricos, a utilização dos potenciais hidráulicos para fins de geração de energia elétrica continuará subordinada à disciplina da legislação setorial específica. Então, esse é o artigo 52 da lei 9.433. Bom, qual é a questão que acabou trazendo algumas dúvidas? O inciso 8º do artigo 35, que na verdade está sendo citado no § 2º do artigo 12, foi vetado pelo presidente na época da sanção da lei. E ela definia que “o Plano Nacional de Recursos Hídricos, que cabia ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos aprovar o Plano Nacional, encaminhá-lo ao Presidente da República para envio, na forma de Projeto de Lei ao Congresso Nacional”. Esse artigo, como eu já disse, foi vetado pelo Presidente, agora cabe ressaltar que o que ele vetou, na verdade, foi a forma de aprovação do PNRH. Como justificativo ele colocou que assim como cabe aos Comitês aprovar o Plano de Bacias, deveria ser competência finalística do Conselho Nacional de Recursos Hídricos e não passar isso para a Câmara, porque haveria uma interrupção do processo. Ainda dentro das conclusões, essa questão do artigo 35, na verdade, quando foi vetado o inciso 8º, tirou-se a competência do Conselho Nacional à aprovação do Plano Nacional de Recursos Hídricos. Essa competência foi introduzida de volta, através do inciso 9º. E que trouxe para o Conselho Nacional acompanhar a execução e aprovar o plano de recursos hídricos e determinar as providências necessárias para o cumprimento das suas metas. Essa é hoje a competência do Conselho com

relação ao Plano Nacional de Recursos Hídricos. Logo, vamos dizer, qual foi a conclusão que nós tiramos? Extraí-se da leitura do § 2º do artigo 12 que a outorga e a utilização de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica estarão subordinados ao Plano e deverão obedecer à disciplina da legislação setorial específica. As duas coisas têm que ser obedecidas. Tendo em vista o veto ao inciso 8º, em que o Plano Nacional de Recursos Hídricos seria aprovado por lei, como isso não vai ser mais feito, nós concluímos que não há necessidade de regulamentação do Plano Nacional de Recursos Hídricos e sim um maior detalhamento. Ali no § 4º, colocamos exatamente o que está escrito na página 11 do volume 3 do PNRH, da diretriz. O que é o plano? Ele apresenta diretrizes que representam instruções condutoras do estabelecimento das ações programáticas e programas para atingir os objetos pretendidos ao plano. Os programas foram aprovados no volume 4, então, essa é toda a condução do Plano Nacional. E o detalhamento operativo já foi aprovado na resolução 80 de dezembro de 2007. Ali está dentro, o programa 5 que trata dessa articulação. Então, além da aprovação pelo Conselho, do Plano em 2006 e do seu detalhamento em 2007, podemos afirmar que o PNRH deverá ser revisado periodicamente, os seus programas, e detalhados não cabendo falar em regulamentação. O próprio Plano Nacional prevê uma avaliação a cada 4 anos. Ali a questão do significado. Ressaltamos que essa outorga e a utilização de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica significam que deverá estar subordinado aos objetivos e macrodiretrizes do PNRH. Em relação à questão de que se o PNRH deve apresentar a lista de aproveitamento, concluímos, até em função da justificativa que teve com relação ao veto ao inciso 8º, de que ele não deve ter, uma vez que, vamos dizer qualquer inclusão ou exclusão de aproveitamento, exigiria uma revisão como um todo. E o PNRH vai ser atualizado a cada 4 anos, enquanto que o planejamento energético tem revisões anuais. Para finalizar, com relação à questão do artigo 52, ele é realmente como uma disposição transitória, foi colocado assim. A preocupação hoje não é realmente com a aplicação do artigo 52 e sim com o detalhamento maior do Plano Nacional. Eram essas as conclusões. (Palmas!) Eu queria aqui também manifestar meu agradecimento a todas as pessoas que contribuíram no trabalho. Achei que foi muito gratificante. **O Sr. Vicente Andreu Guillo (Secretário Executivo do CNRH - SRHU/MMA)** – Por favor, Martha, fique aqui conosco. Então, em discussão a apreciação pelos membros aqui. Inscrições? Mais alguma inscrição? Por favor Dr. João Clímaco. Durante a sua fala, registraremos eventualmente as falas adicionais e encerraremos as inscrições. **O Sr. João Clímaco Soares de Mendonça (ONGs)** – Boa tarde novamente. Nossa representação não tem cadeira efetiva na CTIL, embora nós participemos efetivamente dessa Câmara e muitas vezes o desdobramento das atividades dessa Câmara, fica impossível acompanharmos pelo fato de não estarmos como efetivo nessa Câmara. Então, fica muito caro para nós ter um acompanhamento mais assíduo. Mas esse tema é muito importante e foi, por um tempo, objeto da nossa participação, tanto é que nas atas, as primeiras reuniões desse grupo, nós tivemos presentes. Depois disso, tivemos um acompanhamento muito superficial, mas a responsabilidade da nossa participação existe independente de estarmos ou não. E eu queria fazer um registro, até porque, como membro da representação da Sociedade Civil, das ONGs e movimentos sociais no Conselho, eu não queria ser omissos e dizer que concordo 100% com o que está escrito aí. Eu acho que quando se tem no Brasil, e eu aprendi muito aqui em Brasília. Aqui se faz os melhores e mais bem sucedidos inteligentes exercícios mentais para fugir do império da lei. E fazem também os melhores e mais inteligentes exercícios mentais para justificar algumas coisas boas da lei. Esse caso é bem exemplar disso. Eu sempre entendi, como leigo, quando comecei a ler sobre esses assuntos, que a emergência do Sistema Nacional de Gestão de Recursos Hídricos, a emergência desses marcos regulatórios que colocava a água como um bem público; e aí sujeita a novos paradigmas e novos olhares para sua gestão, ela colocava alguma ordem nessa coisa de dizer que a água é prioritariamente para isso e para aquilo e a poderíamos ter um ambiente democrático de decisão do seu destino. Essa discussão toda que chegou aí me mostrou e a forma como foi colocada, aponta para mim: foi uma maneira inteligente de como fazer com que um setor que foi hegemônico,

2964 sempre teve o poder de decidir o destino das nossas águas, não perca esse poder. E a coisa
2965 está tão dinâmica, até por que nós temos um Governo que nesse aspecto perdeu totalmente a
2966 sua identidade com a origem, de ser um Governo democrático, popular, de base social muito
2967 consistente, entregou, vamos dizer, entregou todos os seus sonhos; entregou o ouro ao
2968 bandido, na linguagem popular. Então, eu acho que esse documento não contempla esse
2969 dinamismo que sugere que o plano, pelo menos quando eu li na primeira vez nos primeiros
2970 compêndios, tinha certa ascendência sobre o destino e o valor da outorga, a democratização
2971 do domínio sobre a água. Terminando, secretário, eu queria lhe dizer, fazer esse registro, que
2972 não achamos que esse texto representa o espírito da lei da água como uso múltiplo, como bem
2973 público. Esse texto tenta dar um arranjo a uma situação que às vezes enfrentamos, e quando
2974 tem outorga para empreendimentos hidroenergéticos, o setor que representa ele, com toda a
2975 cordialidade e amizade que eu tenho com o representante deles aqui, mas na prática esse setor
2976 anda no máximo, no limite do desrespeito à lei. Quer dizer, onde ele puder, ele tenta para
2977 poder viabilizar. Quando na verdade eu tenho clareza e sempre acreditei que os
2978 empreendimentos hidroenergéticos são necessários e apóio. Só que essa mania de andar no
2979 limite, arrumar um jeito de a lei ser descumprida para minimizar custos não tem sentido
2980 perante o espírito da lei. Queria deixar esse registro, não está um texto que contemple os
2981 princípios que acreditamos e outra coisa, ele foge um pouco da dinâmica. Hoje nós temos um
2982 problema sério no País, no que diz respeito ao aproveitamento hidroenergético. A questão das
2983 PCHs; e esse Conselho está passando longe das PCHs. E que não é mais uma coisa pequena
2984 em termos de aproveitamento de recursos, e esse texto não está contemplando a questão das
2985 PCHs pela importância que ela tem na atual conjuntura da exploração da água para a
2986 hidroeletricidade. **O Sr. Vicente Andreu Guillo (Secretário Executivo do CNRH -**
2987 **SRHU/MMA)** – Muito bem. Rosalvo é o último inscrito. Em seguida retornarei a Sr^a. Martha
2988 e passaremos ao prosseguimento aqui da nossa pauta. **O Sr. Rosalvo de Oliveira Junior**
2989 **(MI)** – Eu acredito que na oficina que nós fizemos com as Câmaras Técnicas, enfatizamos
2990 muito uma relação mais próxima com o CONAMA. Mas eu acho que, e aí, a partir da sua
2991 apresentação, acho que temos que ampliar a nossa relação com o Conselho de Políticas
2992 Energéticas, CPE; acho que nós temos que nos apropriarmos e fazermos uma leitura efetiva e
2993 um diálogo, não é um debate. Não quero abater a idéia de ninguém, quero dialogar com um
2994 plano estratégico de energia. O nome não é exatamente esse, não estou me lembrando o nome
2995 exato, mas existe um plano que pensa o País 10, 15, 20 anos na frente, porque os
2996 investimentos em energia são altos investimentos e o seu planejamento demora. E também
2997 acho que nós devemos fazer um diálogo com o Plano Nacional de Logística do Território, o
2998 nome é esse mesmo, do Ministério dos Transportes, no caso da energia porque a nossa matriz
2999 energética é oriunda da utilização de recursos hídricos e do transporte por que as grandes
3000 barragens foram pensadas apenas para a produção da energia, quando elas também poderiam
3001 ser pensadas para melhorar os transportes nos rios, etc. e etc.. Então, na realidade eu penso
3002 que ao invés de ficarmos criticando o outro e apontando; quando apontamos nós temos três
3003 dedos para nós mesmos. É buscarmos o diálogo, nós irmos participar destes conselhos e
3004 discutirmos inclusive aqui, trazermos aqui secretário, a apresentação do Plano Nacional de
3005 Logística do Território, do Plano Brasil 2020, se não me engano, que é o último elaborado
3006 para a questão de energia; e aproveito para concluir, dizer também, até pegando a sugestão de
3007 outros colegas de quem nós precisamos também ter aqui no conjunto de apresentações, o
3008 Plano Nacional de Mudanças Climáticas. Então, acho que esses 3 planos são absolutamente
3009 fundamentais que devem ser apresentados e debatidos no âmbito desse Conselho. E peço
3010 gentilmente que não seja feito no último dia, na última hora. Mas que seja objeto dos nossos,
3011 no caso da pauta, antes de votação de moção, de resoluções. Que seja nos primeiros horários,
3012 porque estas são as questões centrais. Se nós não formos àquelas pessoas de elaborarmos o
3013 diálogo, fizermos as pontes, nós vamos ficar também discutindo aqui nesse gueto e “o outro é
3014 ruim” e isso é aquilo. Espero ter sido claro. **O Sr. Vicente Andreu Guillo (Secretário**
3015 **Executivo do CNRH - SRHU/MMA)** – Muito obrigado. Não há mais inscrições. Eu passo à

Sr^a. Martha Sugai para suas considerações. **A Sr^a. Martha Regina von Borstel Sugai (Representante das Concessionárias na CTIL)** – Primeiro eu acho que a gente sempre tem que ter em mente que na verdade os potenciais hidráulicos são de domínio da União. Segundo ponto, o Clímaco, na segunda reunião nós tínhamos decidido que íamos discutir dentro do Grupo de Trabalho a questão legal. A questão de articulação seria feita dentro do programa, como eu coloquei ali. São duas coisas complementares. Nós estávamos no âmbito da CTIL e em todas as ocasiões que eu tenho oportunidade de falar, eu falo: para mim, o principal desafio que nós temos é a elaboração do programa 5. Para mim é toda a nossa continuidade, porque eu até queria agradecer ao Rosalvo pelas suas palavras, porque eu concordo com ele. Eu acho, inclusive, se não me engano, no inciso 1º do artigo 35 que fala que compete ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos, isso até colocamos também dentro da nossa nota técnica; porque lá a questão era o inciso 8º e o 9º do artigo 35. Mas também compete ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos, fazer a articulação entre os planejamentos. Então, eu acho que realmente o Plano... Eu sou do setor elétrico e ele deveria apresentar aqui o plano de longo prazo, que é o PNLE 30; foi esse último que foi lançado. Anualmente é lançado o Plano Decenal, acho que ele deveria vir. Assim como você falou: todos os setores deveriam trazer aqui o seu planejamento exatamente para o Conselho Nacional conhecer qual é sua meta. Porque o grande desafio, eu sempre digo assim: se vocês lerem o manual de inventário que é a primeira fase da etapa do estudo de uma usina hidroelétrica, vocês vão ver que a questão de usos múltiplos está muito bem contemplada ali. A questão é que ela depende do planejamento dos outros setores. Claro que dentro do manual, vamos dizer, em função dos estudos, nós somos obrigados a fazer alguns planejamentos, algumas estimativas dos outros usuários. Mas à medida que o setor tiver o seu planejamento, ele vai ser contemplado de uma melhor maneira. E eu acho que as discussões aqui dentro podem enriquecer essa condução do trabalho. Apóio a idéia e acho que os próprios membros aqui, o Ministro de Minas e Energia vai ter todo o prazer de apresentar esses trabalhos aqui. (Palmas!) **O Sr. Vicente Andreu Guillo (Secretário Executivo do CNRH - SRHU/MMA)** – Muito obrigado Martha, agradeço. Nós teremos que fazer um encaminhamento. Nós temos como previsão de teto no dia de hoje, as 18 horas que nós já atingimos. Temos ainda a apresentação do item 5.4 da ordem do dia, que é o “Estado da implementação do Plano Nacional”. Na sequência alguns informes e uma solicitação encaminhada pela Conselheira Ninon Machado, ao qual nós pretendemos dar um encaminhamento. Bem, a proposta seria que prorrogássemos até 18hs30min e que nós perseguíssemos a conclusão da agenda. Tudo bem? Por favor, então o João Bosco Senra, diretor do Departamento de Recursos Hídricos, para a apresentação, “Estado da implementação do Plano Nacional de Recursos Hídricos”, encaminhado pelo Grupo de Técnico de Coordenação e Elaboração do Plano Nacional, GTCE. **O Sr. João Bosco Senra (MMA/SRHU)** – Eu vou procurar ser bem rápido aqui, até em função do horário. Todos vocês receberam esse documento, foi via e-mail, é um resumo desse informe. Falo aqui em nome do GTCE, que é o Grupo Técnico da Agência Nacional de Águas e da Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano que é responsável por fazer esse relatório. Só lembrando, a questão do sistema do SIGEOR, trabalha a partir desse conceito de gestão orientada para resultado, que visa definir os resultados, a partir da implementação dos planos e programas e criar nas organizações, uma cultura de gestão baseada em fatos e dados voltados para o alcance de resultados e metas. Então, o plano foi estruturado, o detalhamento dos programas foi reestruturado a partir de resultados e metas e o SIGEOR busca atender esse objetivo no processo de monitoramento. A estratégia de implementação do plano que foi aprovada na resolução 69/06, estrutura, ela vai falar do SIGEOR, da importância desse sistema para o processo de implementação do plano, que tanto vale na implementação, mas também para a sua avaliação e a sua revisão a cada 4 anos. E um conceito que é muito importante, é que o SIGEOR não nasce pronto. Ele é construído gradualmente em uma dinâmica de sucessivas avaliações. E esse primeiro relatório, pelo próprio plano nós estaríamos apresentando o primeiro relatório do SIGEOR; então, ele foi feito, apenas o

3068 processo de implementação do plano, dos programas já aprovados pela Agência Nacional de
3069 Águas e pela Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano. Nesse processo de
3070 construção. A proposta dele é que nós tenhamos, esperamos que no próximo ano o relatório já
3071 venha com as contribuições das Câmaras Técnicas, que seria do Conselho Nacional, o que o
3072 Conselho Nacional, com suas resoluções, com as suas deliberações está contribuindo no
3073 processo de implementação do plano, dos estados, da Sociedade Civil, dos setores usuários.
3074 Então, nós estamos formatando uma solicitação a esses outros parceiros para que possa
3075 alimentar o SIGEOR. O SIGEOR, nós temos como documento previsto pelo sistema de
3076 gerenciamento, o informe SIGEOR que é esse informe anual, que é elaborado pelo GTCE e
3077 que faz monitoramento do desempenho dos programas. Tem o relatório de conjuntura, que é
3078 feito anualmente pela Agência Nacional das Águas, que apresenta o estado dos recursos
3079 hídricos do País; como vocês recordam, alguns são mais novos, esse relatório de conjuntura
3080 vem sendo feito anualmente e vai dispensar a construção de diagnóstico no processo da
3081 revisão do Plano Nacional. Ele é uma atualização, na realidade, do Volume 1, do Plano
3082 Nacional de Recursos Hídricos e o relatório de estado do plano, que é feito quadrianualmente
3083 e que serve para revisão do Plano Nacional traçando novos rumos. Aí é um quadro que está na
3084 resolução aprovada, que mostra, aí temos, nas estrelinhas e na bolinha, todo o ano; esses
3085 documentos do SIGEOR e o documento do estado das águas, esse relatório de conjuntura
3086 feito pela Agência Nacional de Águas e aquele quadrado, a cada 4 anos, nós teríamos esse
3087 relatório de revisão geral que possibilita ao Conselho revisar a Câmara Técnica do plano,
3088 trazer ao Plenário do Conselho para a revisão do plano a cada quatro anos e depois até 2020.
3089 Então, nós temos esse sistema de formação articulado com o PPA; então, sempre plano vai ser
3090 visto antes para poder influir no PPA dos 4 anos seguintes. Esses documentos previstos no
3091 SIGEOR têm esse objetivo de organizar o fluxo de informações associado ao plano,
3092 necessário ao gerenciamento e também para subsidiar a tomada de decisão por todos os
3093 atores. A fonte de informação é a Secretaria e a ANA, e o sistema de informação do Plano
3094 Nacional e o Sistema Nacional de Informações sobre Recursos Hídricos. São dois sistemas de
3095 informação que conversam entre si e que vão subsidiar esse relatório. Bom, aí o que é esse
3096 relatório? Esse relatório é um balanço anual de 2008, correspondente ao processo de
3097 implementação do Plano Nacional. Ele está baseado nas informações, como eu disse apenas
3098 da Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano e da Agência Nacional de Águas, e
3099 apresenta evolução do processo de implementação do Plano Nacional durante o exercício de
3100 2008, conforme a resolução. A proposta, como o plano não é para ser implementado apenas
3101 pela SRHU e pela ANA; como eu disse, o SIGEOR, no próximo ano já esperamos incorporar
3102 outros atores que estarão colaborando nas ações que vêm sendo implementadas por todos os
3103 demais atores e, como desde o início da aprovação do SIGEOR sempre foi dito que a gente
3104 não ia apresentar um sistema pronto e acabado. E ele é assim mesmo. Aonde se aplica esse
3105 sistema, ele é um processo que tem que ser apresentado e nele mesmo se avalia o que precisa
3106 ser melhorado dentro do próprio sistema, como nós vamos ver daqui a pouco. Um dos
3107 objetivos proporcionar aos atores todas as informações acerca do andamento das ações, para
3108 que todos os Conselheiros e toda a Sociedade Brasileira, que já está disposto na página nossa,
3109 conheça um pouco do que vem sendo implementado e conferir essa efetividade da gestão aí
3110 do Plano Nacional. Vai subsidiar o processo de revisão do plano e fornecer o conjunto
3111 complementar de indicadores destinados a uma avaliação global do Plano Nacional de
3112 Recursos Hídricos. Porque nós temos em cada programa, indicadores específicos para a
3113 avaliação daqueles programas. Nós ainda não temos indicadores para avaliar o plano como
3114 um todo. Nós não temos hoje como dizer, o plano foi implementado 10%, 5%, ou essa
3115 avaliação; até por que não temos os indicadores de todos os programas que o Conselho vem
3116 aprovando. Então, esse relatório vai subsidiar essa avaliação de indicadores para que
3117 possamos dizer: “Olha, chegamos em 2020 com 50% do plano implementado”, ou “40%”, ou
3118 “80%” e etc., e “a qualidade da água efetivamente melhorou nos rios”, quer dizer, esses são
3119 indicadores globais que certamente os relatórios tendem subsidiar. Esse é um exemplo da

3120 ficha síntese de informação, então, nós temos ali, para cada ação, porque nós temos os
3121 programas, os subprogramas e em cada subprograma nós temos a ação, que é o concreto da
3122 perspectiva. Então, apenas para... Nós não vamos passar ficha por ficha, peguei só uma, até
3123 em função do tempo, onde nós temos ação. Qual era a meta prevista no Plano Nacional; o que
3124 foi feito; o prognóstico; e alguns comentários, e, às vezes, trazemos algumas observações.
3125 Então, no caso da ação 1.1, “Construção da matriz de coeficientes técnicos de recursos
3126 hídricos no Brasil”. Ele está sendo contratado em 2008, a previsão é finalizar em 2009; isso
3127 era o que estava previsto. O termo de referência foi contratado, o estudo foi elaborado, os
3128 recursos foram negociados no âmbito do Pró-Água, já está no processo, e o prognóstico é que
3129 nós vamos fazer de 2009 a 2010; passar um pouco do prazo que ia até 2009, porque tivemos
3130 um problema de um atraso no Pró-Água. A pendência é a publicação do edital para
3131 contratação de consultores. Já está praticamente pronto e estamos aguardando apenas essa
3132 publicação que deve sair por agora. E assim, para cada ação. Então, vocês vão encontrar a
3133 implementação, a situação de cada ação, o que foi feito. Eu confesso para vocês que quando
3134 eu vi a equipe técnica nossa da Secretaria e da ANA trouxe o primeiro relatório, eu tive uma
3135 sensação muito boa de sentir, de dizer, o Plano Nacional saiu do papel. Ele está sendo
3136 implementado. Vocês vão observar de que efetivamente o Plano Nacional passou a dar
3137 diretriz para a Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano, nas suas prioridades, das
3138 suas ações e da Agência Nacional de Águas. E acredito também, como temos visto, de outros
3139 atores do sistema que têm balizado no Plano Nacional, na implementação, a definição das
3140 suas agendas e certamente que o relatório do ano que vem vai apontar essas questões. Então,
3141 foi com muita alegria mesmo, que eu confesso para você, que quando eu li o relatório a gente
3142 observa que as coisas efetivamente estão acontecendo, estão sendo implementadas e os
3143 resultados nós vamos ver a médio e longo prazo. Aí uma avaliação. Ele trás também uma
3144 avaliação. Nós percebemos que falta uma padronização na linguagem e no formato do
3145 detalhamento dos programas de 1 a 7. Então, a linguagem, o formato e o detalhamento, na
3146 revisão certamente precisam ser melhorados nesse formato, o que leva, no processo de análise
3147 a dar essa dificuldade de comparação. A existência de diferentes tipologias de ações,
3148 dependendo de quando essas forem iniciadas. Antes, durante ou a partir do Plano Nacional.
3149 Então, essa tipologia não apresenta. São questões que fazem parte de uma avaliação para a
3150 revisão. Verificou-se a importância de que sejam mapeados quais os objetivos dos programas
3151 e subprogramas, se estão sendo alcançados por meio das diferentes tipologias de ações.
3152 Constatou-se a conveniência de que haja um fluxo contínuo entre o Plano Nacional de
3153 Recursos Hídricos e o gerenciamento cotidiano dos recursos hídricos. A convergência do
3154 planejamento de longo prazo, ao gerenciamento de curto prazo e vice-versa. Para que o curto
3155 prazo não tome o tempo do longo prazo, essa convergência. E isso é importante e pudemos
3156 observar que efetivamente ele mostra que a Agência Nacional de Águas e a própria Secretaria
3157 vêm fazendo esse trabalho de integrar o curto prazo dentro da perspectiva do longo prazo,
3158 mas que isso é uma questão muito importante a ser incorporada por todos os atores e
3159 melhorada inclusive por nós. A rede de atores que pode contribuir para o alcance dos
3160 objetivos deve ser ampliada paulatinamente consolidando como estratégia nacional para
3161 gestão de recursos hídricos. Isso que eu estou dizendo, a gente espera que paulatinamente as
3162 pessoas passem a incorporar informações na implementação de cada programa e plano. As
3163 informações referentes a atividades previstas, porém ainda não iniciadas, não constam desse
3164 informe 2008, devendo ser incorporadas em versões posteriores ao informe, à medida que as
3165 mesmas iniciem. Então, tem iniciativas que estão previstas para iniciar em 2010. Porque, para
3166 começar, você teria que iniciar outra antes. O plano tem algumas ações nesse sentido. Então,
3167 não foi dado nenhum informe sobre essas, porque estava prevista para começar em 2010, mas
3168 a avaliação é importante colocar alguma observação do que foi feito, o que está aguardando,
3169 fazer uma relação nessa perspectiva. E são apresentadas observações pontuais a cada
3170 subprograma atividade, incluindo pendências e críticas como contribuição ao processo de
3171 tomada de decisões e correções de rumos. Essa coluna de observações, como eu disse, é

3172 fundamental por que ela pode evitar um problema futuro, corrigindo já alguns rumos.
3173 Algumas recomendações. Já estou encerrando. Visando aprimorar o processo, formalizar a
3174 institucionalização de GTCE; nós temos GTCE, mas não está formalizado e nós estávamos
3175 aguardando inclusive a resolução aprovada na penúltima reunião do Conselho, antes dessa,
3176 das competências da Câmara Técnica do Plano Nacional, então, o GTCE passa a ter um papel,
3177 que eu e a Rosa estávamos conversando um pouco sobre os planos estaduais com o Plano
3178 Nacional, que vai para além do Plano Nacional, mas nessa integração de planejamento. Nós já
3179 estamos com uma minuta de uma proposta dessas. A equipe nossa deverá estar
3180 encaminhando, discutindo já com a Agência Nacional de Águas, para formalização através da
3181 Secretaria. Então, essa foi uma recomendação do GTCE. Estruturar o sistema de informações
3182 do Plano Nacional de Recursos Hídricos de forma articulada e integrada ao SIGEOR. O
3183 sistema de informação vem sendo estruturado e integrado já com o SIGEOR. Consolidar o
3184 documento do GTCE sobre a dinâmica correlação entre as pautas desenvolvidas pelas
3185 Câmaras Técnicas e os programas e subprogramas do plano. Isso já vem sendo feito, os
3186 presidentes das Câmaras Técnicas receberam aquela matriz, as Câmaras Técnicas já iniciaram
3187 as discussões; algumas vão discutir na primeira reunião do ano, como que as Câmaras
3188 Técnicas, o que está no plano deve influenciar na agenda e na pauta das CTs para auxiliar na
3189 implementação do próprio naquilo que cabe ao Conselho Nacional. Propor na forma de um
3190 documento do GTCE as adequações necessárias em cada ação do plano, objetivando subsidiar
3191 seu processo de revisão em 2010. Porque o GTCE, a partir desses relatórios, já vai
3192 trabalhando a revisão de 2010. Não esperemos 2010 para fazer essa revisão. Estruturar
3193 indicadores para o monitoramento do alcance dos objetivos estratégicos do plano, que aquilo
3194 que eu disse, são indicadores macro de avaliação do plano como um todo, que vai refletir, em
3195 suma, na melhoria da qualidade e da quantidade de água que a população vai sentir. É isso.
3196 Muito obrigado. (Palmas!) **O Sr. Vicente Andreu Guillo (Secretário Executivo do CNRH -**
3197 **SRHU/MMA)** – Muito obrigado João Bosco. Está aberto para alguma manifestação do
3198 Plenário. Então João, tem uma do João Clímaco, você, por favor, nos acompanhe. Depois, se
3199 necessário você fará os comentários gerais finais. **O Sr. João Clímaco Soares de Mendonça**
3200 **(ONGs)** – Eu queria fazer um registro novamente, primeiramente cumprimentar o João Bosco
3201 que eu conheço há quase 20 anos ou mais. E ver como esse plano, que eu tenho tanta crítica;
3202 até porque eu conheço o cidadão e ele cresceu, a trajetória profissional de João Bosco tem se
3203 evidenciado muito no trabalho pelo Plano Nacional de Recursos Hídricos. E eu tenho algumas
3204 críticas, mas eu nunca deixei de considerar que foi a única forma de nós não cairmos na
3205 mesmice da vulnerabilidade da política de recursos hídricos, em relação ao corporativismo,
3206 aos interesses econômicos, setoriais, às vezes até em prejuízo ao interesse do País. O Plano
3207 Nacional de Recursos Hídricos é a única ferramenta realmente legal que a Política Nacional
3208 de Recursos Hídricos tem, que enquadra quem quiser ser enquadrado e não enquadra quem
3209 quiser ficar ilegal. Apesar de todos esses arranjos, como foi feito agora na apresentação
3210 anterior sobre o sistema elétrico, eu acho que esse esforço, João Bosco, merece ser
3211 considerado, porque o que eu tenho observado nesses dois anos e meio; estou falando nisso,
3212 por que talvez o ano que vem eu não esteja aqui, mas nesses dois anos e meio convivendo
3213 aqui, o que eu vi foi muita gente querendo fugir do Plano Nacional de Recursos Hídricos. O
3214 setor elétrico tem o plano estratégico, tem uma análise estratégica de recursos hídricos; na
3215 ANA tem plano estratégico de bacia, e aqui tem o Plano Nacional de Recursos Hídricos, mas
3216 o que está legal, o que fundamenta a política de gestão de recursos hídricos é esse plano.
3217 Então, eu tenho que dar o mérito a quem merece. A forma como algumas condutas, eu
3218 questionei muitas vezes, por exemplo, a questão da integração de políticas públicas. Nós não
3219 temos força política ainda, João Bosco e nosso nobre secretário novo aqui podem crer: esse
3220 plano precisa ser uma coisa projetada pelo Governo, por toda a governança do País, porque
3221 hoje a minha maior preocupação é: a CODEVASF faz um negócio e não olha o plano, o setor
3222 elétrico faz um negócio e não olha o plano; empreendedores fazem mil coisas e não olham o
3223 plano de bacia. Então, não há ainda uma força política. Mas um dia a sociedade vai olhar

3224 assim: “A única coisa que eu tenho na lei para eu bater, para me fundamentar o meu direito é
3225 um instrumento que está na lei”. E esses planos que estão aí, filhos bastardos dos interesses
3226 setoriais, corporativos e patrimonialistas, eles vão ter que se submeter à lei, porque um dia a
3227 população vai usar a sua lei. Parabéns. E vamos, quem sabe, melhorar essas limitações que eu
3228 coloquei aqui. **O Sr. Vicente Andreu Guillo (Secretário Executivo do CNRH -**
3229 **SRHU/MMA)** – Alguma outra manifestação? Por favor, João Bosco. Suas considerações
3230 finais. **O Sr. João Bosco Senra (MMA/SRHU)** – Bem rapidamente, agora à tarde, acredito
3231 que deve estar terminando uma reunião de um grupo formado pelo Ministério da Integração
3232 para a elaboração do Plano Nacional de Estrutura Hídrica e o Secretário Vicente, como a
3233 reunião disse sobre essa questão da importância dessa vinculação com o Plano Nacional e está
3234 participando lá o Marcos Neves que é conhecido de todos vocês. Eu faço parte desse grupo,
3235 não estou lá por conta dessa reunião, exatamente com essa preocupação. Então, eu já queria
3236 registrar que o Plano Nacional de Estrutura Hídrica já começa com essa preocupação de estar
3237 integrado a partir do Plano Nacional de Recursos Hídricos. Então, eu quero dar o registro, é
3238 um caso concreto da importância, acho que isso valoriza todo o trabalho. E a outra questão é
3239 um informe muito rápido, porque foi aprovado agora e recentemente financiado pela
3240 Cooperação Espanhola, nós estamos organizando um curso de planejamento, o Brasil
3241 coordena essa questão, a convite, que vai ser financiado para os países de toda a América
3242 Latina, para a elaboração de planos nacionais. Acho que é mérito de todos vocês, de todo o
3243 Conselho Nacional de Recursos Hídricos que aprovou um plano que hoje é referência
3244 mundial e que efetivamente está servindo de orientação não só para a nossa política, mas
3245 também para a construção das políticas em outros países. Muito obrigado. **O Sr. Vicente**
3246 **Andreu Guillo (Secretário Executivo do CNRH - SRHU/MMA)** – Muito obrigado João
3247 Bosco. Nós vencemos a pauta geral, passamos agora à sessão de informes. Temos aqui 4
3248 informes oficiais e depois vamos encaminhar o informe do Carlos. Tem mais informe? Então,
3249 por favor, registre os informes e na sequência a proposição da Ninon. Bom, informamos que o
3250 CONAMA encaminhou ao Conselho a Moção nº. 71 de 21 de junho de 2005, que recomenda
3251 a recuperação ambiental da bacia hidrográfica do Paraíba do Sul, Estado do Rio de Janeiro. A
3252 data é 2005, a resolução é válida e analisando o melhor encaminhamento em relação a essa
3253 Moção, que com certeza foi provocada em razão da mortandade, da contaminação do rio,
3254 havida recentemente. Informamos sobre a 1ª Conferência Nacional de Saúde Ambiental que
3255 será realizada no segundo semestre de 2009. O grupo interministerial que a organiza, definiu
3256 que o CONAMA teria 5 vagas e o Conselho Nacional de Recursos Hídricos 3 vagas. A
3257 Secretaria Executiva do Conselho realizou uma consulta aos Conselheiros e nenhum se
3258 propôs a participar do grupo interministerial. Por essa razão, foram indicados 3
3259 representantes do MMA em Câmaras Técnicas que preparam a Conferência Nacional de
3260 Saúde Ambiental. Passo agora a palavra ao Gerente de Apoio ao Conselho, Márley Mendonça
3261 para o próximo informe. **O Sr. Márley Caetano de Mendonça (MMA/SRHU)** – O Conselho
3262 de recursos hídricos do Estado do Rio Grande do Sul aprovou em 28 de novembro de 2008 a
3263 Moção 01/2008 que manifesta a concordância em total apoio à proposta de criação do Comitê
3264 Federal de gerenciamento da bacia hidrográfica da Lagoa Mirim e do canal São Gonçalo. Eu
3265 participei dessa reunião como representante do Ministério do Meio Ambiente. A proposta
3266 original em discussão lá no Conselho do Rio Grande do Sul seria no sentido de federalização
3267 de um comitê estadual existente. Então, naquela oportunidade eu expliquei aos Conselheiros
3268 do Conselho Estadual, de que não existe essa figura prevista na nossa legislação.
3269 Federalização de um comitê estadual. Deveria ser discutida sim a criação de um comitê
3270 federal. Poderia até, nessa criação, tratar de uma integração com os comitês estaduais, mas
3271 haveria a necessidade de ser seguida a Resolução 05; ela prevê todo o rito de criação de um
3272 comitê federal e em razão disso a Moção foi alterada e foi-nos encaminhada. No entanto, o
3273 processo de criação, seguindo a Resolução 5, evidentemente não acompanhou essa Moção.
3274 Então, nós temos que registrar o recebimento dessa Moção e respondermos ao Conselho
3275 Estadual do Rio Grande do Sul, no sentido de que deve ser montado o processo de criação do

3276 comitê, de acordo com o que prevê a Resolução 05. Então, nós estamos comunicando ao
3277 Conselho o recebimento desta Moção e o encaminhamento que a Secretaria Executiva vai dar,
3278 no sentido de orientar o Conselho Estadual de recursos hídricos do Rio Grande do Sul, quanto
3279 ao procedimento a ser seguido. **O Sr. Vicente Andreu Guillo (Secretário Executivo do**
3280 **CNRH - SRHU/MMA)** – Muito obrigado Conselheiro Márley. Abrimos aos informes do
3281 Plenário, os inscrito, por favor. É sobre este aqui? Esse eu vou encaminhar em separado, não é
3282 um informe. Você quer tratar como um informe? Ninon, a minha idéia, como você
3283 encaminhou por escrito, eu recebi de que havia uma solicitação de que houvesse a leitura do
3284 material em mesa, eu queria encaminhar em seguida aos informes. Carlos, por favor. **O Sr.**
3285 **Carlos Eduardo Nascimento Alencastre (Cômities)** – Sr. Presidente, eu sou portador aqui
3286 do ofício encaminhado aqui para a presidência do Conselho, Ministro Carlos Minc, do Comitê
3287 do Itajaí em Santa Catarina que eu gostaria de ler e está apoiado pelo Fórum de Comitês de
3288 Santa Catarina. Esse pleito está apoiado pelo Fórum, foi encaminhado aqui para a presidência,
3289 mas depois eu posso deixar essa cópia que está comigo para ser encaminhado talvez para a
3290 CTIL. (leitura do ofício). Tem aqui, então, também ofício do Fórum Catarinense apoiando
3291 essa ação. Obrigado. **O Sr. Vicente Andreu Guillo (Secretário Executivo do CNRH -**
3292 **SRHU/MMA)** – muito obrigado Carlos. Sem dúvida um documento de significativa
3293 importância. Próximo inscrito. João Clímaco, informe. Em seguida há três inscrições. Por
3294 favor. **O Sr. João Clímaco Soares de Mendonça (ONGs)** – Eu quero atender a expectativa
3295 dos que estão querendo terminar logo. Eu queria fazer um informe de que amanhã, todos aqui
3296 estão convidados, eu estava esperando ver a pauta daqui para ver se ia dar tempo ou não, para
3297 conciliar com a pauta lá. Na Plenária do Conselho Federal de Engenharia nós vamos assinar
3298 um convênio de cooperação técnica entre FUNASC e o Fórum Nacional da Sociedade Civil
3299 na Gestão de Bacias Hidrográficas, que congrega várias ONGs no País que estão atuando nos
3300 comitês; e o Conselho Federal de Engenharia, cujo objeto é a atuação dos profissionais de
3301 bases tecnológicas, comprometidos com a Sociedade Civil no âmbito das Câmaras Técnicas.
3302 Tanto nos comitês nos estados, como aqui no Conselho. Esse convênio seria assinado aqui,
3303 mas calhou das duas reuniões serem no mesmo dia e ficou combinado para amanhã. Vossa
3304 Senhoria está convidada. É um convênio que revela a disposição desse sistema em estar ao
3305 lado da sociedade ajudando a construir a governança democrática das políticas públicas. A
3306 outra parte, eu queria fazer o registro, agora em novembro nós fizemos a reunião do CREA Jr.
3307 do Piauí, onde foi solicitado que nós fizéssemos um pleito junto à Secretaria do Conselho, no
3308 sentido de ressuscitar um processo de criação de um comitê de bacia do Rio Parnaíba. Para
3309 isso tem um processo que eu não sei em que pé está, mas queria pedir ao Senhor Secretário
3310 para nos dar informações; o que precisa para esse processo do Comitê de Bacia do Rio
3311 Parnaíba ressuscitar. No mais eu queria manifestar a nossa solidariedade aos representantes de
3312 Santa Catarina, mas, contudo, como o Regimento nosso diz que a manifestação do Conselho é
3313 via resolução ou moção, eu tinha falado com o pessoal de Santa Catarina, para o Conselho se
3314 manifestar através de uma moção ao Governo do Estado de Santa Catarina, tendo em vista
3315 que estava para ser votada uma lei ambiental no Estado de Santa Catarina agora em
3316 dezembro, que por causa desse desastre foi adiada para fevereiro, que praticamente sepultava
3317 todas as ansiedades progressistas de uma integração entre a gestão ambiental e a gestão de
3318 recursos hídricos. Com esse acidente grave que teve lá, essa coisa foi adiada, mas eu sugeriria
3319 que houvesse uma moção do Conselho, para que fôssemos mais forte na missão desse
3320 Conselho, em prol das políticas públicas serem eficientes. No mais, queria fazer o registro do
3321 companheiro que esteve aqui há dez anos na fundação desse Conselho, como eu não escrevi o
3322 artigo, eu achei melhor trazer um companheiro que estava aqui há dez anos quando surgiu
3323 esse Conselho, que era rapaz, e agora está aqui, depois de dez anos, vendo o que ficou desses
3324 dez anos. Nosso engenheiro civil e também parceiro lá no Rio, Maffei, estou fazendo uma
3325 homenagem merecida a um colega que ajuda a gente lá no Rio de Janeiro. No mais, um feliz
3326 Natal e próspero ano-novo para todos. **O Sr. Márley Caetano de Mendonça (MMA/SRHU)**
3327 – Você disse Comitê do Parnaíba? Não seria Paranaíba? **O Sr. João Clímaco Soares de**

3328 **Mendonça (ONGs)** – Parnaíba, Piauí. Existe um processo que já está há muito tempo, já deve
3329 estar desatualizado, temos que voltar, porque o pessoal lá está pedindo para voltarmos a
3330 pensar nesse assunto. É um comitê que já tem 5 barragens sendo construídas, não sei quantas
3331 intervenções na bacia e parece que quando tem muita coisa assim o comitê demora para sair.

3332 **O Sr. Vicente Andreu Guillo (Secretário Executivo do CNRH - SRHU/MMA)** – Obrigado
3333 João Clímaco. Próximo inscrito. Imbiriba e na sequência a Ninon e o Jairo. **O Sr. Manoel**
3334 **Imbiriba Junior (CERH/PA)** – Sr. Presidente, senhores Conselheiros, tenho a satisfação de
3335 informar que ontem em São Paulo foi criada a Associação dos Fórum Nacional de Gestores
3336 de Água, que foi uma luta durante todo o decorrer do ano, em várias reuniões e temáticas
3337 debatidas tanto do ponto de vista técnico, quanto da política nacional, e, além da criação da
3338 associação, a aprovação do próprio estatuto. E já definida uma agenda para 2009, onde o
3339 Fórum estará participando do Fórum Social Mundial em Belém, discutindo o estado e a
3340 gestão das águas, entre os dias 27 de janeiro e 1º de fevereiro, um convite a todos vocês que
3341 possam estar participando, que estiverem no Fórum Social Mundial, na discussão sobre o
3342 estado e a gestão das águas, e março, dia 5 e 6 nós vamos estar discutindo instrumentos
3343 econômicos no Estado de Alagoas, em Maceió, discutindo a questão dos fundos setoriais. De
3344 16 a 22 do mesmo mês nós estaremos em Istambul, no Fórum Mundial da Água,
3345 representação da Associação; no mês de maio um curso para 30 gestores na Holanda,
3346 patrocinado pela UNESCO para discutir a gestão mundial das águas. De 28 a 29, um
3347 seminário sobre licenciamento em outorga, em parceria com a ABEMA, ANAMMA,
3348 SEMAE, a ESB e o Ministério, em Goiás, Goiânia; setembro, de 23 a 25 o seminário “Água e
3349 questões controversas – Avanço da Política”, em Santa Catarina, Florianópolis e fechando a
3350 agenda do ano de 2009, em novembro, no Fórum Nacional dos Comitês de Bacias
3351 Hidrográficas em Minas Gerais. Essa é a agenda. Iremos divulgar para o Conselho, estará no
3352 site depois que organizarmos isso a partir de janeiro, à disposição dos Conselheiros e da
3353 sociedade. E dizer que a composição, praticamente não mudou, nós temos como coordenação
3354 geral a Bahia, INGÁ, o IGAM de Minas Gerais e o Acre; o Estado do Acre na Secretaria
3355 Executiva. Por Coordenação Regional, no nordeste ficou o Rio Grande do Norte; no sul,
3356 Paraná; sudeste, São Paulo; Centro-Oeste, Goiás e o Pará na região norte. Foi criado então o
3357 Conselho fiscal, que tem Alagoas, Mato Grosso e Santa Catarina. Essa é a conformação da
3358 política hoje da Associação. Informar também que no dia 22, que é aniversário de morte de 20
3359 anos de Chico Mendes, lá no Pará o Secretário estará presente assinando o Plano Estadual de
3360 Recursos Hídricos do Pará, assim como o Plano Estadual de Gerenciamento de Resíduos
3361 Sólidos, uma política integrada com a Secretaria Nacional de Recursos Hídricos e Ambiente
3362 Urbano. Para finalizar, dizer que na modalidade paraense, nós formamos o primeiro coletivo
3363 gestor de bacia do Baixo Guamá, que na realidade é onde está toda a região metropolitana, os
3364 5 municípios, cerca de 2 milhões de pessoas implementando a política hídrica. Obrigado.
3365 Boas festas a todos. (Palmas!) **O Sr. Vicente Andreu Guillo (Secretário Executivo do**
3366 **CNRH - SRHU/MMA)** – Só para seguir a brincadeira do Plenário, muito obrigado José
3367 Machado. Eu ouvi daqui. E registrar a importância da consolidação do Fórum de Gestores
3368 Estaduais, sem dúvida mais uma etapa bastante significativa de consolidação do tema da
3369 água. Próximo inscrito Ninon Machado. **A Srª. Ninon Machado de Faria Leme Franco**
3370 **(ONGs)** – Inicialmente eu queria parabenizar o Dr. Imbiriba por estar fazendo essa
3371 apresentação de uma agenda e eu ia pedir ao Plenário do Conselho que estabelecesse, a priori,
3372 uma agenda para que pelo menos as reuniões plenárias fossem de conhecimento de todo o
3373 Sistema Nacional. Por exemplo, hoje estão acontecendo reuniões de assembléia da GVAP e
3374 do CIVAP. São áreas importantes e deve ter alguns outros participantes desse Plenário que
3375 não foram por que estão nos comitês de bacia participando desses momentos. Isso é uma
3376 questão que há que ter pelo menos uma articulação de agenda. Os sites podem facilitar isso e
3377 deveria ter no âmbito da Secretaria, um órgão trabalhando nessa articulação de uma maneira
3378 mais tranquila e objetiva. Dois comunicados. Um é que o secretário mencionou a questão do
3379 derrame no rio de domínio Fluminense, na bacia do Paraíba do Sul. E isso me leva a um fato

3380 aconteceu há uns 4 anos atrás, quando aconteceu Cataguazes e nós propusemos a esse
3381 Plenário e também ao CIVAP que a gente estabelecesse fundamentos que já estão na política;
3382 gestão de risco é uma parte, de um Sistema Nacional de alerta e emergências que seja
3383 articulado de forma que haja um processo nacional. Existe no âmbito do MMA um órgão que
3384 tem o nome que foi organizado e... B2R2, que foi decorrência do processo de Cataguazes.
3385 Mas esse assunto tem que ser mais institucional. Na época do Paraíba do Sul, ficou o Dr.
3386 Gerson (...) manipulando as comportas para aqui e para lá; e isso é o presidente da ANA
3387 fazendo isso. Tem que ser uma coisa mais institucional e mais organizada, dentro de uma
3388 cultura de segurança. Todas essas instalações que estão na bacia têm que ter intramuros,
3389 porque é obrigada pelo próprio licenciamento, essas regras de emergência e alerta. E nós
3390 temos que ter, porque a notícia que se chegou é que na ponta, na foz, já há um comunicado na
3391 bacia, já chegaram os contaminantes. E por outro lado, duas notícias boas, porque nem tudo é
3392 ruim. Temos que fazer a crítica. Foi constituído o Comitê da Foz do Paraíba do Sul, porque é
3393 uma das coisas mais importantes, porque, pela transposição acontecida na década de 50,
3394 aquela região do norte Fluminense ficou muito empobrecida, e agora com esse comitê da foz
3395 nós esperamos que essa região de marina possa ter um cuidado mais especial e o grupo está
3396 muito ativo. Também no âmbito do Comitê da Bahia de Guanabara, que é um comitê de
3397 região, foi constituída a Comissão Pró-formação do órgão gestor, que tem lá um nome
3398 particular, do sistema lagunar de Jacarepaguá, que é um sistema muito crítico. Ele tem muitas
3399 indústrias, a montante, a região estuarina; então, é uma região de alto poder aquisitivo, mas o
3400 sistema lagunar está uma verdadeira cloaca e isso aconteceu na sexta-feira passada. É motivo
3401 de muito regozijo pelo Comitê da Bahia de Guanabara e eu pediria uma especial atenção do
3402 Conselho e particularmente da Secretaria de Recursos Hídricos, porque tanto a boca do
3403 Paraíba do Sul como a Baía de Guanabara e Sepetiba, que o comitê (...), os rios são drenantes,
3404 eles estão como áreas especiais de planejamento na parte estuarina e costeira. Então, é muito,
3405 muito importante que haja uma atenção dos órgãos federais e do Conselho Nacional com
3406 relação a isso. Esses são os informes e as colocações que eu tenho a fazer. Agora, tem isso
3407 aqui. É para falar agora? **O Sr. Vicente Andreu Guillo (Secretário Executivo do CNRH -**
3408 **SRHU/MMA)** – Na seqüência dos informes, por favor. Vai ser o último ponto. Por favor, o
3409 último. Jairo Luz, por favor. **O Sr. Jairo dos Santos Lousa (Irrigantes)** – Eu quero obedecer
3410 ao Conselho do Carlos. Vou falar só quando for necessário falar. Eu vou falar três coisas.
3411 Uma eu já falei, que é essa. O segundo, dois informes. O primeiro deles como diz a Ninon, é
3412 mais uma questão de gênero, porque na instituição a qual represento, a CNA, foi eleita e já
3413 tomou posse, uma bela mulher. É a mulher que é a presidente que a CNA nunca teve. É a
3414 primeira mulher. Então, eu queria informar que eu acho que pode até ter uma mudança de
3415 comportamento – Kátia Abreu – pode ser que vá influenciar os próprios produtores rurais. O
3416 segundo informe é quanto ao Comitê da Bacia do Paranaíba, não é o Parnaíba. Eu não pude
3417 comparecer na última reunião que foi em Uberlândia; aliás eu estava lá para a reunião, mas
3418 tive que ir para o Simpósio da Petrobrás representar a CNA. Então, não fiquei na reunião. E
3419 um dos assuntos complicados era que o nosso presidente do Comitê era o Secretário de Meio
3420 Ambiente de Goiás, que não permaneceu no cargo. Sumiu, não apareceu mais. Não mais o vi.
3421 E agora, o outro secretário estava em dúvida se ficava ou não e tinha sido combinado que o
3422 primeiro presidente seria de Goiás. Então, ele aceitou. Convenceram a ele, não sei como foi a
3423 reunião lá, porque ainda não conversei com ninguém, apenas alguém me deu a dica de que ele
3424 aceitou. Então, o Comitê do Rio Paranaíba depois de muito tempo tem um novo presidente.
3425 Parece que agora vai deslanchar. Esse é um comitê que está tenso; esse é o primeiro Comitê
3426 de Integração que tem representantes dos tributários do Rio e Federal. Para o lado de Minas
3427 está muito organizado, então, quem tem a maior área da bacia é Goiás. Onde está menos
3428 organizado. Nós só temos um comitê de um tributário, que eu acredito que ele vai ter... Uma
3429 coisa que a gente não fez ainda no Conselho e muito menos lá em Goiás. A re-fundação de
3430 um comitê. Porque ele foi criado, foi fundado e morreu. Morreu por que as reuniões... O
3431 órgão gestor não ajudou, não teve alguém que pegou para puxar, para apoiar. Acho que vai ter

3432 que re-fundar. E quando fundar, outro do lado de Goiás para equilibrar a situação. Então, pelo
3433 atual secretário ter assumido, teve uma grande reforma administrativa em Goiás e quando tem
3434 reforma todos que são do governo sabem como é que são as reformas. Elas gastam 4 anos
3435 para voltar no caminho certo. Eu acredito que lá já passou a metade do governo e ainda não
3436 fez a reforma direito, mas está em andamento. E essa reforma trouxe alguns órgãos
3437 ambientais, por exemplo: nós tínhamos o governo anterior que criou as agências. Esse acabou
3438 com a agência e levou para Secretarias de Meio Ambiente. E eu já trabalhei no Governo e eu
3439 assisti esse a filme. Lá tem um negócio que chamamos de cemitério de órgãos. Por quê?
3440 Acaba com os órgãos, aí não consegue assumir os órgãos e ele tem que criar um departamento
3441 para cuidar daqueles órgãos. É o que vai acontecer lá. Então, na nossa agência, possivelmente
3442 ela for extinta, ela vai para esse órgão também, que é o cemitério. E vão criar outro sistema.
3443 Talvez isso seja em decorrência da dificuldade que o próprio presidente da ANA já falou, já
3444 conversei com ele a respeito, e em Goiás, a política de recursos hídricos está meio desligada
3445 da área federal. E tudo o que escutamos aqui, parece que em 2009 terão alguns programas de
3446 integrar mais e talvez possamos conseguir melhorar a política de recursos hídricos de Goiás.
3447 Não estou falando que ela está toda defeituosa. Ela está meio desligada, afinal nós temos um
3448 pacto federativo. Eu moro num País chamado Brasil, moro no Estado de Goiás, mas moro em
3449 um país que chama Brasil. Eu acho que tem que encaixar, enquadrar, algumas coisas podem
3450 ser diferentes, mas não tudo. É isso aí. Obrigado pela paciência. **O Sr. Vicente Andreu**
3451 **Guillo (Secretário Executivo do CNRH - SRHU/MMA)** – Muito obrigado ao Conselheiro
3452 Jairo. Nós concluímos a parte de informe. Só um encaminhamento final. Foi encaminhado
3453 pela Conselheira Ninon um documento, onde é uma avaliação, uma avaliação já expressa por
3454 ela durante as suas manifestações e também uma recomendação da atuação do Secretário de
3455 Recursos Hídricos e Ambiente Urbano, na direção da sua avaliação. O Márley me deu o
3456 informe, conversou com a Ninon, do ponto de vista regimental isso já foi até anunciado aqui.
3457 Os documentos têm que assumir a forma de moção, então, o que nós estamos encaminhando é
3458 de que a Conselheira deseja fazer a leitura desse documento e em seguida encaminharmos
3459 para o encerramento da reunião, é isso Ninon? **A Srª. Ninon Machado de Faria Leme**
3460 **Franco (ONGs)** – Eu vou usar um termo em latim que origina a chance do mandado de
3461 segurança que chama *periculum in mora*. Não podemos esperar a próxima Plenária para fazer
3462 uma moção. O Dr. João Bosco acabou de sair por causa do adiantar da hora e quero dizer que
3463 não é a primeira vez que acontece no Conselho. Quando aconteceu do processo em que a
3464 Câmara Municipal de Ribeirão Preto e o prefeito, estavam na bica de decidir sobre o
3465 assentamento de um processo de loteamento em uma região de área de captação de Ribeirão
3466 Preto. Está aí o Carlão que se lembra disso, porque é quase prefeito de Ribeirão Preto.
3467 (Risos!), Então, nós fizemos um encaminhamento dentro dessa linha, que não é uma moção e
3468 eu gostaria de ler. Eu acho que o Plenário precisa ter noção e conhecimento do teor do que
3469 está constando, inclusive porque isso já foi objeto de colocação no Plenário do Conselho
3470 Estadual. Então, essa é uma questão de *periculum in mora*. O Plenário, porque estou dentro
3471 do plenário, ao Sr. Presidente do Conselho. (leitura). Nós acabamos de ver a manifestação da
3472 bacia do Rio Itajaí que é uma situação não semelhante, mas é justamente o socorro que a
3473 bacia vem pedir ao Conselho e nesse caso eu acho que é muito simples, não precisa de uma
3474 moção, mas de uma gestão. E aí eu gostaria de fazer um rodapé nessa menção. Em 2003,
3475 quando o Conselho em Plenário, algumas pessoas aqui participaram: Roberto, Carlão estavam
3476 aqui; e nós fizemos uma moção para o Governo Federal, inclusive o Presidente da República,
3477 com relação ao contingenciamento dos nossos recursos, dos recursos da cobrança e outros e
3478 era o Secretário de Receita Federal, o Dr. Joaquim Levi, que por bem ou por mal é o
3479 Secretário de Finanças do Rio de Janeiro. Ele já está acostumado a receber um pedido e
3480 sabemos que ele é uma pessoa muito contida nesse contingenciamento, porque há um mal-
3481 entendido dos governos de que são finanças públicas, mas não são tributos. Então, o
3482 tratamento é diferenciado. A minha proposta a esse Plenário é que apoiemos o secretário,
3483 nesse mandato de no *periculum in mora* de fazer imediatas gestões por governador; por que

3484 eu acredito que a gente venha até em socorro à Secretaria de Ambiente, porque essa questão
3485 que sozinha ela não vai fazer. Essa é uma questão que nós temos que fazer realmente pressão
3486 para quem decide, quem tem a chave do cofre possa liberar esses recurso, porque tem todo
3487 esse processo. Gostaria que esse texto constasse de ata, por favor. **O Sr. Vicente Andreu**
3488 **Guillo (Secretário Executivo do CNRH - SRHU/MMA)** – O texto não constará da Ata e o
3489 secretário fará o encaminhamento de todas as gestões necessárias. A Ata é um documento
3490 público e nós não podemos permitir que fora do Regimento, contribuições dessa natureza
3491 depois elas sejam contempladas dentro de um documento geral. Então, será dado o informe
3492 que você usou a palavra nessa direção, mas o documento não constará da ata. Quero deixar
3493 isso claro. **A Srª. Ninon Machado de Faria Leme Franco (ONGs)** – Eu até lhe respeito,
3494 porque para mim interessa resolver o problema. Mas eu acho que, com todo respeito, esse é
3495 um direito que o Conselheiro tem. Não quero exacerbar nisso, porque para mim não interessa.
3496 Eu quero que resolva o problema do Guandu e de liberação de recurso. **O Sr. Vicente**
3497 **Andreu Guillo (Secretário Executivo do CNRH - SRHU/MMA)** – A Conselheira pode ter
3498 a garantia de que amanhã eu já estarei falando com a Secretária de Meio Ambiente do Rio de
3499 Janeiro para ela compreender a situação narrada aqui, sobre o qual evidentemente há toda a
3500 confiança e veracidade dos fatos e no prosseguimento para que haja a liberação dos recursos
3501 na medida do possível. São questões também de natureza de âmbito da Federação e dos
3502 estados. Peço a compreensão de todos, mas evidentemente essa é uma questão sobre a qual
3503 nós não podemos criar precedentes. Eu queria encaminhar para o encerramento, solicitar a
3504 todos que ainda permanecem que devolvam seus crachás de votação, crachás de identificação
3505 e os cartões de votação. Queria agradecer à equipe toda da Secretaria que produz um material
3506 aqui à prova de erros para o secretário, queria agradecer ao Bráulio, que particularmente teve
3507 todo o empenho de fazer um teste real, de, a partir dessa constatação se nós teremos condições
3508 de deixar nossas reuniões absolutamente on-line. Queria desejar a todos um feliz Natal, uma
3509 boa passagem de ano junto com seus familiares, amigos e queria fazer o encaminhamento do
3510 encerramento da reunião. Queria convidar a Conselheira Rosa Maria Oliveira Machado
3511 Mancini para que ela fizesse o encaminhamento para o encerramento desta reunião. Por
3512 favor, Rosa, você encerra a nossa reunião. **A Srª. Rosa Maria Oliveira Machado Mancini**
3513 **(CERH/SP)** – Quando o Vicente falou que ia me pedir para fazer o encerramento, eu falei
3514 que não, que eu ia reclamar. Que era pior. De fato eu achei a reunião super boa. Essa parte
3515 final, infelizmente nós estávamos com o Plenário esvaziado, mas a questão da outorga para as
3516 energéticas, a questão da avaliação que o João Bosco fez em relação ao plano são dois pontos
3517 de pauta super importantes que eu acho que tem de ser mais bem debatidos com mais tempo.
3518 É uma pena que todos já estão muito cansados, porque desde as 9 horas da manhã nós
3519 estamos aqui, então prejudica a discussão. Mas foi muito legal. Como eu não posso deixar de
3520 fazer, antes de dar boas festas a todos, eu quero novamente enfatizar a necessidade de rever
3521 esse pedido de vista que é uma coisa que está de fato dificultando nosso trabalho. Acho que
3522 tem que ter uma regra mais clara para isso. Hoje nós tivemos duas resoluções, uma delas
3523 praticamente pronta que foi o pedido de vista unilateral. Acho que nós temos que definir um
3524 procedimento que para fazer o pedido de vista tem que vier com documento pronto com a
3525 justificativa, de alguma forma não pode ser uma coisa isolada que vá descobrir aqui na hora.
3526 Tem que ter algum mecanismo que se tem algum descontentamento, que seja avisado antes
3527 que entre em pauta, para não incorrer novamente nessa questão que outras vezes já
3528 aconteceram. Eu já reclamei isso. Inclusive, a primeira reunião que eu pedi para o secretário
3529 foi em relação a isso. Acho que é importante estarmos aperfeiçoando esse mecanismo para
3530 tentar melhorar esse procedimento. De qualquer forma, boas festas para todos; um
3531 maravilhoso 2009, e que em fevereiro comecem todas as atividades aqui de novo e com a
3532 carga e força. (Palmas!)